



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – FSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – MESTRADO**

EDIANE MARIA DOS SANTOS

**A FUNÇÃO DO COMPLEXO MILITAR-INDUSTRIAL NA REPRODUÇÃO DO
SISTEMA DO CAPITAL**

**MACEIÓ
2020**

EDIANE MARIA DOS SANTOS

**A FUNÇÃO DO COMPLEXO MILITAR - INDUSTRIAL NA REPRODUÇÃO
DO SISTEMA DO CAPITAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientador: Prof.^o Dr.^o Artur Bispo dos Santos Neto

**MACEIÓ
2020**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237f Santos, Ediane Maria dos.
A função do complexo militar-industrial na reprodução do sistema do capital / Ediane Maria dos Santos. – 2020.
126 f. : il.

Orientador: Artur Bispo dos Santos Neto.
Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 122-126.

1. Complexo militar-industrial - Produção destrutiva. 2. Capital (Economia). 3. Imperialismo. I. Título.

CDU: 355/359:330.342.14



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS



FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de **Ediane Maria dos Santos** intitulada “*A função do complexo militar-industrial na reprodução do sistema do capital*”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 3 de abril de 2020, às 15 horas, por meio de vídeo conferencia via Skype.

Banca Examinadora

DR. ARTUR BISPO DOS SANTOS NETO

(UFAL – Presidente - ORIENTADOR)

DRA. REIVAN MARINHO DE SOUZA

(UFAL – Examinadora Interna)

DR. ARUÁ SILVA DE LIMA

(UFAL – Examinador externo ao Programa)

Dedico este trabalho (in memoriam) às crianças que morreram e as que sobreviveram, mas que ainda sofrem os horrores de uma guerra, em especial, às crianças vítimas da guerra nos centros urbanos do Brasil e na Síria.

AGRADECIMENTOS

Durante o longo e prazeroso processo de mestrado estive rodeada por pessoas que foram muito importantes e eu não poderia deixar de transmitir a minha imensa gratidão.

Ao meu querido e amado esposo, Luiz Soares, pelo companheirismo e dedicação de sempre, sem seu cuidado eu jamais conseguiria alcançar meus objetivos;

À minha mãe e amiga, Maria Odete, uma guerreira que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos;

Aos meus sobrinhos e melhores amigos, Vitor e Rhuan, que mesmo distantes acompanharam e me incentivaram nos momentos mais difíceis;

Aos meus irmãos e irmãs e demais familiares pelo incentivo e por sempre acreditarem em mim;

Ao meu orientador, Artur Bispo, pelo incentivo, sua capacidade intelectual é inspiração para mim;

Ao professor Aruã e a professora Reivan, por aceitarem fazer parte da composição das minhas bancas de qualificação e de defesa e pelas suas importantes contribuições para o aprimoramento da minha pesquisa;

À professora e amiga Elaine Nunes, uma pessoa a qual busquei refúgio em muitos momentos, sua atenção, preocupação e incentivo me ajudaram a nunca desistir;

À minha querida amiga Verônica, pelas contribuições e conselhos, que foram de grande importância para a construção desta pesquisa;

Ao meu amigo Frederico Lambertucci, pelos conselhos e discussões sobre a minha pesquisa e pela sua amizade que mesmo distante me incentivou a prosseguir;

À minha amiga Glaucya, por sua amizade sincera, preocupação, carinho e atenção em todos momentos e pelas importantes contribuições para o meu trabalho;

À minha amiga Janaína, por sua amizade e companheirismo em todos os momentos e ao amigo Frederico Aleixo pelas discussões e apontamentos para a minha pesquisa, grandes amigos aos quais dedico imenso carinho;

À amiga e companheira de muitas lutas Christiane, que tornou os meus dias mais leves ao dividir comigo muitos momentos de estudos e descontração;

À amiga Karol, seu exemplo de vida e sua determinação me inspirou a nunca desistir dos meus sonhos;

Aos demais colegas de turma, pois os momentos de convivência significaram uma experiência única de ensinamento para a vida, em especial à amiga Raquel, que esteve sempre disposta a ajudar a todos com seu companheirismo e atenção;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, pelo conhecimento passado nas discussões realizadas em sala;

Às técnicas administrativas Quitéria e Lívia, pela dedicação e atenção nas horas que mais precisei;

O meu muito obrigada a todos(as) vocês!!

E então, que quereis?

*Fiz ranger as folhas de jornal
abrindo-lhes as pálpebras piscantes.*

*E logo
de cada fronteira distante
subiu um cheiro de pólvora
perseguido-me até em casa.*

*Nestes últimos vinte anos
nada de novo há
no rugir das tempestades.*

*Não estamos alegres,
é certo,
mas também por que razão
haveríamos de ficar tristes?*

*O mar da história
é agitado.*

*As ameaças
e as guerras
havemos de atravessá-las,
rompê-las ao meio,
cortando-as
como uma quilha corta
as ondas.*

(VLADÍMIR MAIAKÓVSKI)

RESUMO

O presente estudo investiga a função do Complexo Militar-Industrial na reprodução do sistema do capital. Com o propósito de dilucidar a particularidade do Complexo Militar-Industrial e apontar de que modo este Complexo se constitui como vetor essencial das economias desenvolvidas na perspectiva de assegurar a sobrevivência do sistema do capital a partir do período que se inicia em finais do século XIX até os dias atuais. Pretende-se apreender os fundamentos e as principais conexões desta relação que irá oportunizar acompanhar a ascensão e possível crise do poder norte-americano e seu Complexo Militar responsável por grande impacto no equilíbrio econômico mundial, principalmente, com uma nova fase do imperialismo hegemônico global. Momento em que os Estados Unidos também poderão sentir as contradições sistêmicas que atingem o sistema do capital, observa-se os indícios de um declínio de seu poder, mesmo que a absorção do excedente pelo consumo da mercadoria bélica do complexo militar-industrial atenda aos imperativos destrutivos de autorrealização ampliada do capital. Aproximar das teses elaboradas por Karl Marx, as quais contribuíram para apreender a perspectiva materialista da história. Conseguimos, através da pesquisa, compreender a relação existente entre os complexos, uma vez que, entre os complexos que compõem a totalidade social há interações ramificadas que podem explicar o seu funcionamento, a eficiência da sua reprodução e a contribuição destes para a acumulação e expansão do capital. Para a melhor compreensão do Complexo Militar-Industrial e das categorias econômicas essenciais que gravitam em torno desse complexo, recorreremos a valiosa reflexão deixada por István Mészáros em sua obra *Para Além do Capital*. Também analisamos a contribuição de outros autores marxianos e marxistas, como Rosa Luxemburgo, Lênin, José Paulo Netto, Eric Hobsbawm, David Harvey etc., enquanto produção científica determinante para capturar os fundamentos do referido complexo, operando, deste modo, também um processo de elucidação da relação existente entre Estado e Capital.

Palavras-Chave: Complexo Militar-Industrial; Capital; Produção Destrutiva, Imperialismo.

ABSTRACT

The present study investigates the role of the Military-Industrial Complex in the reproduction of the capital system. With the purpose of clarifying the particularity of the Military-Industrial Complex and pointing out how this Complex constitutes an essential vector of the developed economies in the perspective of ensuring the survival of the capital system from the period that starts at the end of the 19th century until the present day. It is intended to apprehend the fundamentals and the main connections of this relationship that will make it possible to accompany the rise and possible crisis of the American power and its Military Complex responsible for great impact on the world economic balance, mainly, with a new phase of global hegemonic imperialism. At a time when the United States will also be able to feel the systemic contradictions that affect the capital system, there are signs of a decline in its power, even if the absorption of the surplus by the consumption of the military merchandise of the industrial military complex meets the destructive imperatives expanded self-realization of capital. Approach the theses elaborated by Karl Marx, which contributed to apprehend the materialist perspective of history. Through research, we managed to understand the relationship between the complexes, since, among the complexes that make up the social totality, there are branched interactions that can explain their functioning, the efficiency of their reproduction and their contribution to the accumulation and expansion of capital. For a better understanding of the Military-Industrial Complex and of the essential economic categories surrounding this complex, we will use the valuable reflection left by István Mészáros in his work *Beyond the Capital*. We also analyzed the contribution of other Marxian and Marxist authors, such as Rosa Luxemburgo, Lenin, José Paulo Netto, Eric Hobsbawm, David Harvey etc., as a decisive scientific production to capture the foundations of the referred complex, thus operating also a process of elucidation of the existing relationship between State and Capital.

Key words: Military-Industrial Complex; Capital; Destructive Production, Imperialism.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2 AS RAÍZES DO SISTEMA DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E O COMPLEXO-MILITAR.....	16
2.1 A Lógica da acumulação do Capital e a necessidade do Complexo Militar....	16
3. O COMPLEXO MILITAR-INDUSTRIAL NO PERÍODO IMPERIALISTA.....	40
3.1 A acumulação e expansão do capital no período imperialista.....	40
3.1. 2 A presença do capital financeiro na produção da indústria bélica.....	55
3. 2 O Complexo Militar-Industrial e a natureza da produção destrutiva.....	58
3.2.1 A passagem da produção genuína à produção destrutiva.....	58
3.2.2 Ativação das potencialidades destrutivas na produção.....	63
3.2.3 A produção destrutiva do Complexo Militar-Industrial.....	67
4. A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA NO PÓS - GUERRA.....	78
4.1 A Guerra Fria: um contexto de expansão da hegemonia norte-americana e da produção bélica.....	79
4.2 A intervenção dos EUA na Coreia e Vietnã	83
4.3 A presença norte-americana na América Latina e Brasil.....	88
4. 4 O Complexo militar- industrial norte-americano.....	97
4.5 Os exércitos mercenários e as guerras indiretas: as novas estratégias políticas-militares do século XXI.....	101
4.5.1 As guerras indiretas.....	102
4.6 A crise da hegemonia do Complexo militar-industrial norte - americano.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS.....	122

1. INTRODUÇÃO

Vivemos hoje em um mundo cercado por problemas estruturais e antagonismos potencialmente explosivos que nos submetem a catástrofes ambientais, fome, miséria, violência, guerras, pobreza entre outras consequências. Estas vêm se agravando a cada dia, impondo desumanidades às populações no mundo. As estratégias implementadas convergem não para a resolução destas consequências, mas única e exclusivamente para a acumulação e expansão do capital, numa ação megalomaniaca implementada pelos países capitalistas que se encontra explícita no propósito de expandir os seus domínios, a sua riqueza e, conseqüentemente, manter e construir seus impérios. Uma necessidade que advém do estágio do desenvolvimento do próprio sistema do capital global.

Contudo, mesmo havendo evidência de que existe uma instabilidade estrutural do sistema do capital, ela é a todo tempo ocultada, pois seus efeitos destrutivos ficam apenas no campo de análises limitadas, que nem ao menos tangencia a sua base causal, justificando a problemática de um controle sociometabólico pela total separação dos efeitos de suas causas, a dominação e exploração de toda a humanidade por uma minúscula minoria dominante parece não existir. Para manter o curso da sua acumulação e expansão, o capital através de suas personificações vai se utilizar de uma das suas mais eficazes leis, aquela que se baseia na crescente utilização da mercadoria bélica, que compõe um imenso e poderoso complexo militar-industrial, significando uma alternativa para o capital em tempos de crise, sendo a todo tempo sustentada pelo Estado. Mas, este complexo, ao invés de possibilitar que o sistema do capital ultrapasse os limites atualmente impostos, acaba por ativar aquele limite que se torna impossível de ultrapassar, a dimensão destrutiva.

Ao recorrer ao uso da mercadoria bélica para atingir seus objetivos, por ser ela um instrumento eficiente para a construção da hegemonia das nações dominantes, a presença do militarismo na formação e preservação de impérios não emerge como algo novo na história. Pela mediação da guerra, o poder bélico contribuiu para que houvesse a conquista e domínio de territórios nas sociedades pré-capitalistas e capitalistas. Na fase capitalista, as invenções, fruto das inovações tecnológicas, foram elementos essenciais para a constituição do poder econômico e político da burguesia. Da necessidade de manter esse poder veio a de desenvolver uma indústria de

armamentos específica, desencadeando também o crescimento dos exércitos e, portanto, a obrigação em manter e abastecer este complexo parasitário.

As indústrias de armamento abasteciam as guerras com uma produção, desde seu surgimento, ligada aos impostos arrecadados pelo Estado moderno. Portanto, entre os séculos XVI e XVIII, a consolidação do capitalismo não esteve apenas atrelada ao desenvolvimento das relações mercantis, mas também às potencialidades abertas com o desenvolvimento das forças destrutivas da mercadoria bélica. Importante ressaltar que no capitalismo a produção de mercadorias não tem como objetivo principal a satisfação das necessidades humanas, mas, sobretudo, servir de substrato material da valorização do próprio capital. Por isso, a produção de mercadorias bélicas destina-se à acumulação e reprodução do capital. Elas tiveram fundamental importância para assegurar a passagem do capitalismo ao estágio imperialista, e continuam sendo um dos principais instrumentos na manutenção desse sistema sociometabólico.

Diante disto, a análise da acumulação do capital movida pela relação entre o complexo militar-industrial e o complexo econômico torna-se necessária, pois as tendências econômicas, políticas e tecnológicas que mantêm uma interação entre as forças econômicas e militares controlando o progresso das nações representam uma ameaça ao futuro da humanidade. As nações hegemônicas projetam o seu poder militar de acordo com os seus recursos econômicos e interesses em detrimento das necessidades da maioria da população mundial, embora isso signifique uma supremacia de algumas nações hegemônicas perante as demais nações. Ao mesmo tempo em que estas despendem um alto custo na manutenção dessa supremacia militar, acabam também provocando um enfraquecimento da base econômica dessas nações e esse enfraquecimento ainda não deu indícios de seu esgotamento, porque a procura no mercado de venda de armas se mantém constante, uma vez que o mundo tem se tornado cada vez mais competitivo. As grandes potências continuam aumentando o seu poderio militar e os países avançados, que não alcançaram a posição de líderes na hegemonia capitalista global, precisam gastar ainda mais com defesa, promovendo a manutenção desse novo campo de acumulação do capital. Isso causa um gigantesco custo econômico, seja na produção ou compra de armas que podem ser convencionais ou as chamadas armas de destruição em massa, como as armas químicas, biológicas e nucleares.

Nos gastos militares das grandes potências beligerantes, hegemônicas ou não, além de armamentos, estão incluídos, também, gastos com pessoal, operações, manutenção, equipamentos, construção, desenvolvimento e o financiamento de estudos e pesquisas desenvolvidas por cientistas e especialistas que priorizam o emprego dessas pesquisas na produção de armas cada vez mais letais, em lugar de se dedicarem à produção de bens que atendam às necessidades humanas. Além do mais, o que tem se mostrado evidente é a ocorrência de um acordo entre a indústria bélica e o complexo militar-industrial, onde, neste acordo, as duas partes acabam beneficiando-se economicamente dos processos de militarização da vida social, uma vez que a lógica destrutiva do capital e a classe dominante fazem uso constante de instrumentos repressivos para punir àqueles que não se adequam, utilizando-se de políticas de segurança pública e o uso das forças armadas, que permite reprimir e controlar as extremas disparidades entre as classes em constantes conflitos. E isso não seria uma novidade, já que, “A força armada, no capitalismo, não é usada apenas na esfera internacional. Em todo país capitalista, é empregada para esbulhar, reprimir e controlar, de outras formas, a força de trabalho interna” (BARAN E SWEEZY, p.181).

Os políticos e militares ou militares políticos, atualmente passam a ocupar cargos de grande relevância nos aparelhos do Estado. Orgulham-se dos feitos e avanços na área bélica, fazem o uso da imprensa que propaga a defesa dessa política belicosa, aclamando o militarismo, com o uso dos órgãos da imprensa nacional e internacional e outros meios de comunicação. Eles conseguem justificar, se é que existe justificativa para as atrocidades cometidas contra a classe trabalhadora, a violenta repressão financiada pelo Estado, aquela que também é usada para decidir o futuro político de um país.

O que mais causa espanto é quando equiparamos o uso da mercadoria bélica no passado com o uso atual, visto que o desenvolvimento das forças produtivas, que também é destrutiva¹, sendo assim considerada por ser uma forma de produção onde o valor de troca se sobrepõe ao efeito útil das mercadorias, compelindo para que exista uma necessidade constante da sua reposição no mercado e assim alimentando

1 De acordo com Cardoso (2018, p. 573) “A destruição encontra-se nas veredas das contradições da reprodução econômica do capital e de sua complexa geografia. Destruição que, de acordo com o avanço deste modo de produção, manifesta-se na obsolescência dos valores de uso pela busca do capital em reduzir os tempos de produção e consumo que, para manter sua operacionalidade econômica, realiza os efeitos úteis do trabalho e seus produtos como mercadorias portadoras de valores de troca”.

o antagonismo existente entre valor de uso e valor de troca. Para desenvolver esse tipo de produção tem se aplicado sofisticadas técnicas na sua criação e produção, uma vez que ela favorece o desenvolvimento da economia capitalista. A produção da mercadoria bélica ganha exponencial qualificação para atender aos imperativos da economia capitalista, pois o desenvolvimento do complexo militar, apesar de não ser a economia propriamente, é determinado pelo desenvolvimento do complexo econômico. Ele possui autonomia relativa em relação ao complexo da economia, isso porque, no modo de produção capitalista, a economia irá determinar a necessidade do surgimento de complexos apenas parciais. Estes, que passam a exercer importantes funções, favorecendo a dominação indispensável à contenção dos conflitos sociais e respondendo às necessidades postas pelo desenvolvimento do próprio trabalho.

Esses complexos parciais tornaram-se efetivos instrumentos na manutenção da economia capitalista desde o surgimento das sociedades de classes, servindo aos propósitos dessa nova forma de organização social, que passa a ser baseada na exploração do homem pelo homem e o uso da violência uma constante para manter a dominação de classe. À vista disso, desde as primeiras sociedades de classes, o aparato repressivo será destinado a propósitos úteis nesta forma de organização social e à reprodução constantemente militarizada da própria estrutura social se torna a mais adequada e a única plausível para a manutenção de uma ordem societária fundamentada na propriedade privada e na exploração do homem pelo homem. Isso fica evidente ao observarmos os fenômenos econômicos desenvolvidos na área bélica e isso não acontece de forma espontânea, e como já mencionamos, muito menos indica que exista uma autonomia absoluta ou até mesmo que a área bélica predomine em relação à economia.

A necessidade cada vez mais crescente de manter e construir um aparato repressivo tem sido a preocupação das grandes potências no mundo capitalista. Através deste instrumento composto de um arsenal bélico, as nações hegemônicas ascenderam e caíram, umas relativamente às outras, conforme mencionamos, mas esse declínio se apresenta de maneira diferente com a potência hegemônica do mundo capitalista nos dias atuais, os Estados Unidos. Não se pensa na catastrófica direção que o poder econômico e militar do complexo militar-industrial norte-americano vem seguindo, aquela que aponta para uma direção de um conflito mortal colocando em risco a sobrevivência de toda a humanidade.

No processo de investigação do nosso objeto de pesquisa perseguimos como principal objetivo a função do Complexo Militar-Industrial na reprodução do sistema do capital, com uma metodologia ancorada na compreensão histórico-social, fundamentada em Karl Marx, que deixou de lado as debilidades do idealismo e do materialismo mecanicista em sua análise da sociedade capitalista após a Revolução Industrial (1776 - 1830) e Revolução Francesa (1789 - 1815). Assim, a concepção materialista é mediação essencial que possibilita conhecer a realidade social enquanto uma totalidade perpassada por contradições, em que não é possível elucidar nenhum complexo social sem considerar o trabalho como categoria fundante do mundo dos homens, em que cada complexo da realidade possui uma autonomia relativa perante o trabalho e a totalidade social, sendo cada complexo uma totalidade que precisa ser apreendida em seus movimentos internos. Sendo, também, fundamental entender cada complexo numa relação dialética com a totalidade social, mesmo porque, o capital, enquanto uma totalidade social, é perpassado por contradições e o Complexo Militar-Industrial e o Complexo Econômico precisam ser apreendidos enquanto partes dessa totalidade, por em sua interação favorecerem a reprodução do sistema do capital.

O processo de apreensão da realidade se constitui como uma abstração razoável que tem na investigação do mundo textual e bibliográfico seu referente fundamental. Assim, com esse intuito, o nosso diálogo será também feito com o autor e filósofo húngaro István Mészáros, mediante a leitura, estudo e análise de sua obra fundamental, *Para além do capital*, principalmente de alguns dos capítulos que compõem a parte III, que trata e faz uma análise da Crise Estrutural do Sistema do Capital, evidenciada na exposição do período mais destrutivo do capital.

A dissertação estrutura-se em três seções. Na segunda seção trataremos das raízes do sistema de acumulação do capital atreladas à necessidade do Complexo Militar, desenvolvemos uma análise da ação eficiente deste complexo em que o capital conseguisse acumular, demonstrando que se manteve uma interação entre forças produtivas e relações de produção, encontrando-se em sua base o trabalho. Além da guerra permitir a construção do poder militar e o acúmulo de riqueza dos diferentes impérios no passado, ela também atende à necessidade demandada pela reprodução, estando explícita na relação entre violência e economia. Na terceira seção, analisamos a acumulação e a expansão do capital no período imperialista, onde fica mais evidente a relação entre o complexo militar-industrial e o complexo econômico.

Este período foi crucial para a acumulação e expansão do capital, com o complexo militar-industrial implicando num importante aliado econômico na tarefa de absorção do excedente, proporcionando a expansão e acumulação do grande capital monopolista. E, finalmente, a quarta seção, desenvolvemos uma análise da hegemonia norte-americana no pós-guerra, esta que se constitui como um poder que subjuga violentamente outras nações. Este poder é responsável em manter essa potência na hierarquia capitalista, tendo como base fundamental para sua sustentação o complexo militar-industrial. Mas, devido a atual conjuntura capitalista, será possível observar um declínio desta hegemonia em consequência da atual presença de novas configurações do capitalismo.

Embora seja importante ressaltar que, ainda que quiséssemos realizar uma análise de todas as determinações que estruturam a função deste complexo na reprodução do sistema do capital e a relação entre estes, não conseguiríamos, pois até mesmo, conforme Lukács (2018), o estágio mais inicial do ser social representa um complexo de complexos, existindo inúmeras e sucessivas interações, e isso estabelece limites à nossa abordagem. Todavia, possibilita-nos buscar compreender a relação dos complexos parciais entre si e do complexo total com suas partes. Entendo que essas interações se desdobram, possibilitando o processo de reprodução do complexo total, causando também a reprodução dos complexos parciais. A compreensão dessas interações pode nos auxiliar a desvelar o papel do Complexo Militar-Industrial na acumulação e reprodução sociometabólica do capital.

2 AS RAÍZES DO SISTEMA DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL E O COMPLEXO MILITAR

Nesta seção buscamos explicitar a lógica da acumulação e expansão do capital relacionando à necessidade da ação violenta de dominação e exploração, facilitada pelo uso do poder militar, trazendo a atuação desse poder em um período anterior à implementação do modo de produção capitalista. Aquele em que as guerras foram um incentivo poderoso para as novas descobertas, mas também serviu na obtenção dos objetivos dos impérios na acumulação de riqueza e poder, proporcionando o desenvolvimento de uma base de sustentação da economia capitalista nascente. Isso que se evidenciou desde as primeiras formas de acumulação de riqueza por alimentos nas comunidades primitivas até a acumulação do excedente nos modos de produção subsequentes e a importância das armas nesta trajetória, sendo elas para caça ou defesa das aldeias, sua utilização essencial nas guerras, pois com os canhões e os soldados armados com mosquetes, os dominadores conseguiram alcançar seus objetivos, chegando em lugares distantes e conquistando lucros, por possuírem superioridade militar e naval, atingindo o progresso do engrandecimento de seus impérios.

2.1 A Lógica da acumulação do Capital e a necessidade do Complexo Militar

“A essência e o coração da função capitalista é a acumulação: esta foi sempre o primeiro motivo do sistema, o centro de seus conflitos, a fonte de seus triunfos e desastres”.

(BARAN E SWEEZY)

Inicialmente, é importante ressaltar que apreender os fundamentos da lógica da acumulação e também a necessidade do complexo militar, não seria possível sem antes entender a existência de condições objetivas de todo o processo histórico de desenvolvimento do homem e das relações sociais que produziu. Neste sentido, foi na busca por novos fundamentos que pudessem favorecer a compreensão desse desenvolvimento a partir da realidade social, que Marx elabora uma nova concepção²,

2 De acordo com Engels (1975, p. 22), “A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as

e através dessa nova maneira de pensar, se pode compreender que o homem constrói a sua história, mas para isso precisa suprir suas necessidades elementares de reprodução material. O primeiro ato histórico será a produção dos meios para suprir essas necessidades, pois desde o início o homem se mantém as custas da sua ação, garantindo a sua evolução, que esteve sempre permeada por contradições presentes na interação entre forças produtivas e relações de produção, e na base dessa evolução encontra-se o trabalho. Por intermédio do trabalho a totalidade social irá se desenvolver, uma vez que vai além de satisfazer as necessidades biológicas do ser, provocando a ascensão das classes sociais, dos complexos sociais, das relações sociais e dos conflitos entre as classes.

O trabalho constitui a base da atividade econômica e proporciona a produção e acumulação da riqueza social necessária à manutenção de toda e qualquer sociedade. Será através dele, que o homem irá se desenvolver e manter a sua reprodução, realizando a transformação da natureza e de si. A distinção do trabalho de qualquer outra atividade exercida pelo homem é que ele

[...] é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2013, p.255).

Portanto, o homem ao produzir os meios materiais para sua subsistência, acaba também instituindo a sua condição de ser humano, distinto da natureza. Um ser genuinamente social, pois o ato de trabalho proporciona aos indivíduos um salto ontológico³. Esse salto se torna possível pelo fato de existir uma base biológica

sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz ou pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na ideia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata”.

3 O salto ontológico é uma ruptura que ocorre com o ser e para entender esse salto é preciso saber a passagem de uma forma de ser a outra. Conforme Lukács (2018, p.11), “todo salto significa uma mudança qualitativa e estrutural no ser, pelo qual o patamar inicial contém em si, de fato, determinados

desenvolvida, além da contribuição dos processos de interação, como no gregarismo. Desta forma, há uma constante relação entre as necessidades e a consciência. Conforme Lukács (2018), o trabalho passa a ser o modelo da práxis social, sendo ele responsável em dar início ao processo de criação do novo, no qual, através de mediações, são realizadas posições teleológicas. No entanto, vale esclarecer, que os atos humanos não se limitam ao trabalho, embora o trabalho seja o fundamento ontológico da práxis humana.

O ser humano é, ao mesmo tempo, biológico e social. Em busca da sua reprodução biológica, ele, ao fixar os conhecimentos adquiridos, criará as condições para que essa reprodução aconteça, sobrevivendo de forma diferente dos outros animais, uma vez que “A consciência animal na natureza nunca vai para além de um melhor atender à existência biológica e da reprodução [...]” (LUKÁCS, 2018, p.27), sendo considerado como um epifenômeno do ser orgânico. Na busca por estas condições, vemos que,

Na história humana, as roupas, ferramentas, armas e tradições tomam o lugar das peles, garras, presas e instintos na busca de alimentos e abrigos. Hábitos e proibições, representando séculos de experiência acumulada pela tradição social, substituem os instintos hereditários, para facilitar a sobrevivência de nossa espécie (CHILDE, 1971, p.32-33).

Tal analogia pode ser realizada, mas sem perder de vista a distinção que existe entre o homem e o animal irracional, pois antes do ato de trabalho, o indivíduo possui a capacidade de realizar a prévia-ideação⁴ para se chegar a um fim. É uma atividade própria do ser social, “pois a sua processualidade requer a presença de um órgão e de um médium apenas existente no ser social: a consciência” (LESSA, 2016, p.18). A partir dela o homem consegue obter respostas que possibilitam a produção de valores de uso, destinados a satisfazer as necessidades humanas. Quando, na produção, o ser social realiza o emprego e aperfeiçoamento dos instrumentos do trabalho, transforma produtos naturais que irão satisfazer as necessidades dos indivíduos

pressupostos e possibilidades do posterior e mais elevado; estes, todavia, não podem ser desenvolvidos daquele em uma simples continuidade retilínea. Esta ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento constitui a essência do salto, não o temporalmente súbito ou gradativo nascimento de uma nova forma de ser”.

4 Conforme Lessa (2016, p. 28), a prévia-ideação é um momento de planejamento que antecede e dirige a ação, onde as consequências da ação são antevistas na consciência, ou seja, o resultado é idealizado antes para depois ser construído na prática.

produtores. Por isso, o trabalho é uma atividade que exerce função primordial no alicerce da atividade econômica.

O trabalho é uma categoria essencial, no desvendar das condições materiais de existência, na reprodução das diferentes sociedades e nas formas de produção material para que houvesse uma acumulação dos produtos desse trabalho. É pelo ato de trabalho que o homem passa por experiências, adquire conhecimentos que se acumulam, provocando o aumentando o acúmulo de conhecimento do homem. Devido as suas descobertas e invenções, o homem havia

[...] acumulado um volume considerável de conhecimento científico – topográfico, geológico, astronômico, químico, zoológico e botânico – nas atividades práticas de agricultura, mecânica, metalúrgica e arquitetura, e de crenças mágicas que poderiam também encerrar verdades científicas (CHILDE, 1971, p.142).

Posteriormente a este acúmulo de conhecimento, o homem será impulsionado a universalizá-los com as outras gerações. Os conhecimentos e também a prática de determinadas atividades, adquiridos no ato de trabalho serão partilhados de forma coletiva e a partir daí surgirão os primeiros grupos de primatas, em seguida desenvolvendo-se para grupos humanos, constituindo o ser social, pois os homens criam a si mesmos e também a realidade social, através desta relação coletiva.

Desta forma, o trabalho irá oportunizar um processo histórico de desenvolvimento da reprodução social. Ele será o responsável pela mediação entre a natureza e a sociedade, contendo as prévias-ideações, objetivações e alternativas que irão permitir a reprodução do indivíduo, e dos muitos complexos surgidos destacamos o surgimento da economia, um complexo que,

[...] se converte concretamente no conjunto de atividades que, ao expressar objetivamente, de forma imediata, as necessidades postas pela reprodução material da vida social dos homens, inevitavelmente põe novas tarefas, novos desafios, cria novas necessidades etc. Para que estas sejam atendidas, requerem, com absoluta necessidade, que novos complexos sociais apenas parciais se desenvolvam (MARIANA, 2014, p.186).

Isto significa que a base material que é composta pelas mediações que formam o sistema econômico, proporciona o desenvolvimento das forças produtivas, essas que acabam coincidindo com o desenvolvimento dos indivíduos⁵. Neste contexto, a

5 Ocasionalmente também a sua alienação. Conforme Lessa (2016, p.112, grifos do autor), o fenômeno da alienação corresponde à criação, pelos próprios homens, no fluxo da práxis social, de obstáculos à plena explicitação do gênero humano (e, portanto, das individualidades). Ao contrário da exteriorização,

economia torna-se o momento predominante da reprodução social. Impulsionados pelos imperativos de uma existência humano-biológica, os indivíduos se organizam para produzir os bens necessários à sua reprodução biológica. As necessidades e as possibilidades criadas nesta ação acabam exercendo maior importância. Sendo assim,

Quanto mais se tornam sociais as atividades humanas que, por último, estão a serviço do cumprimento do que é requerido pela reprodução ontogenético-biológica dos seres humanos, tanto mais intensa se torna a resistência intelectual a conferir essa prioridade ontológica à esfera econômica (LUKÁCS, 2018, p.208).

Esses indivíduos acabam desenvolvendo a capacidade de modificar o real em busca de atender as necessidades demandadas pela reprodução, mas essas necessidades passam a dar prioridade as determinações construídas socialmente e que, portanto, não estarão atendendo exclusivamente a reprodução do gênero humano. Porque ao agir sobre a natureza, os homens conseguiram produzir acima das suas necessidades imediatas, além de realizarem o aperfeiçoamento nas práticas econômicas, pois,

A primeira revolução que transformou a economia humana deu ao homem o controle sobre o abastecimento de sua alimentação. O homem começou a plantar, cultivar e aperfeiçoar, pela seleção, as ervas, raízes e árvores comestíveis. E conseguiu domesticar e colocar sob sua dependência certas espécies de animais, em troca do alimento, da proteção e da previsão que podia oferecer. Os dois passos estão intimamente relacionados (CHILDE, 1971, p.77).

O homem transforma, desse modo, a natureza e retira dela os bens materiais necessários à sua existência. Foi através deste contato com a natureza que os nossos ancestrais conseguiram a contribuição necessária para a formação do legado cultural que nossa geração hoje conhece, pois ao transformar a natureza, o homem também irá se transformar e criar as relações sociais. Essas relações sociais que os homens constroem no seu convívio serão responsáveis por originar as ideias, os valores, as tradições, as instituições políticas e jurídicas necessárias à reprodução das diferentes formas de sociedades que surgem no decorrer do seu processo histórico.

[...] esse comportamento não é inato, e nem mesmo fixado de forma imutável pelo ambiente. É condicionado pela tradição social. Mas justamente porque a tradição é criada pelas sociedades de homens e transmitidas por processos caracteristicamente humanos e racionais,

que corresponde ao momento de afirmação do humano, a alienação se constitui num momento socialmente posto de negação do humano, uma negação social do ser humano.

não é fixa nem imutável: modifica-se constantemente, à medida que a sociedade enfrenta circunstâncias cada vez mais novas. A tradição faz o homem, circunscrevendo o seu comportamento dentro de certos limites. Mas é igualmente verdade que o homem faz as tradições. Assim, podemos repetir, com maior consciência, que “o homem se faz a si mesmo” (CHILDE, 1971, p.229, grifos do autor).

Isto porque, o homem não está restrito ao mundo natural. Ele se transforma em ser social e nessa transformação o desenvolvimento do ser social será realizado a partir da sua própria atividade - o trabalho, mantendo a sua base natural. Mas quanto mais social ele se tornar, mais essa base natural deixará de exercer influência na determinação do seu agir, uma vez que,

O afastamento da barreira natural, como consequência da socialização cada vez mais resoluta e pura do ser social, expressa-se, sobretudo, no fato de que esse princípio originalmente biológico de diferenciação acolhe cada vez mais momentos do social e estes assumem um papel predominante nela, degradando os momentos biológicos à condição de momentos secundários. Isso fica evidente, por exemplo, no papel que desempenham os sexos na divisão social do trabalho (LUKÁCS, 2018, p.19).

A existência de alternativas no agir do humano é determinada por normas e valores desenvolvidos em sociedade, determinando esse agir, acaba sendo distinta daquelas alternativas que estão relacionadas aos impulsos causados pelas necessidades biológicas. Embora seja importante ressaltar que mesmo ao chegar à um nível elevado de seu desenvolvimento social, o qual veremos na continuidade de nossa pesquisa, o ser social em determinados momentos apresentou uma regressão a sua condição de “ser natural”, agindo com violência, não que essa ação seja natural, como se observa no animal, mas uma questão de manter o poder de submeter o outro. Contudo, os processos naturais não serão determinantes na construção da história humana, o ser social passa por um processo de evolução na construção das suas objetivações, motivos pelos quais definirá as características de um gênero humano cada vez mais modificado historicamente.

Esse processo se inicia na comunidade primitiva, que é a primeira forma humana de organização social. Os homens viviam em bandos, eram nômades, pois precisavam se deslocar para conseguir coletar os alimentos do qual necessitavam. Tudo que produziam era partilhado por todos os membros da comunidade, uma vez que a finalidade do trabalho realizado não era produzir valor para troca, mas produzir as condições de manutenção da sua existência e a de sua família, assim como de toda a comunidade e neste período a guerra,

[...] conseqüentemente a violência que lhe é inerente - não se caracterizava um instrumento de opressão de uma classe dominante sobre a outra, como nas sociedades posteriores, que tiveram o poder centralizado e monopolizaram a violência para garantir a eficácia de seu domínio. A guerra – apesar de ser revestida de violência e em alguns casos crueldade, por exemplo, nos escarpelamentos entre os indígenas, entendido como troféus de guerra – constitui-se no primeiro momento apenas como uma maneira de defender os territórios ocupados, portanto, necessária (CONCEIÇÃO, 2012, p.24).

A mudança destas condições trará os motivos que explicam a condição de explorado em que o homem passa a ser submetido, uma vez que, nas palavras de Marx (2011, p.25), “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhe as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”. Nesta afirmação fica evidente o fato de o homem ser um ser social vivendo em sociedade, cuja existência em sociedade não será apenas determinada por fatores biológicos e/ou naturais, mas condicionada por fatores sociais, porque “é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: *a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui* (NETTO e BRAZ, 2012, p.49, grifos dos autores).

O homem primitivo se apropriava da terra para realizar seu trabalho. Ela era sua: uma propriedade comunitária. Nesta, “O indivíduo relaciona-se consigo mesmo como proprietário, como senhor das condições de sua realidade” (MARX, 2011, p.388). Mas, quando o homem adquiriu novas capacidades e estas possibilitaram acumular o excedente de produção, essa forma de organização precisou se modificar, posto que a presença do excedente foi responsável pelo surgimento da exploração do homem pelo homem e, com esta, a divisão da sociedade em classes sociais.

O surgimento do excedente proporcionou um revolucionamento daquele comunismo primitivo, ocorrendo um aumento na produtividade do trabalho. Sua produção oportunizará o acúmulo dos produtos do trabalho e o que não era consumido passou a ser destinado à troca. Esse produto agora começa a ser visto como uma mercadoria. Ao mesmo tempo,

[...] a possibilidade da acumulação abre alternativa de *explorar* o trabalho humano; posta a exploração, a comunidade divide-se, antagonicamente, entre aqueles que produzem o conjunto dos bens (*os produtores diretos*) e aqueles que se apropriam dos bens excedentes (*os apropriadores* do fruto do trabalho dos produtores diretos) (NETTO e BRAZ, 2012, p.69, grifos dos autores).

Em vista disso, a exploração do homem pelo homem e a propriedade privada dos meios de produção irão alicerçar a divisão da sociedade em classes sociais com interesses antagônicos e a todo tempo manter e reproduzir essa exploração, já que, os meios de produção, esses que englobam os meios de trabalho, os objetos do trabalho e a mais importante das forças produtivas, a força de trabalho, passaram a ser propriedade daqueles que possuíam o poder dominante. Esse poder era, no início, “ocupado pelos sacerdotes, príncipes, escribas e autoridades, e um exército de artesãos especializados, soldados profissionais e trabalhadores diversos, todos afastados da tarefa primária de produzir alimento” (CHILDE, 1971, p.144).

A reprodução das sociedades de classes estará subordinada ao vínculo que existe entre as relações materiais de produção, estando permeadas por contradições e as instituições que são criações dos homens, como o Estado⁶, o Direito, entre outras instituições políticas e jurídicas que são responsáveis em manter a reprodução das diferentes formas de sociabilidades, que estavam pautadas no antagonismo entre as classes, utilizando-se da violência física e econômica, favorecendo a classe dominante na manutenção do seu poder. Os exércitos se tornaram necessários, pois

[...] havia necessidade de soldados para proteger os comboios e apoiar os mercadores pela força, escribas para manter registros de transações que se tornavam cada vez mais complexas, e funcionários do Estado para conciliar interesses em choque (CHILDE, 1971, p.143-144).

Quando as relações de produção estão bloqueando o desenvolvimento das forças produtivas, o modo de produção precisa ser substituído por outro que atenda as determinações desse desenvolvimento, isso porque, os sacerdotes, funcionários, mercadores, artesãos e soldados não conseguiriam se manter em uma comunidade autossuficiente. Assim, a comunidade primitiva foi substituída pela sociedade de classes nos modos de produção escravista e asiático, havendo uma modificação paulatina da produção autossuficiente de alimentos pela baseada na agricultura, modificando não somente as estruturas econômicas, mas também os sistemas políticos e religiosos.

Deste modo, as formas de acumulação e reprodução social que se apresentaram nos diferentes modos de produção é resultado das distintas transformações causadas pelos grupos humanos nos estádios da evolução da

6 De acordo com Lessa e Tonet (2011, p.58), “O conjunto dos funcionários públicos, somado aos instrumentos de repressão dos escravos (exército, polícia e prisões etc) e ao Direito, é o Estado”.

humanidade, e para que acontecesse cada revolução era preciso uma nova base de acumulação e organização do trabalho, “a realização da segunda revolução exigiu uma acumulação de capital na forma principalmente de alimentos, que tal acumulação teve de ser, até certo ponto, concentrada para permitir sua utilização eficiente com finalidades sociais” (CHILDE, 1971,p.135). Este tipo de acumulação foi resultado da conquista, sendo também a conquista militar que possibilitou a garantia de um acúmulo do excedente de riqueza, porque além das atividades humanas que servem para manter a reprodução de seus indivíduos, precisam buscar outras formas de manutenção da defesa de sua existência. Esta necessidade precisou ser atendida desde a época em que viviam os grupos humanos do Paleolítico Superior, pois eles já preocupados com a sua defesa, “Trabalham o osso e o marfim com a mesma habilidade com que se ocupavam da pederneira; inventaram recursos mecânicos simples, como o arco e o lançador de flechas, para complementar a força muscular humana no lançamento de armas (CHILDE, 1971, p.69).

Através da violência pelas armas, os invasores fizeram com que os habitantes de aldeias no passado fossem escravizados, pois, “Para os senhores, a única forma de aumentar a riqueza era aumentar a quantidade de escravos que possuíam. Para isso conquistaram enormes impérios, dos quais retiravam os escravos de que necessitavam” (LESSA e TONET, 2011, p.57). Estes povos escravizados tiveram as suas riquezas roubadas, com o saque de animais, metais e joias, e ainda foram submetidos a imposição do rompimento com as suas tradições sociais. Escreve Childe (1971, p. 135): “Isso deve significar a chegada de um novo para substituir ou dominar os habitantes originais. Mas essa substituição ou domínio dificilmente poderia ter ocorrido pacificamente. Certamente se processou pela força, isto é, pela guerra”.

Isso serve para apontar que os métodos e instrumentos bélicos já estavam presentes em momentos anteriores as revoluções ocorridas. O uso de instrumentos bélicos, portanto, deveria dar-se muito antes das revoluções do paleolítico e neolítico. Segundo Childe (1971, p.136), “As armas são, naturalmente, encontradas nas sepulturas e aldeamentos mais velhos do que a revolução. Mas não é fácil distinguir armas de guerra de implementos de caça, armas para matar homens e armas para matar caça”. Elas constituíam eficientes instrumentos na garantia da defesa das comunidades comunais. Por isso a guerra, desde o início das civilizações, repercutiu na questão econômica.

Além de proporcionar o acúmulo de riqueza, por meio das batalhas travadas, foram descobertos indivíduos que ganharam um destaque por sua coragem e liderança nos conflitos, obtendo também súditos escravizados provenientes das batalhas, sendo estes obrigados a trabalhar para seus senhores.

O autor Gordon Childe em sua obra “A evolução cultural do homem” afirma que, a escravidão,

[...] foi uma base da indústria antiga, e um instrumento poderoso para a acumulação de capital. Prisioneiros atados, presumidamente destinados à servidão, são retratados em alguns dos mais antigos documentos desenhados (selos) da Mesopotâmia, tão antigos quanto as cenas de batalha (CHILDE, 1971, p.137).

Ao afirmar que a escravidão foi um instrumento poderoso para a acumulação de capital o autor comete um equívoco, pois a acumulação de riqueza não poderia ser confundida com acumulação de capital, uma vez que, a acumulação de capital somente passou a ser gestada pelo capital mercantil, fruto da política mercantilista que é posterior ao escravismo antigo e que deu origem a uma acumulação primitiva de capital,

O mercantilismo foi a política econômica de uma era de acumulação primitiva, no momento histórico que precede às relações efetivamente capitalistas. Assim, pode-se notar a existência de duas etapas no processo de acumulação: uma de constituição e outra de realização ou de transferência de riqueza burguesa para investimento na indústria. A primeira é *condito sine qua non* para a segunda; nela expropriam-se os camponeses e, na segunda, se transforma a massa desses camponeses em trabalhadores assalariados. A primeira constituiu as bases para a segunda forma da acumulação; esta não mais se fundamenta no roubo e na pilhagem, senão no processo de acumulação de mais-valia. Neste aspecto, temos duas formas de acumulação, uma primitiva e fundamental para que o capital industrial pudesse vir ao mundo, e a segunda como forma de ser da produção capitalista enquanto reprodução ampliada, em que uma parte do tempo de trabalho excedente apropriado é destinada para dinamizar e ampliar a produção (SANTOS NETO, 2015, p. 40-41, grifos do autor).

Portanto, não houve acumulação de capital no período do escravismo antigo, pois, escreve Santos Neto (2015, p. 47): o capital “foi gestado nas entranhas da sociedade feudal e da sociedade antiga, incorporando elementos do trabalho escravo e do trabalho servil para poder vir ao mundo”.

Além disso, não se pode determinar que a guerra tenha sido o principal fator de ocorrência da escravidão, embora, ela tenha favorecido a conquista da mão-de-obra escrava, pela expropriação de outras comunidades e por passar a existir a possibilidade de comercializá-las, mas ainda assim existiam muitos outros fatores.

Neste período, empregava-se a mão de obra de multidões de trabalhadores escravizados, em grandes obras públicas. Essas obras que poderiam ser construídas para “secar e irrigar a terra, e proteger as aldeias, tendeu a consolidar a organização social e centralizar o sistema econômico” (CHILDE, 1971, p.143).

Ao ficar evidente o perigo iminente de uma guerra, nos períodos que se sucederam as épocas primitivas, vemos que o homem viveu sempre em busca de formas mais aperfeiçoadas de armamentos. Isso é demonstrado em vários momentos da história humana. Um deles foi quando, “Entre 1915 e 1918, vendo-se ameaçados pelo ar, os beligerantes criaram capacetes à prova de granadas, metralhadoras antiaéreas, abrigos à prova de bomba e outros recursos de proteção (CHILDE, 1971, p.33).

A necessidade demandada pela reprodução explica, portanto, a interação entre violência e economia. A partir da necessidade de defesa, esta que não se limita à sua defesa física e de seu território, mas também a obtenção das condições econômicas que possam assegurar um poder duradouro. Escreve Marx e Engels: “Até agora fez-se da violência, da guerra, da pilhagem, da rapinagem sangrenta etc. a força que move a história” (MARX e ENGELS, 2009, p.103). A história da construção da riqueza da classe dominante sobre a classe dominada jamais se plasmaria sem o poder coercitivo das armas.

A dimensão política do monarca no Estado moderno estava articulada ao poder econômico. O rei desempenhava não somente tarefa política, mas também funções econômicas. Ele possuía o poder material e o poder militar. Sua articulação com o poder material permitia que colocasse seu poder real no processo de aceleração da acumulação de alimentos e riqueza real, pois

Cortesãos, ministros, músicos e soldados eram sustentados pelo excedente assim arrecadado. E o exército desempenhava uma função econômica, protegendo a cidade, seus canais e campos irrigados e pastos, contra as invasões dos nômades das estepes próximas, ou de tribos selvagens das montanhas. No fim, criaria uma ordem política mais compatível com a realidade do que o sistema de cidades-Estados (CHILDE, 1971, p.155).

Essa necessidade de defesa era por via necessário porque viviam em constantes conflitos, havendo uma contradição entre os sistemas econômicos e o separatismo político, provocando constantes guerras, mas que passou a ser modificado quando estas cidades se tornaram Estados territoriais únicos. Como exemplo, temos o que ocorreu na Babilônia,

[...] um pouco depois (ou antes) de 1800 a.C. a Babilônia se tornava uma realidade política, uma nação unificada com uma capital comum, um código comum de leis escritas, um calendário comum, e um sistema permanente de governo, com Hamurábi, rei da Babilônia (CHILDE, 1971, p.155).

O rei comandava a organização estatal criada. Esta era responsável por equipar e abastecer expedições. Estas expedições eram facilmente realizadas, já que os camponeses e trabalhadores encontravam-se em condição inferior à dos soldados. As suas armas eram feitas de pedra e as dos soldados, de metal.

Os reis buscavam sempre a manutenção de seus impérios, e a guerra favorecia as boas intenções dos monarcas,

O monarca só se interessava pela prosperidade e bom governo de seus domínios se isto aumentasse a coleta dos impostos. E, certamente, as monarquias orientais eram criadas pela guerra, mantidas pela guerra contínua e finalmente destruídas pela guerra (CHILDE, 1971, p. 225).

As grandes modificações que se dava por meio de um processo orgânico de acumulação econômica e de progresso científico e técnico sustentavam os exércitos. Isso porque as medidas colocadas em prática pela classe dominante, amparadas por uma organização de um sistema regular de defesa eram responsáveis por provocar um aumento exponencial da riqueza e também da população.

A conquista não foi a principal responsável pela revolução econômica que deu origem as cidades, pois,

O imperialismo econômico não propagou a segunda revolução apenas pela conquista. A resistência aos seus ataques, ou à ameaça de ataques, só foi possível pela assimilação de parte da civilização dos agressores. As armas de pedra não podiam competir com o armamento de bronze dos soldados babilônicos, tal como os arcos e machadinhas dos peles-vermelhas não podiam competir com as armas de fogo dos europeus (CHILDE, 1971, p. 173).

Os povos que eram vitimados pela ação violenta dos conquistadores tiveram que buscar se defender e, como as suas armas rudimentares colocavam estes povos em uma condição inferior às dos seus conquistadores, foi preciso procurar melhorar a fabricação dessas armas, buscando as novas técnicas trazidas com a metalurgia, que já era usada pelos conquistadores, evidenciando a luta pela necessidade de atender as determinações do desenvolvimento. Esta busca acaba por fazer com que as sociedades mais complexas conquistem as menos complexas, mas essa conquista nem sempre acontece, pois as sociedades em posição inferior podem também serem

extintas, foi o que ocorreu na extinção do império romano e a conquista da China, conforme afirma Diamond (2016, p.281) “os impérios romano e chinês foram invadidos por tribos ‘bárbaras’ e mongólicas, respectivamente”.

Os conquistadores se viram forçados a buscarem as matérias-primas necessárias a sua manutenção. Elas eram obtidas através de trocas de produtos excedentes, mas essa forma de abastecimento não era suficiente, impulsionando estes países a obtê-las através da força. Nesta ocasião, os exércitos precisavam ir em busca de regiões que pudessem ser fontes de matérias-primas,

[...] os exércitos trilhavam as rotas abertas pelas caravanas mercantes. Finalmente, fizeram-se tentativas de anexar as fontes de abastecimentos e conquistar os países exportadores. Como os governantes das cidades sumerianas tinham visado a dar uma forma política à unidade geográfica da Babilônia, subjuguando as cidades vizinhas, assim também procuraram estender seus domínios, anexando regiões geograficamente distintas, essenciais à estabilidade de sua economia. Iniciaram, dessa forma, uma conquista imperialista. O império fundado por Sargão de Agade em cerca de 2500 a. C. é a primeira realização, devidamente registrada, desse movimento (CHILDE, 1971, p.223 - 224).

A política de conquista realizada por este império se tornou um modelo para outros, este e muitos outros impérios, enquanto mantidos, foram os responsáveis pela manutenção da paz interna e a segurança de uma acumulação de riqueza. Mas, mesmo assim, eles ainda possuíam instabilidade, chegando a terem curta duração, pois haviam revoltas realizadas por seus súditos. Principalmente porque a distribuição de riqueza efetuada pelos impérios beneficiava a corte em detrimento dos mais pobres, que eram usurpados regularmente através da obrigatoriedade de pagamento de tributos. Isso evidencia a importância da guerra para estes impérios. Ela não somente se instituiu como conflito, mas também serviu para o impulso a novas descobertas que poderiam ser usadas para finalidades pacíficas e/ou econômicas. Assim, os impérios precisavam ampliar cada vez mais as despesas com armamentos. Embora a guerra tenha significado um importante instrumento na manutenção dos impérios, ela também foi responsável, em alguns momentos, pelo retardo do progresso, uma vez que “cada ataque e invasão destruiu homens, dispersou riqueza e, pelo menos temporariamente, fez recuar os ponteiros do relógio do progresso” (CHILDE, 1971, p. 226), isso se evidencia no que diz Sun Tzu em seu livro “A arte da guerra” (2014, p.7), quando o autor afirma que a guerra “decide sobre vida e morte, traz segurança e ruína”. Ela se torna efetiva pela ação eficiente de um complexo

militar, construindo as bases das formas de acumulação que se apresentaram nos diferentes modos de produção presentes nas sociedades pré-capitalistas.

Este sistema econômico baseado na escravidão foi, posteriormente, substituído pelo sistema feudal. Neste, a classe dominante era sustentada pelo excedente produzido pelos camponeses que viviam na cidade ou nas aldeias suburbanas. Estas aldeias sofriam ainda com a violência das conquistas, pois este modo de produção também foi marcado por contínuas guerras, havendo uma necessidade crescente de homens para o serviço militar, uma vez que, eles não eram obrigados a tomarem tal decisão, para tanto, era dado uma recompensa em terras a quem se oferecesse para servir nas guerras em defesa dos feudos, facilitando a acumulação de riqueza dos senhores, mas não nos deteremos às formas de acumulação que se apresentaram nestes diferentes modos de produção presentes nas sociedades pré-capitalistas. Essa abordagem ficará para outra oportunidade. No momento, ela ultrapassa os limites desse trabalho. Assim, apenas podemos afirmar que nesses modos de produção estão manifestas as necessidades da acumulação que impulsionaram o nascimento dos complexos sociais na trajetória de todo o processo de desenvolvimento das forças produtivas, além de serem os primeiros modos a desenvolverem a forma de produção mercantil.

Quando houve a passagem do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista, ou seja, a substituição da produção mercantil simples pela produção mercantil capitalista, não significou o fim da produção mercantil simples, pois ela continuou existindo paralela à produção mercantil capitalista e esta última impulsionou a acumulação do capital. Mas, para que essa acumulação se tornasse possível, foi preciso haver uma grande transformação nas relações de produção e também nas relações sociais. E a guerra, enquanto um fenômeno histórico, não deixou de exercer a sua contribuição para a acumulação do capital. Segundo Engels:

[...] contenido de clase del fenómeno militar, llamado a desaparecer con la desaparición de sus raíces sociales. La superación de la sociedad dividida en clases antagónicas - con su inevitable secuela, la rivalidad entre los Estados erigidos sobre ese fundamento -, comporta igualmente la superación del hecho bélico (ENGELS, 1974, p. 7).⁷

7 “[...]conteúdo de classe do fenômeno militar, chamado a desaparecer com o desaparecimento de suas raízes sociais. A superação da sociedade dividida em classes antagônicas - com sua inevitável consequência, a rivalidade entre os estados erguidos sobre esse fundamento - contém igualmente em si, a superação da guerra” (ENGELS, 1974, p. 7, tradução nossa).

Neste contexto, analisar o conteúdo classista da necessidade do complexo militar irá requerer um exame mais detalhado do modo de produção capitalista. Entende-se que os métodos e as formas de se travar uma guerra estão condicionados pela base econômica e pelo desenvolvimento das forças produtivas. Assim, a nova forma de produzir a riqueza material que ocorreu a partir da passagem do regime feudal ao regime capitalista de produção, opera grandes transformações na sociedade e na produção. Isto ocorreu, num primeiro momento, devido ao amplo impulso dado pelas expedições religiosas, que diziam estar defendendo a Terra Santa dos muçumanos, as chamadas cruzadas. Pela mediação delas, os europeus se aventuraram em viagens para o oriente por razões não somente religiosas, mas principalmente econômicas.

Nas cruzadas seus responsáveis desempenhavam verdadeiras guerras, pilhando bens e terras. Elas foram incentivadas e financiadas pela Igreja, que justificava a sua participação no movimento militar pelo mesmo ter em seu propósito a realização de uma obra divina. Na verdade, pretendia expandir o seu poder econômico. E isso se estendia a vários outros interessados nestas expedições, tais como os mercadores, guerreiros e comerciantes, todos preocupados em adquirir vantagens comerciais, terra e fortuna. Quando os cruzados retornavam, traziam consigo mercadorias que movimentavam o comércio e as feiras, que vinham tomando uma dimensão enorme se comparadas aos mercados locais que existiam na época. Essas mercadorias se juntavam as outras que vinham de continentes variados, proporcionando aos mercadores um acúmulo de riqueza sempre crescente.

Além disso, a introdução do dinheiro também foi responsável pelo impulso a expansão do comércio, pois ele trouxe maior facilidade na realização do intercâmbio das mercadorias, transformando de uma vez por todas aquela economia natural em uma economia de dinheiro. Com a expansão do comércio para as mais diferentes regiões que antes não eram possíveis de serem alcançadas. Essa expansão proporcionou também o crescimento das cidades que em seus interiores apresentavam grandes fluxos de comércio, modificando o aspecto daquela cidade antiga e também demonstrando traços que se diferenciava do feudo, além do aumento de suas populações.

À medida que o comércio continuava a se expandir, surgiam cidades nos locais em que duas estradas se encontravam, ou na embocadura de um rio, ou ainda onde a terra apresentava um declive adequado. Tais eram os lugares que os mercadores procuravam. Neles, além

disso, havia geralmente um igreja, ou uma zona fortificada chamada 'burgo' que assegurava proteção em caso de ataque (HUBERMAN, 1986, p.26-27, grifos do autor).

Nas cidades, antes burgos, surge uma nova classe, a dos mercadores ou burgueses, que eram assim identificados por serem habitantes dos burgos. Todavia, nesta época, quem possuía o poder dominante eram os nobres, os senhores feudais e o clero. Estes além de exercerem o poder dominante nos feudos, queriam, também, dominar as cidades. No entanto, a nova classe de mercadores ansiava por liberdade para desenvolver as suas atividades sem as restrições feudais e começaram a se organizar em associações e corporações. Estas não pretendiam uma transformação radical das restrições impostas, mas apenas a retirada das barreiras e práticas feudais que limitavam a expansão do comércio.

Os mercadores ambicionavam o monopólio do comércio e depois de várias lutas conseguiram obter a isenção de impostos, o controle da concorrência e muitos outros privilégios. Todas essas transformações representam, "a importância crescente do comércio como fonte de riqueza. E a posição dos mercadores na cidade reflete a importância crescente da riqueza em capital, em contraste a riqueza em terras (HUBERMAN, 1986, p.35).

O capital mercantil foi responsável pelo revolucionamento dessas novas formas de negociação e riqueza, ele "emana do interior das relações feudais e vai lentamente determinando as relações que permitem a emergência do caráter diluviano e destrutivo do capital perante os modos pretéritos de produção" (SANTOS NETO, 2015, p.44), mas veremos que isto só foi possível pela violenta expropriação. Isso causou um descontentamento na Igreja, que acreditava que as negociações realizadas através do dinheiro, por meio da cobrança de juros, deveriam ser consideradas crime. Por isso, resolveu criar leis que proibiam a prática, causando entraves ao grupo de comerciantes que desejavam o desenvolvimento do comércio. Mas, mesmo defendendo tal posição, a Igreja não deixava de lucrar com a utilização dessa atividade e depois passou a modificar o seu posicionamento para atender as reivindicações da nova prática comercial.

A classe burguesa, que em defesa das novas condições materiais, foi responsável em provocar o surgimento de novas relações sociais, realizou uma transformação radical em todas as esferas da vida social, trazendo consigo uma forma nova de produzir a riqueza da sociedade, onde as reivindicações de nascimento do

período medieval cederam lugar às reivindicações do capital mercantil, ou seja, uma nova ordem social que classifica os indivíduos por critérios ditados pela dinâmica econômica e não mais estamental. Deste modo, foram as novas condições materiais que determinaram a existência de novas relações sociais e estas necessitavam de uma justificação ideológica para conseguir se firmar. Essa justificação foi adquirida com a doutrina filosófica do liberalismo.

O liberalismo surge para defender o direito de liberdade, mas uma liberdade restrita aos homens que possuíam o poder econômico. Aquele possuidor de propriedade privada dos meios de produção e que estava preocupado em defendê-la, estando com esse direito assegurado, ao se instituir, através desta doutrina, um sistema de direitos fundamentais aos quais o Estado não podia transgredir. Por outro lado, não defendia a liberdade daquele pequeno produtor agrícola individual, desapropriado de meios de produção e meios de subsistência, que não teve outra alternativa a não ser a venda da sua força de trabalho para o capitalista. Escreve Marx: “Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele” (MARX, 2013, p.785).

O poder político que a aristocracia possuía e que era utilizado em oposição à burguesia nascente tornou-se reverso as inclinações econômicas necessárias a esta segunda classe, que travou uma verdadeira batalha contra as barreiras impostas pela velha classe medieval, que procurava dificultar o direito de acumular propriedade. Após a Revolução Francesa, a burguesia consolida seu poderio político sobre as demais classes sociais, subordinando às velhas classes senhoriais. Como estratégia,

[...] a burguesia mercantilista teve de aprender a conviver hipocritamente com a aristocracia e o clero, bem como adular as classes dirigentes, enquanto preparava o terreno para varrê-las da cena histórica. Mesmo nas economias mais adiantadas da Europa, a burguesia precisou acumular forças para dominar completamente a sociedade constituída, e isso não se deu natural ou espontaneamente, mas mediante a intensificação da luta de classes (SANTOS NETO, 2015, p. 40).

A classe burguesa, que passa a possuir o poder dominante, descobriu que as condições para a implementação de novas relações produtivas e a exploração destas não dependiam apenas das suas instituições e nem das suas ideias, mas de um novo modo de produção, o capitalista. E para que isso ocorresse foi necessário que houvesse, conforme Marx (2013, p.786), o confronto entre dois possuidores de

mercadoria: de um lado, os possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho.

O modo de produção capitalista é implementado através do saque dos meios de produção daquele produtor que passou a ser vendedor de si por não possuir mais os meios de realização do seu trabalho. Segundo Marx, “[...] a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 2013, p. 787). Foram retirados dos trabalhadores os meios de manutenção da sua existência. Os meios pelos quais estes são produzidos para transformá-los em capital, embora tenha libertado esses trabalhadores da servidão, condena-os à exploração capitalista.

Os indivíduos aparecem desprendidos dos laços naturais com a terra, não fazendo mais parte dos meios de produção, uma condição que se apresentava na servidão anterior, mas que agora estavam também desprendidos dos meios de produção, instrumento de realização do seu trabalho. Estes laços foram desfeitos para atender à necessidade de manutenção da propriedade privada, “[...] o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência” (MARX, 2013, p.786).

A violência foi o instrumento utilizado na passagem do século XV ao século XVI, na Inglaterra, contra os camponeses, que foram expulsos das terras para que estas fossem transformadas em pastagens de ovelhas. Aquelas que eram fonte de renda através dos arrendamentos, passam ao domínio dos senhores feudais. Neste período, até mesmo as leis criadas contra essa forma de expropriação por Henrique VII, não foram eficazes, mas as leis instituídas posteriormente, as leis para os cercamentos tiveram grande efetividade. Se no início a expropriação era realizada pela violência direta e as leis tentam, sem sucesso, impedir, a partir do século XVIII, essas leis passam a ser um instrumento para a realização dela.

Por conseguinte, foi através destes métodos que a burguesia conseguiu conquistar “[...] o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre” (MARX, 2013, p.804). Quando o campo passou a fazer parte da agricultura capitalista, os trabalhadores agrícolas, frutos dessa expropriação violenta, das pilhagens e opressão, foram terrivelmente afetados, não conseguiam o mínimo necessário para sobreviver. Seu salário precisou ser complementado pela assistência oficial aos pobres.

A burguesia implantou a produção alicerçada nos padrões capitalista que, conforme Engels (1975, p.16), causou o amontoamento, nos bairros mais sórdidos das grandes cidades, de uma população arrancada do seu solo; a dissolução de todos os laços tradicionais dos costumes, da submissão patriarcal da família; a prolongação abusiva do trabalho, que, sobretudo entre as mulheres e crianças assumia proporções aterradoras; a desmoralização em massa da classe trabalhadora, lançada subitamente do campo para a cidade, saindo da agricultura para a indústria, condenando essa classe a uma condição de insegurança. Além disso, quando estes trabalhadores não conseguiam ser absorvidos pela indústria eram punidos pela legislação sanguinária, que além de punir servia também para reduzir os seus salários.

Como se não bastasse aqueles trabalhadores que viviam da terra comunal terem sido expulsos de suas terras e serem condenados a viverem sob péssimas condições, uma consequência que atendia às determinações do sistema capitalista de produção e sua forma de trabalho assalariado, tinham que sofrer com as torturas defendidas pela legislação sanguinária e, mais ainda, quando, com o desenvolvimento deste sistema, sofre a coerção praticada pelas relações econômicas.

A expropriação do povo do campo proporcionou também o surgimento do mercado interno e a nova manufatura que surgia, sendo depois impulsionada pelas exportações promovidas pelo sistema colonial violento, aquele que conforme Marx (2013, p.821), esteve atrelado

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista.

Os métodos utilizados para adquirir essa pilhagem eram os mais cruéis possíveis e mesmo que houvesse uma resistência expressa por um estado de guerra constante contra os colonizadores, estes povos sentiram o peso de não possuírem um aparato militar semelhante à dos seus dominadores, pois estes possuem o monopólio da tecnologia. Para Diamond: “A tecnologia, na forma de armas e transporte, proporciona os meios diretos pelos quais certos povos ampliaram seus reinos e conquistaram outros povos” (DIAMOND, 2016, p.241).

Os colonizadores faziam o uso do poder militar e suas invenções para realizarem matanças e as sociedades que se encontravam em desvantagem eram

dizimadas, além de saqueio das riquezas, escravização, uma verdadeira destruição planejada e consciente, implementada pela política colonial. Mas, mesmo assim, ainda existia a defesa de um propósito cristão, tentando ocultar que foi este sistema colonial violento que proporcionou o desenvolvimento do comércio e da manufatura nascente.

O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. A cada um dá-se uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e a cadeia das dependências sucessivas torna-se infinita [...] (GALEANO, 1998, p.14).

A acumulação capitalista, além da violência da pilhagem, faz também o uso desta no processo produtivo, pois com a manufatura, o capital introduz a divisão do trabalho que proporcionará um aumento da produtividade, mas também um aumento da exploração do trabalho, passando o comando do processo de trabalho para o capital, embora, seja importante ressaltar que:

Se o capital, pela força, pode roubar aos grupos sociais seus meios de produção e forçar os trabalhadores a se tornarem objeto de exploração capitalista, não pode, porém, pela força, transformá-los em consumidores de suas mercadorias, nem pode forçá-los a realizar sua mais-valia (LUXEMBURGO, 1985, p.265).

As muitas transformações que ocorreram na história humana e ao longo da evolução do capitalismo serviram para que se fosse implantada a sua forma capitalista de reprodução. Essas transformações, que aparentam ocorrer de forma pacífica, contêm, em seu movimento interno, carnificinas bélicas periódicas servindo para instituir a sua forma de produção mercantil capitalista, realizando a separação entre a agricultura e a indústria, para priorizar a acumulação do capital, pois sem a acumulação deste, o modo de produção capitalista não existiria.

Desta forma, a acumulação primitiva do capital não foi fruto de um mera transformação ou desintegração da economia natural, mas da expropriação dos trabalhadores diretos, destruindo aquela propriedade que antes era fundada no trabalho, embora, o que realmente foi transformado, tenha sido a pequena propriedade que deixou de ser pertencente a um coletivo de homens para tornar-se uma gigantesca propriedade de poucos homens.

As formações não-capitalistas acabam sendo motivo de impedimento para a acumulação do capital e será por meio delas que o capital conseguirá suprir a sua necessidade de meios de produção e força de trabalho, uma vez que,

[...] a acumulação capitalista não se dispõe a aguardar o crescimento natural da população operária, devido a sua capacidade de expansão por saltos repentinos, da mesma forma ela também não se dispõe a esperar pela degradação lenta e natural das formas não-capitalistas e por sua transição para a economia mercantil. O capital não conhece outra solução senão a violência, um método constante da acumulação capitalista no processo histórico [...] (LUXEMBURGO, 1985, p.255).

O capital não tem o menor interesse em manter estas formações vivas, mas pelo contrário, pretende destruí-las e desapropriar-lhes os seus meios de produção para instituir a sua nova forma de produção mercantil, a capitalista. Essa produção que se instaura possuindo características em comum com a produção mercantil simples do passado, como a divisão social do trabalho, agora se diferencia, pois a propriedade privada dos meios de produção nesta nova forma de produção passa a ser diferente, uma vez que os meios de produção pertencem não mais aos produtores diretos e sim aos capitalistas. Estes que apenas são proprietários dos meios de produção, porque não precisam trabalhar. Ao invés disso, compram força de trabalho para que se possa produzir a mercadoria.

A produção mercantil capitalista se fundamenta na exploração da força de trabalho, subordinando formal e realmente o trabalho. Suas consequências foram os frutos da Revolução Industrial, que levou à pobreza e à miséria uma massa de trabalhadores, destruindo a ordem feudal e substituindo-a pelo regime da sociedade burguesa, com seu império de livre concorrência, mas que só se tornou possível quando as forças produtivas passaram de meios individuais de produção para meios sociais. Este regime “[...] transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (MARX, 2013, p. 786).

Em troca da sua força de trabalho o operário fabril recebia “[...] um salário que lhe permitia educar os filhos para um atalho regular – mas apenas o suficiente para que não possa dispensar o salário dos filhos e não faça deles algo mais que operários” (ENGELS, 2008, p.119). Ademais, essa massa de trabalhadores sobreveio a crescer, devido a separação destes dos seus meios de produção, foram passados para as mãos dos capitalistas, estes responsáveis pelo crescimento e reprodução dos antagonismos entre as novas classes: o proletariado e a burguesia.

Nesse novo modo de produção, a sociedade passa a ser de produtores de mercadorias, de produtores individuais, que possuem uma única relação social, a de intercambio de seus produtos. Além disso, esses produtores perdem o controle sobre

o que produzem, onde “[...] O produto impera sobre o produtor” (ENGELS, 1975, p. 24), perdendo também o controle sobre suas próprias relações sociais.

No modo de produção capitalista a força de trabalho também vai ser transformada em mercadoria, deixando de ser considerada a sua essência humana, uma vez que, a mercadoria “é antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meios de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2013, p.113). E o valor dessa mercadoria passa a ser definido levando em conta os mesmos critérios de qualquer outra mercadoria, ou seja, pelo custo da sua produção, no caso da força de trabalho, o valor gasto com a sua manutenção, o custo dos meios de subsistência, embora, esse valor por muitas vezes não consiga suprir as necessidades básicas dos trabalhadores.

O trabalho, se comparado a sua forma primitiva, nesta nova forma de organização da produção, não será apenas responsável em possibilitar o intercâmbio material com a natureza, mas também será produtor de mais-valia, como atividade social, servindo a valorização do capital, passa a condição de trabalho abstrato, pois esta condição será resultante da transformação do modo de produção, que irá realizar a subordinação do trabalho ao capital e o produto desse trabalho torna-se propriedade do capitalista e não do produtor direto, no caso, o trabalhador.

Na composição deste produto, está incorporado o trabalho humano. Neste processo, “(O próprio homem, considerado como mera existência de força de trabalho, é um objeto natural, uma coisa, embora uma coisa viva, autoconsciente, sendo o próprio trabalho a exteriorização material dessa força)” (MARX, 2013, p. 280, grifos do autor), igualmente pertencente ao capitalista, que faz o uso de dinheiro para comprar o capital constante e força de trabalho, o capital variável, estas duas formas de capital que possibilitam ao capitalista extrair lucro, sendo a mais lucrativa delas a constante exploração da parte variável do capital e aumento do capital constante não significa que o capital variável e o trabalho vivo que compõe este capital deixe de ser explorado, mas apenas simboliza um aumento da composição orgânica do capital.

O trabalho, que passou a ser “livre”, expresso no trabalho assalariado, oculta a exploração, pois o trabalhador acredita que o salário pago significa o pagamento integral do seu trabalho, mas na jornada de trabalho contém o mais trabalho expropriado pelo capitalista, conseguindo explorar ainda mais o trabalhador, conduzindo-o à produção da mais-valia absoluta.

Quando a ampliação da jornada de trabalho encontra algumas restrições para serem implantadas, o capitalista procura outras formas de adquirir a extração do lucro, buscando a intensificação do ritmo do trabalho. O trabalhador é submetido a uma jornada intensa de trabalho. Mas quando a extensão da jornada se torna uma medida que causa consequências para a manutenção desse trabalhador, principal meio de extração do lucro capitalista, faz-se o uso da ação do Estado, seja na regulação da jornada ou no controle da força de trabalho através do uso da violência pois

A violência não é aplicada na extração direta de riquezas, mas na manutenção das formas sociais que permitem que mais-valor seja extraído, ou seja, para a manutenção da propriedade privada e dos expropriados. A prisão de grevistas pela polícia, por exemplo, é uma das formas em que o Estado reprime qualquer tentativa de questionar essa estrutura de funcionamento da sociedade. O Estado desempenha um papel indispensável e insubstituível na manutenção das relações de propriedade essenciais para a apropriação de trabalho excedente através dos mecanismos do mercado, principalmente, da compra da força de trabalho – como por exemplo, regular e defender a propriedade privada com seu aparato de juizes e soldados; estipular os termos dos contratos entre empregadores e empregados (as leis trabalhistas: o salário mínimo, a carga horária, o seguro desemprego, a aposentadoria); ou regular o fluxo de investimentos de capital entre Estados-nação (os impostos e tarifas alfandegárias, os termos para o investimento estrangeiro direto e de carteira no país, os termos para a exploração de recursos naturais do país por empresas estrangeiras, etc.) (KANAAN, 2016, p. 20).

Deste modo, a necessidade do controle da força de trabalho é também responsável em criar uma demanda pelo uso e desenvolvimento de novos instrumentos de violência, que está exclusivamente ligada às novas condições econômicas e isso explica as diferentes funções que a mercadoria bélica desempenhou na história, uma vez que, atualmente a alta tecnologia vem favorecendo ao progresso no desenvolvimento de armas que tornam a ação militar ainda mais ofensiva, as quais são criadas pela conjugação entre economia financeira, complexo militar-industrial e tecnologias digitais usadas para controlar protestos que possam ameaçar a segurança dos mercados,

[...] “o novo urbanismo limitar”, diz o autor, alimenta-se de experimentos, procedimentos, técnicas e tecnologias testados em zonas de guerras coloniais – Iraque, Afeganistão e, sobretudo, Gaza. Modelos explicitamente coloniais de pacificação, militarização, controle e contenção, testados e afinados nas ruas do Sul global, estão espalhados pelas cidades do centro capitalista do mundo e tendem a se difundir por todos os lados, nas trilhas do hoje expansivo e altamente lucrativo mercado de segurança, junto com equipamentos, dispositivos de vigilância e armamentos [...] (VERA TELLES, 2019, p.21, apud JEFF HALPER, 2015, *grifos do autor*).

Naquele primeiro momento, esse desenvolvimento da área bélica foi um acontecimento que possibilitou a defesa da existência e também para atender à necessidade de expansão econômica que era exigida, isso porque,

[...] a guerra - considerada no longo prazo - é um órgão que conduz, que acelera (contudo, que por vezes também inibe) o desenvolvimento socioeconômico geral. O papel ativo desse complexo na moldura da totalidade social, em interação com o desenvolvimento econômico, mostra-se em que as consequências de uma vitória ou de uma derrota, para um período curto ou longo, podem realmente afetar modificadoramente o andamento do econômico em geral. O caráter da economia como momento predominante mostra-se contudo, aqui, ainda mais decisivamente que na luta de classes (LUKÁCS, 2018, p.221).

Nos últimos anos do século XIX, o capitalismo passou por profundas modificações que promoveu a mudança do seu ordenamento da sua dinâmica econômica. Este período marca a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo dos monopólios. E sobre este, escreve Netto (1996, p.15) “o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica”. Neste período observamos a intensificação da lógica perversa do capital, que tem em sua essência a dominação do mais fraco pelo mais forte, realizando a subjugação e o extermínio dos competidores, estes que representam empecilhos para os monopólios nascentes.

3. O COMPLEXO MILITAR-INDUSTRIAL NO PERÍODO IMPERIALISTA

Esta seção tem muito de história, mas não aquela história contada de forma romantizada, nem um relato do desenrolar dos acontecimentos. Pretendemos explicar o período da acumulação capitalista que nos possibilita localizar as raízes do nosso presente nos acontecimentos ocorridos em um passado não tão distante, aquele compreendido a partir do final do século XIX. Essas raízes que podem ajudar nas respostas acerca das mudanças estruturais ocorridas no mundo contemporâneo. Veremos aqui a história do jogo de forças que proporcionaram essas mudanças, e nela está contida a história de diferentes Estados, da política, da economia, da cultura e principalmente das guerras. Dedicamos a análise dos processos e fatos que aconteceram neste período histórico, pois neles encontram-se os determinantes que explicam a relação entre o complexo militar-industrial e o complexo econômico. Seria impossível emitir uma análise crítica e histórica dessa relação e da função deste primeiro para a reprodução do capital sem o conhecimento da história mundial a partir dos dois séculos anteriores à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) até os dias atuais, mais precisamente porque este foi o período crucial para a acumulação e expansão do capital: o período Imperialista ou financeiro. Segundo Lenin (2012, p.27, grifos do autor), “O capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países “avançados””. Nele, o complexo militar-industrial implicou num importante aliado econômico na tarefa de absorção do excedente para atender as necessidades de expansão do grande capital monopolista.

3.1 A acumulação e expansão do capital no período imperialista

O capital pode adquirir a sua acumulação e expansão através de métodos que buscam ocultar as leis imperantes no processo econômico. Essas leis estão resumidas nas seguintes palavras de Baran e Sweezy (1978, p. 12): “Quem paga ao flautista escolhe a música, e todos sabem quem são os financiadores e quais as músicas preferidas. Numa sociedade capitalista, uma procura efetiva criará sempre a sua própria oferta”. Dessa forma que se desenvolve a dinâmica político-econômica do capitalismo global sob a égide do imperialismo.

Muito tem se falado sobre o imperialismo, e sua definição foi determinada por diferentes concepções e autores, explicando como os impérios desde o início do

capitalismo conseguiram o domínio de territórios e usurpação de seus recursos naturais e humanos para fins políticos, econômicos e militares, que serviram para a acumulação do capital. No entanto, iremos além do que foram as formas dos impérios passados como o romano, otomano, chinês, russo, soviético, austro-húngaro, napoleônico, britânico, francês, entre outros. Veremos aqui que as transformações ocorridas nas formas de exploração concederam lugar a uma política imperial ainda mais sórdida e perversa culminando nos tempos hodiernos. O seu desvelamento é importante, como mostra o livro de Bukharin (1984, p. 9), em que V. Lenin, em seu prefácio a esta obra, afirma: “O imperialismo não é apenas um dos problemas fundamentais no domínio da ciência econômica em que se estudam as transformações contemporâneas do capitalismo: pode-se mesmo dizer que é a questão essencial”.

O período que antecede a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) até a chegada do século XXI foi muito estudado. A sucessão de seus acontecimentos foi exposta por diferentes autores mediante abordagens que, por muitas vezes, ocultam suas raízes e outras que não dispensam a sua desmitificação. Esse longo contexto que engloba o desenvolvimento da cultura moderna, o desenvolvimento dos movimentos trabalhistas e socialistas, o declínio econômico britânico, a natureza e a origem da Revolução Russa, a questão das origens da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e Segunda Guerra Mundial (1939-1945), engloba ainda o desenvolvimento crucial da acumulação e expansão do capital nos moldes Imperialista, expressão da influência do poder econômico das indústrias armamentistas administradas pelo grande capital em poder de uma minoria dominante.

Diante do exposto, inicia-se a exposição a partir de um retorno ao final do século XVIII, momento do apogeu do desenvolvimento da livre concorrência, no qual ocorrerá uma evolução na forma de produção, ingressando o capitalismo no seu estágio concorrencial, em que a produção ganha um impulso pela grande indústria, uma vez que,

A forma tradicional, feudal ou corporativa, de funcionamento da indústria não permitia atender às necessidades crescentes, decorrentes do surgimento de novos mercados. Em seu lugar aparece a manufatura. O mestre das corporações é deslocado pelo pequeno industrial; a divisão do trabalho entre as diversas corporações desaparece diante da divisão do trabalho no interior das oficinas (MARX E ENGELS, 2008, p.10).

O surgimento da grande indústria deixa para trás aquela pequena firma, a manufatura, embora tenha sido o período da manufatura o responsável em desenvolver a base técnica da grande indústria, a maquinaria desenvolvida passa a ser utilizada, substituindo as formas de produção daquela empresa artesanal e manufatureira, que produzia para um mercado restrito e adentra em um tipo de produção realizada em grande escala. Nela a concentração da produção é intensa; o trabalho mais produtivo; os fabricantes possuem a autonomia de controlar a sua produção, os seus preços e os seus investimentos, pois a maquinaria

Como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela deve baratear mercadorias e encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador necessita para si mesmo, a fim de prolongar a outra parte de sua jornada, que ele dá gratuitamente para o capitalista. Ela é meio para a produção de mais-valor (MARX, 2013, p.445).

Esse revolucionamento na produção vai requerer a criação do mercado mundial e com ele um sistema econômico mundial. Pelo mercado ter se tornado mundial, ele “[...] promoveu um desenvolvimento incomensurável do comércio, da navegação e das comunicações. Esse desenvolvimento, por sua vez, voltou a impulsionar a expansão da indústria” (MARX e ENGELS, p.11, 2008).

O referido contexto não estará desvinculado do triunfo e da transformação do capitalismo na forma historicamente específica da sociedade burguesa, o qual descrevemos anteriormente, que, em defesa das novas condições materiais foi responsável por provocar o surgimento de novas relações sociais, realizando uma transformação radical em todas as esferas da vida social, trazendo consigo, “os Estados nacionais (o Estado moderno), politicamente centralizado, administrando e dando suporte às atividades econômicas da burguesia comercial, materializadas no mercantilismo”(MAZZEO, 1988, p.5, grifos do autor), além de uma forma nova de produzir a riqueza da sociedade. Esta que é

[...] a mais *complexa* de todas as organizações da produção até hoje conhecida -, é nela que existe realmente o maior desenvolvimento e a maior diferenciação categorial. Logo, a sua reprodução ideal (a sua teoria) implica a apreensão intelectual dessa riqueza categorial (o que significa que a teoria da sociedade burguesa deve ser também rica em categorias (NETTO, 2011, p.46 - 47, grifos do autor).

O autor reproduz o que Marx expressou na sua análise da sociedade burguesa, como sendo a mais diferenciada forma de produção, que instituiu a transformação das relações sociais que existiam antes. Essa história começa com a

eclosão da primeira Revolução Industrial, na Grã-Bretanha, que estabeleceu a inclinação ilimitada do sistema produtivo, criado pelo capitalismo, causando a relação entre o capitalista e o pequeno produtor agrícola individual, “Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele” (MARX, 2013, p.785). Ao promover um enorme crescimento econômico, este sistema também causou a penetração mundial, e através da revoluções políticas burguesas, a burguesia conseguiu estabelecer o modo dominante de produzir e pensar. Nessas condições, a acumulação do capital parecia não possuir limitação, já que as contradições não pareciam ser motivo de inquietude imediata.

No entanto, esse modelo, construído por e para a burguesia liberal ocidental, concebia não a forma inalterável do mundo industrial moderno, mas apenas uma fase de seu desenvolvimento inicial, pois o poder econômico, intelectual e militar passou para outros impérios e a tecnologia exerceu grande contribuição, tanto para a economia quanto para a política, uma vez que, com ela, conseguiu um revolucionamento industrial nunca visto antes e que era visivelmente observado nos conflitos armados, com o desenvolvimento de explosivos potentes, metralhadoras entre outros armamentos.

O progresso beneficiava apenas as classes dominantes dos países avançados. Escreve Hobsbawn:

[...] a conquista total da economia mundial e a marcha para a frente de uma ciência e uma tecnologia triunfantes, da qual a primeira dependia cada vez mais, fossem de fato inegáveis, universais, irreversíveis e, portanto, inevitáveis. Supondo que por volta dos anos 1870 as tentativas de contê-las mesmo de retardá-las iam ficando cada vez mais irrealistas e enfraquecidas, e que até mesmo as forças dedicadas à conservação das sociedades tradicionais às vezes já tentavam atingir seu objetivo usando as armas da sociedade moderna, assim como os pregadores da verdade literal da Bíblia hoje usam os computadores e a mídia eletrônica (HOBSEBAWN, 1988, p.35).

O objetivo que se fazia triunfante era o de um comércio cada vez mais universal, mas que afetava as nações envolvendo-as em conflitos violentos, endividamentos e recessões, causando uma sensação generalizada de mal-estar econômico, e, por conseguinte, social. Esses momentos de depressão significavam um mau momento para qualquer país envolvido com o mercado mundial.

Quando se inicia o século XIX, encontramos um contexto de significativas mudanças naquelas condições anteriores, onde as evoluções técnica-científicas e

econômicas irão impulsionar o aumento da produtividade. Essa fase ficou conhecida como Segunda Revolução Industrial⁸,

[...] a principal inovação consistia na atualização da primeira revolução industrial, através do aperfeiçoamento da tecnologia do vapor e do ferro: o aço e as turbinas. As indústrias tecnologicamente revolucionárias, baseadas na eletricidade, na química e no motor de combustão, começaram certamente a ter um papel de destaque, em particular nas novas economias dinâmicas. Afinal de contas, Ford começou a fabricar seu modelo T em 1907 (HOBBSAWM, 1988, p. 52).

O autor exemplifica distintas revoluções industriais, mas esquece que estas transformações são alcançadas para atender o que demanda o sistema capitalista. Assim, nas transformações ocorridas a produção passa a ser em larga escala e devido a livre concorrência, que gera a concentração e centralização de capitais, surgem os monopólios⁹. De acordo com Lenin (2012, p.44), a história do surgimento dos monopólios pode ser resumida da seguinte forma:

1) de 1860 a 1870, o grau superior, o ápice de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis; 2) depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, que ainda constituem apenas uma exceção, ainda não são sólidos, representando somente um fenômeno passageiro; 3) auge de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda vida econômica.

Se antes as grandes e pequenas empresas precisavam disputar espaço, com a chegada do capitalismo em sua fase mais avançada, o capitalismo monopolista, elas decidem realizar acordos, passando a concordarem em dividir o espaço nos mercados. Na verdade, essa aliança “conduz praticamente à socialização integral da produção; arrasta, assim dizer, os capitalistas, contra sua vontade e sem que disso tenham consciência, para uma nova ordem social, de transição entre a mais livre concorrência e a completa socialização” (LENIN, 2012, p.48), pois a livre concorrência vai se apresentar apenas formalmente e essa socialização vai se estender para as inovações tecnológicas na produção.

8 De acordo com Schwab (2019), “A segunda revolução industrial, iniciada no final do século XIX, entrou no século XX e, pelo advento da eletricidade e da linha de montagem, possibilitou a produção em massa”.

9 “[...] na efetividade da vida econômica, o surgimento dos monopólios teve um enorme impacto. O aparecimento, em menos de trinta anos, de grupos capitalistas nacionais controlando ramos industriais inteiros, empregando enormes contingentes de trabalhadores e influenciando decisivamente nas economias nacionais alterou de modo extraordinário a dinâmica econômica” (NETTO E BRAZ, 2012, p.190).

As grandes empresas, como exemplo, a General Motors nos EUA, passaram a comandar a maior parte dos ramos industriais. É uma característica do sistema capitalista, que concentra a produção em empresas cada vez maiores, embora o contingente de mão de obra seja menor, pois trabalham com uma intensificação da exploração do trabalho, favorecida pela implantação de tecnologias sofisticadas. E a tendência ao monopólio ou oligopólio fica mais evidente na indústria pesada, principalmente naqueles setores extremamente subordinados às encomendas governamentais, o setor de armamentos, fazendo parte deste a Boeing Company, que conseguiu lucrar com encomendas governamentais milhares de dólares.

As grandes empresas de armamentos que lideram este ramo, sendo um dos melhores negócios para alguns países e, inclusive, põem à prova as recessões e as crises financeiras, trazem benefícios significativos, mas que também criam desemprego, necessitam alimentar-se a cada dia de novas guerras, a ponto de inventá-las, se preciso, para garantir e justificar sua existência.

Essa concentração da produção pelas grandes empresas favorecia o aumento da constituição das associações monopólicas, como cartéis, trustes, sindicatos empresariais, entre outras. No entanto, ainda existiam as empresas combinadas, que necessitavam utilizar-se da combinação¹⁰ para manter uma taxa de lucro estável e seu lugar na concorrência. Contudo, mesmo havendo esse tipo de socialização, a apropriação privada dos meios de produção continuava nas mãos daquela minoria dominante, pois as associações monopólicas foram instituídas à custa de uma completa manipulação de seus membros, exercendo coação e subordinação sobre estes, impondo, conforme Lenin (2012), a privação de matérias primas; de mão de obra; de meios de transporte; de possibilidades de venda; impondo que as relações comerciais fossem realizadas apenas com os cartéis; a diminuição dos preços e a privação de crédito e boicotes, e nesta situação está embutida as relações de dominação e de violência “eis o que é típico do “estágio mais recente do desenvolvimento do capitalismo”, eis o que inevitavelmente tinha de derivar, e derivou, da constituição de monopólios econômicos todo-poderosos” (LENIN, 2012, p.50, grifos do autor).

10 A combinação é “a reunião numa só empresa de diferentes ramos da indústria, que, ou representam fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima” (LENIN, 2012, p. 39).

Através dos métodos de dominação e violência que marcou a expansão das últimas décadas do século XIX, o inusitado progresso do mundo burguês começa a dar sinais de esgotamento. A geração de expansão sem precedentes deu lugar à crise econômica mundial na chamada Grande Depressão. Esta, que foi propícia à concentração e criação de monopólios, também criou a administração científica do trabalho. Com a vigência desta última, os métodos tradicionais, empíricos ou improvisados tiveram que se adequar à condução das empresas em desenvolvimento. Exigiam uma forma mais racional ou científica de controlar, monitorar e programar a produção, buscando sempre a maximização dos lucros. Além da adequação da produção para adquirir lucratividade, ela também impulsionou a busca por políticas expansionistas necessárias à ampliação do comércio.

A supremacia econômica e militar dos países capitalistas determinou que estes países entre 1880 e 1914 realizassem a divisão do mundo em territórios de sua dominação. Exemplo disso foi o que ocorreu com uma das regiões maiores do mundo, a África e o Pacífico, que foram distribuídas entre os britânicos, franceses, alemães, holandeses, norte-americanos e também japoneses, atendendo as intenções que tendiam para o desenvolvimento econômico desses países constituintes do centro capitalista, do mundo, na época, expandindo-se para a periferia, criando uma economia globalizada. Essa fase marca o imperialismo clássico, em que diferentes potências econômicas dominaram o mundo.

O desenvolvimento tecnológico desses países sempre dependeram desde a colonização das matérias-primas vindas das mais diferentes regiões do mundo, pois devido ao clima ou ao acaso geológico, só seriam encontradas em lugares mais distantes, como é o caso da borracha que “era um produto exclusivamente tropical, extraída com uma exploração atroz de nativos nas florestas equatoriais do Congo e da Amazônia, alvo de protestos antiimperialistas precoces e justificados” (HOBBSAWM, 1988, p. 61-62). Esse e outros produtos foram responsáveis pela abertura do mundo para o imperialismo. Eles precisavam ser produzidos pelas colônias para complementar as economias das metrópoles desenvolvidas.

Ao observar essas transformações na história mundial, Lenin, já em 1912, realiza uma análise da realidade que estava em movimento, culminando em sua obra *O imperialismo, fase superior do capitalismo*, publicado em 1917, durante a vigência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), representada por uma disputa interimperialista. Ele pôde perceber e buscar empreender um estudo ainda mais

aprofundado desse período que expunha ser uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo, iniciado a partir da década de 1870, como também do papel da guerra e da política, que em período de acumulação se tornam importantes instrumentos para a absorção do excedente. Esse período possibilitará uma nova era de expansão nacional, definindo a essência econômica do imperialismo, onde os elementos políticos e econômicos estavam conectados, uma vez que era a economia que operava com o auxílio da política, pois o Estado estava cada vez mais presente. Este período, na análise de Lenin (2012), é um estágio particular de desenvolvimento do capitalismo e a sua base econômica mais profunda é o monopólio, ocorrendo um crescimento do ramo industrial e a concentração da produção vai ficar sendo comandada por grandes empresas, responsáveis em levar o capitalismo para uma ordem econômica e social superior.

A fase imperialista do capitalismo, onde existe a supremacia do capital financeiro, vai se desenvolver a partir das mesmas propriedades fundamentais do capitalismo, aquela anterior comandada pelo capital industrial, conduzindo para um acirramento das contradições que servem para promover uma transição para algo totalmente diferente. Por isso, presencia-se um amontoado de acontecimentos que subsidiarão a análise dos nexos que alicerçam a fase internamente guiada pelos monopólios, o capital financeiro, a oligarquia financeira, a exportação de capital, a partilha do mundo entre as nações ou entre as grandes empresas capitalistas e, particularmente, a indústria de armamentos.

Este estágio do capitalismo tem como fundamento as instituições financeiras, visto que o capitalismo será comandado pelo capital financeiro, que passa a possuir soberania absoluta perante as formas precedentes de manifestação do capital (industrial, mercantil, comercial, usurário). Na fase imperialista do capitalismo, a concentração assegurou o crescimento das empresas e a necessidade de maior nível técnico, que precisava ser implantado às custas de um maior emprego de capitais. Por isso, uma grande ênfase será dada a função desempenhada pelos bancos.

Os bancos passaram a possuir papel fundamental nas transações realizadas pelos capitalistas industriais, sendo os principais responsáveis em apoiar e dirigir as empresas, cada vez mais gigantescas, no desenvolvimento do processo de concentração de mais-trabalho ou mais-valia. Nesse período, “milhões de pequenos, médios e até uma parte dos grandes ‘patrões’ encontram-se de fato completamente submetidos a umas poucas centenas de capitalistas financeiros milionários” (LENIN,

2012, p.38). A exemplo, temos os bancos multimilionários Rockefeller e J. P. Morgan nos Estados Unidos, que comandavam companhias industriais com seus milhões em capital, que:

Pela medição das sociedades anônimas, os bancos controlam as indústrias e todos os ramos da produção e circulação. Nos EUA, dois bancos controlam complementemente todos os ramos da produção: o National City Bank (Rockefeller) e National Bank of Commerce (Morgan). Em 1908, o grupo Rockefeller controlava as operações de 3.350 bancos dentro e fora dos EUA, e o grupo J. Morgan controlava 2.757 bancos nacionais e estrangeiros. Esse controle permitia que os referidos grupos possuíssem assentos nos conselhos administrativos de milhares de empresas (SANTOS NETO, 2019, p.36).

Nessa relação entre industriais e banqueiros, vai ocorrer a fusão entre o capital bancário e capital industrial. Segundo Netto e Braz (2012, p. 192): “Essa fusão dos capitais monopolistas industriais com os bancários constitui o capital financeiro”. O capital financeiro exercerá significativa contribuição para a formação de uma base de sustentação financeira das sociedades anônimas¹¹, passando a concentrar e centralizar o capital em poder de poucas empresas, ou seja, grandes organizações empresariais, estando em poder de acionistas que empregavam administradores para substituir os donos das empresas.

O poder financeiro ficará sob o controle de uma oligarquia financeira, composta por industriais e banqueiros, que irá comandar a economia mundial, subordinando as operações comerciais e industriais aos seus interesses. Além de possuir enorme influência também na política, pois conforme Bukharin (1984, p.106-107), o imperialismo é uma política.

Essa política é o agente da estrutura financeira capitalista e subordina o mundo ao domínio do capital financeiro. Ela substitui as antigas relações de produção pré-capitalistas ou capitalistas pelas relações de produção próprias do capital financeiro. [...] O imperialismo é uma política de conquista. No entanto, nem toda política de conquista é imperialismo.

11 “A grande sociedade anônima começou a surgir na segunda metade do século XIX, primeiro nos campos das finanças e ferrovias, estendendo-se à indústria, na passagem do século, e invadindo mais tarde outros setores da economia nacional. No caso típico, as primeiras empresas gigantes foram organizadas (ou, em consequência de uma fusão, falência ou outra emergência, caíram sem demora sob seu controle) por uma classe de promotores financeiros, que se tornaram famosos na histórias americana como “barões ladrões”, “mongóis”, ou “magnatas” – denominações que refletem o sentimento popular de que o grande homem de negócios nos Estados Unidos, naquele período, assemelhava-se ao senhor feudal nos seus hábitos predatórios e falta de preocupação pelo bem-estar público” (BARAN E SWEEZY, 1978, p. 38).

A influência política dessa oligarquia financeira não se concentrou apenas em âmbito nacional, mas também internacional, quando foi responsável pelo financiamento de golpes de Estado, os quais vamos observar na seção terceira. Em sua funcionalidade, esta oligarquia faz uso da submissão dos países que estão na periferia do capital àqueles que ocupam o lugar dominante na hierarquia econômica mundial.

Com esse poder definido, o capital, que estava centralizado nas grandes empresas, passou a ser utilizado na manutenção da subordinação econômica e política dos países periféricos, sendo exportado para os diversos países no mundo, servindo para o aprimoramento da estrutura produtiva dessas nações, mas que significava a necessidade de mantê-los sob o controle das nações mais avançadas. Portanto, a definição econômica do imperialismo estará relacionada intrinsecamente à economia mundial e ao seu desenvolvimento, visto que

[...] é necessário encarar a luta dos corpos econômicos nacionais antes de tudo como uma luta entre diversas partes concorrentes da economia mundial. Nessas condições, a questão do imperialismo, de sua definição econômica e de seu futuro, passa a ser uma questão de apreciação das tendências de evolução da economia mundial e das prováveis modificações de sua estrutura interna (BUKHARIN, 1984, p.17-18).

Este desenvolvimento é favorecido pela ampliação dos laços internacionais, laços que são beneficiados pela exportação de capitais, os empréstimos e a implantação de indústrias nos diversos países dependentes, constituindo o capital produtivo,

As multinacionais revelam que o desenvolvimento das economias centrais somente é possível mediante a exploração das economias periféricas e subdesenvolvidas. A transformação da América Latina em quintal das empresas americanas foi fundamental para a emergência das multinacionais estadunidenses. Não é à toa que no final do século XIX os EUA se tornam o principal consumidor da produção cafeeira brasileira (SANTOS NETO, 2019, p.39).

A circulação internacional de capitais, que representa um dos elementos essenciais da internacionalização da vida econômica, traz o constante desenvolvimento das forças produtivas e conseqüentemente da economia mundial, causada pelas relações de produção entre os diferentes países no mundo, generalizando as relações capitalistas e ainda proporcionando o surgimento de novas formações econômicas.

O crescimento e o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo mundial acabam trazendo consigo o imperativo para a realização de acordos de âmbito internacional entre os grupos capitalistas nacionais, estabelecendo relações de dominação e exploração. As gigantescas empresas, as multinacionais, aquelas que pertencem aos países de capitalismo avançado e que, portanto, defendem os interesses destes países, possuem o controle dos mercados, e buscam manter este controle a todo custo, fazem acordos, definem como deverá ser a partilha econômica do mundo. Essa partilha, causada pelo desenvolvimento dos monopólios, serviu de base para a partilha territorial do mundo na qual a guerra exerceu importante função, pois essa partilha do mundo entre as grandes potências,

[...] foi posta em questão em 1914: como já não existiam mais territórios “livres”, qualquer nova expansão haveria de fazer-se mediante o confronto entre Estados imperialistas – é assim que explode a Primeira Guerra Mundial, expressão dos conflitos interimperialistas, conflitos que também responderiam pela Segunda Guerra Mundial. De fato, a guerra, no estágio do capitalismo dos monopólios, constitui a forma extrema de partilhas do mundo pelas potências imperialistas (NETTO E BRAZ, 2012, p.196, grifos do autor).

Os dois grandes conflitos mundiais foram essenciais para deslocar as contradições do capital sob a hegemonia dos países imperialistas, assumindo os EUA, no pós-guerra, um papel hegemônico e superando completamente a velha hegemonia britânica, japonesa e europeia. Essa garantia não deixou de estar relacionada à produção bélica, que estava sob o domínio dos grandes monopólios e que se encontravam preocupados em beneficiar-se da expansão da produção militar, obtendo enormes lucros através das encomendas militares. A produção da indústria bélica nesse período recebeu o incremento das novas tecnologias que possibilitaram a produção de armamento resistentes e sofisticados, atendendo a demanda dos Estados envolvidos nos conflitos. Embora, seja importante ressaltar que, os monopólios também passaram a estimular esses Estados para o gasto com armamentos criado para novos inimigos externos.

O investimento na indústria bélica pode ser observado nos resultados alcançados nesse ramo da produção, quando no andamento da Segunda Guerra Mundial, o governo dos Estados Unidos, trouxe para a batalha o seu mais poderoso instrumento, a bomba atômica. Ela foi resultado dos investimentos realizados pelo governo norte-americano em tecnologias mais avançadas, destinadas à criação de grandes invenções que pudessem favorecer a manutenção da sua hegemonia. Assim,

Em 1942, no meio da Segunda Guerra Mundial, o governo americano criou o Projeto Manhattan com o objetivo explícito de desenvolver a tecnologia necessária para construir uma bomba atômica antes que a Alemanha nazista o fizesse. Em três anos o projeto atingiu seu objetivo, a um custo de dois bilhões de dólares [...] (DIAMOND, 2016, p.242).

Daí, vemos o papel significativo da produção da indústria bélica no atendimento das necessidades megalomaniacas dos grandes monopólios conduzidos pelas grandes potências imperialistas e beligerantes no mundo, mas também a contribuição da ciência e suas tecnologias, uma vez que a guerra pode ser considerada como motivadora para o desenvolvimento de sofisticadas inovações tecnológicas. Estas inovações vem sendo necessárias desde o início, pois,

A invenção da pólvora e o constante aperfeiçoamento das armas de fogo são por si sós suficientes para mostrar que o progresso da civilização nada fez de prático para alterar ou para desviar o impulso de destruir o inimigo, que é essencial à própria idéia de guerra (CLAUSEWITZ, 1984, p. 77).

No entanto, a indústria bélica ou complexo industrial-militar, que chegou a ter seu ápice na produção industrial, trazendo importantes lucros aos monopólios industriais durante e mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, ao final desse grande conflito mundial viu-se atingida por uma queda no consumo das suas mercadorias, isso trouxe grande impacto.

Dado o poder econômico e político de algumas empresas industriais que conseguiram uma posição imensamente forte na economia norte-americana com a produção militar durante os anos da guerra, precisava-se encontrar um modo de salvaguardar a continuidade de seu lucro e de sua expansão nas novas circunstâncias, utilizando-se os bons serviços do Estado tanto na economia interna como na criação de tipos de relações internacionais que favorecessem a consolidação e o crescimento de tais forças (MÉSZÁROS, 2012, p.274).

O momento era de reconstrução e de buscar novas estratégias que pudessem garantir a relativização do lucro e a hegemonia das potências que necessitavam manter o seu poder dominante. Assim, a intervenção do Estado constituiu uma ajuda financeira necessária, visto que, na dinâmica imperialista, “[...] o terrorismo de Estado imobiliza e/ou destrói as organizações dos trabalhadores, regula a massa salarial conforme o interesse dos monopólios, favorece descaradamente o grande capital, militariza a vida social e investe forte na indústria bélica [...]” (NETTO E BRAZ, 2012, p.207).

Desta forma, mesmo em tempo de paz, o Estado conseguiu favorecer a ampliação da produção militar, pois para atender aos interesses do grande capital monopolista, ele alterna entre o terrorismo e a intervenção na economia, e “o efeito da intervenção governamental nos mecanismos mercantis da economia, qualquer que seja o seu objetivo ostensivo, é fazer com que o sistema funcione mais, e não menos, como se fosse constituído exclusivamente de empresas gigantes” (BARAN E SWEEZY, 1978, p.73).

Neste período, de acordo com Lessa (2013, p. 56-57 apud LEWONTIN, 1997, p. 2-3, grifos do autor), em que vigorava o Estado de Bem-Estar,

O Estado, naquelas circunstâncias, teve de se converter em “um importante comprador de bens e serviços”, em um fornecedor “de capital aos setores subcapitalizados pela [suas] nacionalizações temporárias” e em financiador dos custos da “criação de novas tecnologias e dos quadros treinados, exigidos tanto para a implementação de tecnologias já existentes como para criar mais inovações”.

Essa intervenção teve continuidade mesmo com o fim desse modelo de Estado, pois, “a Guerra Fria terminou, mas este “papel do Estado se tornou permanente” (LESSA, 2013, p.57 apud LEWONTIN, 1997, p.6). A produção da mercadoria bélica foi também favorecida pelos acordos de paz realizados pelas potências beligerantes. Esta estratégia trouxe um novo momento de expansão para a produção bélica e essa produção proporcionou a reestruturação da economia, que voltou a crescer, mas de forma velada, por se tratar de uma produção que até então não correspondia com o momento histórico.

Portando, a expansão e a acumulação do capital no período imperialista estiveram também relacionadas à produção da indústria bélica, uma vez que

A sinistra associação entre violência de Estado (político-militar), indústria bélica e interesses imperialistas tem sido a promotora de guerras cada vez mais espetaculares, destrutivas e mortíferas. Nesta tese supomos que a rotinização da guerra esta relacionada necessariamente à tendência destrutiva do capital, dinamizando a produção, a circulação e a venda de mercadorias envolvidas em conflitos bélicos (KILDUFF, 2015, p.2).

Os interesses das potências imperialistas e beligerantes estão alinhados aos objetivos práticos destrutivos dessa acumulação e não com a vida humana. A exemplo desta busca por melhor atender esses interesses foi que,

O Estado de Bem-Estar articulou como nunca antes a produção do conhecimento e o ensino às necessidades do grande capital. Para isso, foi preciso expandir tanto a educação primária e secundária,

quanto as universidades e centros de pesquisa. O complexo industrial-militar jogou, nesta expansão, um papel fundamental no financiamento e na determinação do quê e de como seria pesquisado. As “conquistas” no campo da educação que caracterizaram o Estado de Bem-Estar fortaleceram o capital, as classes dominantes e contribuíram para manter a sociedade de classes em escala planetária (LESSA, 2013, p.66, grifos do autor).

Nos EUA, os professores eram perseguidos e se acaso fossem contrários as novas diretrizes pedagógicas que defendiam a formação de quadros técnicos para melhor atender aos interesses do sistema do capital, eram taxados de comunistas. No entanto, as ações empreendidas pelo Estado de Bem-Estar não foi somente sentidas na educação, mas a sua intervenção através de políticas públicas estenderam-se ao desemprego, aos idosos, ao racismo, a saúde, à moradia, entre outras, que mesmo demonstradas nas estatísticas como um problema controlado, na verdade estavam camufladas as suas contradições e sendo divulgadas apenas a parte que melhor fosse adequada para servir na busca por aumentar a lucratividade do sistema do capital.

Essa lucratividade é vista no crescimento econômico provocado pelo incremento do fordismo,

Quanto mais o capitalismo avança, mais os empresários e seus servidores introduzem métodos sofisticados para, ao mesmo tempo, aumentar a contribuição de cada trabalhador para a criação de riqueza, no sentido geral, e reduzir a capacidade de resistência coletiva dos operários. A passagem do fordismo ao toyotismo se insere nesse esforço patronal (GOUNET, 1999, p.9).

O incremento proporcionado pela adoção das novas técnicas aumenta a capacidade de produção, mas também a exploração da classe trabalhadora e um abismo entre a produção e o consumo, fazendo com que o capitalismo entre em uma crise de superprodução. Constata-se: “A degradação nas condições de trabalho e a ampliação da mais-valia extorquida são tendências universais ao longo dos ‘30 anos dourados’”. O que já era muito ruim tornar-se-ia ainda pior após os anos de 1970, com a dita “reestruturação produtiva” (LESSA, 2013, p. 98).

O Estado de Bem-Estar não deixou de ser o complexo que auxilia na produção material da sociedade, pois no período de sua vigência,

[...] a principal e mais importante das políticas públicas nos “30 anos dourados” foram os enormes investimentos no complexo industrial-militar, principal responsável pelo aquecimento da economia, pela geração de empregos; impulsor direto e indireto do desenvolvimento tecnológico, científico, das universidades etc. (LESSA, 2013, p.184, grifos do autor).

O investimento neste complexo pelo Estado de Bem-Estar não ocorreu somente nos EUA, mas,

1) praticamente todos os considerados típicos Estados de Bem-Estar (França, Inglaterra, Estados Unidos etc.) investiram mais recursos no desenvolvimento do complexo militar-industrial que em todas as outras políticas públicas. Estudos vários (já citados) indicam que os gastos militares foram a principal e mais importante política pública dos “30 anos dourados” (LESSA, 2013, p.184, grifos do autor).

A intervenção do Estado será mais requisitada, pois sua ação irá garantir a reprodução ampliada do capital monopolista no decorrer do século XX. Vê-se que no final deste século, na fase mais mortal do imperialismo hegemônico global, perpassado pelos efeitos da crise estrutural do sistema do capital, iniciada em 1970, principalmente no plano militar e político, haverá um acirramento das consequências destrutivas, favorecidas pela ação agressiva dos países avançados. Principalmente pelos Estados Unidos nas ações contra as nações dependentes (endividamento, privatização de empresas estatais), na destruição ambiental, na intensificação da exploração e precarização do trabalho no plano mundial.

A recomposição econômica das potências afetadas pela Segunda Guerra Mundial, a nova ascendência do poder financeiro interceptado pela política do *Welfare State*, a ruptura do sistema de *Bretton Woods*, o estabelecimento de uma política de câmbio flutuante e o fim da paridade com o dólar, o petrodólares serviram de esteio para a constituição de um novo imperialismo marcado pela hipertrofia do capital financeiro sob a égide dos Estados Unidos. Para entender o seu movimento não devemos nos limitar a afirmação de que ela funciona movida pelo controle dos EUA. Esta nova fase deve ser entendida a partir de uma análise das contradições sistêmicas ou estruturais pelas quais vêm passando o sistema do capital, estando aí, portanto, as raízes da sua causa, pois as muitas tentativas de deslocamento dessas contradições, no passado, não as solucionaram, mantendo-as e agravando-as ainda mais.

Diante da crise estrutural,

[...] dada a forma em que se realizou a deformada tendência globalizante do capital – e que continua impor -, seria suicídio encarar a realidade destrutiva do capital como o pressuposto do novo e absolutamente necessário modo de reproduzir as condições sustentáveis da existência humana. Na situação de hoje, o capital não tem mais condições de se preocupar com o “aumento do círculo de consumo” para benefício do “indivíduo social pleno” de quem falava Marx, mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo,

que pode ser assegurada pelo menos por algum tempo, por várias modalidades de destruição (MÉSZÁROS, 2012 b, p.21).

É neste período que se acentuam as contradições provocadas pelas práticas imperialistas, estas que são alicerçadas pela exploração das condições geográficas desiguais, em que

A riqueza e o bem-estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios. As condições geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais da dotação de recursos naturais e vantagens de localização; elas são também, o que é mais relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência de relações assimétricas de troca (HARVEY, 2005, p.35).

Essa concentração de poder se acentua e é vista principalmente com aqueles que movimentam o capital financeiro, que vem sendo ainda mais empregado para o desenvolvimento e manutenção da indústria de armamentos.

3.1. 2 A presença do capital financeiro na produção da indústria bélica

Conforme observamos no item anterior, no período imperialista houve uma intensificação da acumulação efetivada com a financeirização da economia que passa a ser comandada pelo capital financeiro mundial. Um capital que exerceu e exerce o comando de diversos ramos industriais por todos os países através dos bancos e atualmente das Instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e/ou o Banco Mundial, facilitando a expansão da riqueza e poder dos países imperialistas (especialmente dos EUA), estando estruturado pelas diferentes formas de capitais interligados mundialmente, ele é específico do estágio imperialista.

O capitalista movido pelo lucro vai fazer o uso do capital financeiro em um investimento que possa extrair maior lucratividade. Esse capital bancário, representado pela oligarquia financeira, está assentado nas sociedades anônimas, um segmento que vive da expropriação dos lucros produzidos pelos trabalhadores. Sediadas nos países de capitalismo avançado, com filiais nas economias dependentes, as sociedades anônimas ditam as regras e determinações que devem ser seguidas pelo mercado mundial. Elas operam mediante exportações de capitais conectados aos seus interesses, fazendo empréstimos e exercendo influência nas nações dependentes economicamente através de organismos internacionais como FMI, Banco Mundial e OMC.

As nações hegemônicas, além de subordinarem economicamente as nações periféricas, acabam exercendo controle nas decisões políticas destes países e na alternância de seus governantes, demonstrando a nova fase do imperialismo. Essas nações contraem empréstimos governamentais para atender exclusivamente interesses endógenos:

O formidável crescimento do orçamento do Estado, provocado tanto pelas complicações ocorridas, de maneira geral, na vida econômica, como pela militarização de toda a economia nacional, suscita, para cobrir as despesas, uma necessidade sempre crescente de empréstimos externos” (BUKHARIN, 1984, p. 37).

Os países dominados são forçados a contrair empréstimos com o FMI e o Banco Mundial. Isso os torna ainda mais subordinados e oprimidos por estas instituições que são controladas pelo imperialismo norte-americano e os grandes grupos financeiros que comandam a nova configuração da economia mundializada. Eles pautam as diretrizes para o funcionamento das instituições financeiras.

O capital monetário encontra no financiamento da produção da indústria bélica uma solução para a sua valorização, pois esta produção se tornou um instrumento efetivo na garantia do crescimento da economia capitalista, pois quando acontece uma crise do sistema, os gastos públicos não militares dos países são os primeiros a sofrerem cortes. No entanto, as despesas militares são as primeiras a serem acrescidas, porque a acumulação proporcionada pela produção bélica alcança, para o capital, lucros seguros em tempos de crises, mantendo a sua reprodução e expansão. E, sendo ela pública e/ou privada, garantem a manutenção da dominação imperialista, visto que: “Os que inauguram o terror não são os débeis, que a ele são submetidos, mas os violentos que, com seu poder, criam a situação concreta em que se geram ‘os demitidos da vida’, os esfarrapados do mundo (FREIRE, 1987, p. 23, grifos do autor).

Desta forma, vai ser a relação dos mercados financeiros com as indústrias bélicas e os Estados que representa um dos pilares da economia capitalista contemporânea, mais precisamente os mercados financeiros que movem o capital financeiro, movimentados nas atividades realizadas pelas bolsas de valores, bolsas de mercadorias e futuros, tão necessários às indústrias de armamentos.

A financeirização permite centralizar os abundantes capitais, uma vez que o crédito dentro do sistema capitalista é fundamental às empresas que dependem deste crédito para se expandir, assim como também dependem dos Estados nacionais. O

Estado vai ser o principal criador de uma demanda efetiva para a indústria bélica. Como exemplo tem-se o investimento dos EUA em projetos como o “Guerra nas Estrelas”. Este projeto só pôde ser posto em prática por causa da demanda criada pelo Estado que, com a sua criação, necessitou recorrer ao capital do sistema financeiro para aquisição de mercadorias desenvolvidas pelas indústrias de alta tecnologia. A sobrevivência do sistema financeiro passa pela indústria bélica devido a sua natureza destrutiva e sua capacidade de assegurar a reprodução ampliada do capital. A sua expansão tem sido assegurada pelo papel exercido pelo Estado. Essas empresas acabam recebendo investimentos para a criação de alta tecnologia militar, como exemplo tem-se no Brasil o incentivo originado com a Base Industrial de Defesa (BID)¹².

O grande capital, comandado pela financeirização, investe cada vez mais na produção das mercadorias bélicas. As indústrias desse ramo da produção necessitam de capital para implantar o que tem de mais avançado em tecnologias emergentes. Além disso, esses ramos industriais estão sempre em busca dos novos recursos necessários à sua reprodução e, por isso, os grupos monopolistas responsáveis pelo comando do grande capital e desses ramos sentem necessidade também de matérias-primas para sua produção e reprodução. E nisso,

El silogismo es sencillo. Agua, petróleo, madeiras, alimentos, minerales estratégicos. Si la naturaleza se ha convertido en el bien más codiciado, aquellas zonas geográficas con mayores reservas de recursos naturales serán necesariamente los blancos geopolíticos de quienes los necesitan. África y América del sur son dos poseedoras de esos tesoros. Esto explica por qué éstas son las áreas estratégicas que el Pentágono intenta cubrir desde la base de Palanquero en sus planes hacia el año 2025. Y revela también por qué, justamente, en esos dos lugares se ha detectado un crecimiento exponencial de la presencia china. (LUZZANI, 2012, p. 38).¹³

12 Conforme o Ministério da Defesa, a BID é o conjunto das empresas estatais ou privadas que participam de uma ou mais etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa, bens e serviços que por suas peculiaridades possam contribuir para a consecução de objetivos relacionados à segurança ou à defesa do país (Ministério da Defesa, Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/industria-de-defesa/base-industrial-de-defesa>. Acesso em: 9 de setembro de 2019).

13 “O silogismo é simples. Água, óleo, madeira, alimentos, minerais estratégicos. Se a naturalização se tornou o ativo mais cobiçado, as áreas geográficas com as maiores reservas de recursos naturais serão necessariamente os alvos geopolíticos daqueles que precisam deles. África e América do Sul são dois possuidores desses tesouros. Isso explica por que essas são as áreas estratégicas que o Pentágono tenta cobrir da base de Palanquero em seus planos para o ano de 2025. E também revela por que, precisamente nesses dois locais, foi detectado um crescimento exponencial da presença chinesa” (LUZZANI, 2012, p.38, tradução nossa).

A luta competitiva entre as nações hegemônicas industriais traz o imperativo de uma busca constante por matérias primas para aquecer a produção que alimenta o novo e crescente campo de acumulação do capital, o complexo militar-industrial. Este complexo pode definir qual dos Estados nação será o Estado do capital, pode determinar quem irá liderar a parcela mais importante do mercado mundial.

3. 2 O Complexo Militar-Industrial e a natureza da produção destrutiva

“O capital é de longe o mais poderoso regulador espontâneo da produção conhecido pela humanidade até o presente e não pode ser substituído por um vácuo socioeconômico. A dominação do capital sobre a sociedade só pode ser superada por uma ordem reprodutiva materialmente sensata e humanamente gratificante que assuma todas as funções metabólicas vitais deste modo de controle sem suas contradições”.

(ISTVÁN MÉSZÁROS)

3.2.1 A passagem da produção genuína à produção destrutiva

No processo de acumulação do capital o sistema capitalista precisou subjugar os trabalhadores e as condições naturais à sua forma de produção para poder conseguir impor os imperativos que contribuem para a sua expansão. Esse sistema, ao longo do seu desenvolvimento, tem buscado aperfeiçoar sua forma de expansão e dominação, objetivando manter intactos os princípios econômicos do seu padrão perverso de acumulação, e tem na nova forma de produção uma base para a sua sustentação, buscando uma produtividade que se destina a maximização do lucro.

Karl Marx, em sua obra *O capital*, observou essa dinâmica do modo de produção capitalista nas análises que realizou da mercadoria. Escreve Marx: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 2013, p.113). Essas mercadorias podem satisfazer diferentes necessidades. Embora o processo produtivo, que antes era destinado à satisfação das necessidades humanas dos trabalhadores, procura produzir mercadorias que atenda única e exclusivamente à demanda do capital, em que a necessidade historicamente criada tomou o lugar daquela natural, visto que a força de trabalho, os

materiais e os instrumentos produtivos devem convir a propósitos úteis neste sistema: a produção destrutiva que alimenta a expansão e desenvolvimento do capital, “os meios de produção já não são *meios* genuínos, mas uma parte determinada do *capital* que se *autoimpõe*. Como ‘meios de produção’, eles representam uma forma específica de capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 664, grifos do autor). Essa forma de produção que tem em sua base a destruição modifica não somente o processo objetivo, mas também o processo subjetivo da sociedade capitalista, resultando em uma transformação nos modos de pensar e agir dos indivíduos.

O sistema do capital destrói as amarras que limitavam a produtividade no passado, proporcionando o avanço e desenvolvimento das forças produtivas. Mas, ao mesmo tempo, libera poderes destrutivos, pois “[...] atinge-se um estágio no qual se produzem forças de produção e meios de intercâmbio que, sob as relações vigentes, só causam desgraça, que já não são forças de produção, mas forças de destruição [...]” (MARX E ENGELS, 2009, p.56), gerando o aumento da exploração do trabalho e os graves problemas que colocam em risco a sobrevivência de toda a humanidade. Segundo Lessa e Tonet (2011, p. 96):

O que importa é o lucro dos capitalistas. Se, para isso, a fome deve ser mantida apesar de se poderem produzir alimentos para todos; se a ignorância deve ser mantida, apesar de se poder erradicá-la; se muitos devem ficar sem casa e sem assistência médica, apesar de existirem os meios para abolir esses sofrimentos; se, para acumular o capital, é necessário levar a humanidade à beira de uma catástrofe nuclear, produzindo reatores e bombas atômicas, ou, ainda, destruir a natureza e romper o equilíbrio ecológico, tudo isso será feito em nome do capital e em detrimento das necessidades humanas.

De fato, nesse sistema sociometabólico o que impera é uma racionalidade legitimadora do ponto de vista econômico, pois quando deseja atender as suas necessidades, o burguês vai empregar as mais variadas estratégias e ferramentas. E isso fica evidente quando, para a expansão da produção, esta classe emprega inovações tecnológicas que possibilitam a economia de tempo humano, produzindo mais com menos força de trabalho, intensificando a exploração desse trabalhador.

Em um tempo mínimo necessário, o trabalhador produz determinada mercadoria levado pela intensificação do trabalho. Graças a introdução das máquinas, a produção de grandes demandas tornou-se possível. Com um potencial diferente da força humana, elas são construídas para durarem até mesmo antes de acabarem a sua vida útil. São capazes de realizarem uma superprodução em massa de mercadorias.

No entanto, ao contrário das máquinas, motivados pela competição, o capitalismo acaba buscando baratear os artigos manufaturados, quando procura tornar estes menos duráveis, produtos que são considerados descartáveis. Essas estratégias aparentam ser positivas ao avanço da produtividade, esquecendo que na essência desse modo de produção os avanços são obtidos às custas de sérias consequências para os trabalhadores. Mas, para muitos, essas consequências devem permanecer ocultas.

Além disso, o avanço na produtividade é responsável pela transformação não somente da produção, mas também dos padrões de consumo, uma vez que a sociedade passa um maior tempo produzindo bens duráveis, desejando adquirir o equilíbrio entre produção e consumo, quando descartam esses bens antes mesmo deles atingirem o final de sua vida útil,

Na realidade numa economia caracterizada ao mesmo tempo pela transformação tecnológica e pelo monopólio, não há como conhecer qual será a vida útil de uma peça de capital, nem há pressões competitivas que forcem as empresas gigantes a cuidadosas estimativas para orientá-las na formulação de suas taxas de depreciação (BARAN E SWEEZY, 1978, p.105).

Também o capitalismo, na sua forma mais avançada, acaba criando novas formas de produção e consumo, resultante do complexo militar-industrial, conforme veremos no decorrer da nossa exposição. Esta nova forma de produção é responsável em consumir recursos materiais e humanos na produção de enormes quantidades de mercadorias, mas que essas são descartadas antes mesmo de serem consumidas ou com pouco tempo de consumo. Desta forma, o avanço produtivo que irá determinar a riqueza e o desenvolvimento de uma sociedade encontra-se interligado à produção de produtos reutilizáveis, mas que não estão sendo produzidos no intuito de atender as necessidades básicas da humanidade, servindo apenas para a autorreprodução ampliada do capital.

A produção, que antes era destinada à garantia da subsistência do produtor como valor de uso e não para riqueza, dependia de um dado consumo. Também a demanda limitava a produção que se expandia lentamente por ser condicionada a estes imperativos. Essa limitação era mantida enquanto o trabalhador ainda possuía os seus meios de produção. Mas, quando houve a separação do trabalhador de seus meios de produção, convertendo-os em mercadoria, aconteceu o aumento da

produtividade. Uma vez que as limitações são retiradas, e estando livre da regulação do consumo, agora esta demanda é regida pela oferta.

A produção capitalista não consegue fazer uma separação entre valor de uso e valor de troca, mas o primeiro fica subordinado ao segundo e isso significou uma importante estratégia para o desenvolvimento econômico. Uma determinada mercadoria pode ser utilizada ou não, mas continua sendo útil para a expansão do capital. Para este o que importa é que o valor de troca seja realizado na troca, e isso “[...] independentemente de ser ela, na sequência, sujeita a uso constante, a pouco ou nenhum uso [...]” (MESZÁROS, 2011, p. 660), porque, se a demanda de tal mercadoria é mantida e a sua utilidade é mínima, ainda assim é lucrativa para o capital, uma vez que, a demanda irá requerer uma outra mercadoria.

Nos modos de produção anteriores ao modo de produção capitalista havia a utilização do trabalho humano e dos recursos materiais de forma que não seria única e exclusivamente para a exploração, mas estavam também destinados a satisfação das necessidades humanas, ou seja, ao valor de uso. Embora isso tenha representado sua limitação, o desperdício era reduzido e agora no modo de produção capitalista, a produção do desperdício é realizada de maneira sempre crescente, demonstrando que a importância está na contínua lucratividade.

As consequências negativas dessa produção ficam evidentes quando acontece a separação da produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e a produção que se destina unicamente a autorreprodução do capital. Essa separação acaba facilitando o aumento das consequências destrutivas, provocando a precarização estrutural do trabalho, por se tornar um trabalho alienado que degrada as condições de vida do trabalhador e não permite que este consiga atingir um desenvolvimento humano, transformando estes trabalhadores em coisas, em mercadorias.

O capital passa a impor à humanidade a necessidade da produção de riqueza. Mas, essa produção de riqueza acaba se modificando quando se depara com as determinações reificantes do capital, principalmente com relação a propriedade, pois o trabalhador não possui mais as condições de produção e reprodução da sua subsistência como sendo sua propriedade, isso porque,

O “ter” domina o “ser” em todas as esferas da vida. Ao mesmo tempo, o eu real dos *sujeitos produtivos* é destruído por meio da fragmentação e da degradação do trabalho à medida que eles são subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho capitalista. Eles são

reconhecidos como “sujeitos” legitimamente existentes apenas como *consumidores manipulados* de mercadorias (MÉSZÁROS, 2011, p.611, grifos do autor).

Esses trabalhadores passam a consumidores, mas sendo um consumo imposto pela taxa de utilização decrescente, em que o trabalho e a reprodução social integram-se às condições que favorecem a produção desenfreada de riqueza alienante e reificante que proporciona a expansão do sistema do capital. Esta causa impactos negativos nas diversas dimensões da produção e do consumo, seja nos bens e serviços, nas instalações e maquinaria ou até mesmo na própria força de trabalho, determinando os meios pelos quais possa reduzir a utilização dessas mercadorias e também a sua vida útil, facilitando um processo de superprodução de novas mercadorias que irão substituir as antigas, mas que não chegam a ser tão antigas assim.

O capital, por possuir um sistema produtivo dinâmico, onde as potencialidades produtivas servem à expansão de uma riqueza mercantilizada, acaba subjugando a humanidade a este propósito. Um ponto importante para refletirmos sobre estas potencialidades, já que elas significam o desenvolvimento com um potencial nunca visto antes, é pensar e deslocar essas potencialidades para que passem a ser positivas e não destrutivas. Que tenham como finalidade a riqueza da produção e não a produção de riqueza, uma vez que essa riqueza da produção deve ser uma riqueza que se destina ao atendimento das necessidades humanas. Uma produção possibilitadora do desenvolvimento das capacidades humanas e produtivas, controlada pelos trabalhadores associados, representando uma alternativa para a forma de produção de riqueza do capital e suas consequências destrutivas.

Contudo, como a produção não é controlada pelos produtores, ela é quem os controla, impõe a estes os seus imperativos, em uma produção que avalia de forma quantitativa a produtividade, buscando sempre consumidores em massa, mas utilizando-se cada vez menos a força de trabalho, que é expulsa do processo de produção, provocando um desemprego em massa. Produção onde o que importa é acumular e expandir, sem levar em conta as consequências da expansão produtiva.

Agora a grave realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter *crônico*, reconhecido até mesmo pelos defensores mais acrílicos do capital como "desemprego estrutural", sob a forma de auto justificação, como se ele nada tivesse que ver com a natureza

perversa do seu adorado sistema (MÉSZÁROS, 2012 b, p.22, grifos do autor).

Assim, observando o lado positivo e negativo do sistema produtivo em questão, vemos que o avanço da produtividade acabou favorecendo a ativação tanto de potencialidades produtivas quanto destrutivas na produção, e nestas últimas encontramos a explicação para as consequências verificadas no momento atual de desenvolvimento do capitalismo.

3.2.2 Ativação das potencialidades destrutivas na produção

As potencialidades destrutivas na produção passam a ser ativadas com o desenvolvimento das forças produtivas por ser a destruição um elemento que se constitui para atender as mudanças do padrão de acumulação responsável em criar os novos canais de exploração e as novas formas de consumo, fazendo parte das reconfigurações do capital, lhe proporcionando uma sobrevivência, atendendo mais a propósitos destrutivos do que produtivos.

No sistema capitalista, agora em seu estágio mais avançado, as potencialidades que se desenvolvem no processo produtivo proporcionam uma produção generalizada de mercadorias, em que o desperdício tornou-se eficaz, já que são desperdiçados uma infinidade de mercadorias, recursos naturais, financeiros e até alimentos. Mas isso não significa que o capitalismo tenha deixado de seguir fielmente os seus princípios econômicos, pois o desperdício é lucrativo para este sistema, na medida em que consegue manter as suas engrenagens em constante movimentação.

Portanto, para atingir aos seus propósitos, o capitalismo vai se tornar um inimigo da durabilidade e da qualidade das mercadorias, embora seja elementar observar que este sistema, ao contrário do que tem feito na produção de mercadorias, tenha se preocupado em servir-se, de forma racional, dos recursos do trabalho, incluindo neste o tempo de trabalho, na intenção de atingir seus objetivos de expansão lucrativa.

As novas necessidades produtivas impostas pelo desenvolvimento, possibilitadas pelas potencialidades positivas, acabam sendo supridas pelo predomínio da quantificação, se estendendo também à avaliação do trabalho humano, onde “[...] o fetichismo da quantificação domina completamente a dimensão qualitativa do processo de produção” (MÉSZÁROS, 2011, p.614), quando a produção no

capitalismo avançado passa a consumir uma quantia significativa da riqueza social destinada a produzir mercadorias que possibilitem o mais alto nível de valorização do capital, aquela que produz uma riqueza reificada, não está destinada ao uso genuíno ou à necessidade humana.

O avanço na produtividade sempre esteve alinhado às demandas das práticas produtivas dominantes e, por isso, no capitalismo, a utilidade das mercadorias deve estar única e exclusivamente correspondente a expansão do capital. Assim, os recursos materiais e humanos que estão disponíveis devem servir aos imperativos de autorrealização ampliada do capital, do contrário, serão vistos como uma mercadoria dispensável. Essa produção deve ser destinada a resguardar a expansão contínua da mais-valia, mesmo que isso signifique uma exploração brutal do trabalho, um trabalho vivo mercantilizado, em que até mesmo a única mercadoria remanescente ao trabalhador, a força de trabalho, é controlada e usurpada pelo capital.

O capital, na sua fase de ascensão apenas poderá manter a sua expansão se conseguir realizar a subjugação das necessidades humanas e o valor de uso às deliberações do valor de troca, onde o trabalhador tem apenas o mínimo das suas necessidades atendidas e ainda incorpora as necessidades capitalistas como se fossem suas. Este trabalhador fica preso as funções produtivas e não terá nenhum controle sobre o produto social total, embora seja este produto fruto do seu trabalho.

Essa produção é guiada pelas alterações que foram causadas pelo avanço na produtividade, modificando o padrão de consumo, a maneira de utilização e a forma como são produzidos. Em Mészáros (2011) encontramos subsídios para identificar essas alterações, quando o filósofo húngaro diz que, para que

[...] “a “*sociedade dos descartáveis*” encontre equilíbrio entre produção e consumo, necessário para a sua contínua reprodução, [isso ocorrerá] somente se ela puder “consumir” artificialmente e em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente imensas quantidades de mercadorias que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente *duráveis*. Desse modo, a sociedade se mantém como um sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados “*bens de consumo duráveis*” que necessariamente são lançados ao lixo (ou enviados a gigantescos ferros-velhos, como os “cemitérios de automóveis” etc.) muito antes de esgotada sua vida útil (MÉSZÁROS, 2011, p.640, grifos do autor).

O autor nos chama atenção para a lógica que tem guiado a produção no capitalismo avançado, que passa a ser um tanto problemática, pois a produção precisaria ter como finalidade o atendimento das necessidades humanas, uma vez

que com as potencialidades produtivas sendo guiada por uma reorientação em todos os níveis da produção, podemos obter uma produção humanamente enriquecedora. Enquanto isso não acontece, o capital vai continuar necessitando garantir a manutenção e sustentação da produção destrutiva.

Essa produção destrutiva torna-se mais lucrativa para o capital por oportunizar um equilíbrio entre produção e consumo. Assim, ocorre uma tendência de desenvolvimento da atividade produtiva, relacionando os bens imediatamente “utilizados” e os reutilizáveis”, em que a sua inclinação favorece aos últimos. Isso se torna possível por existir a necessidade de um consumo sempre crescente destas mercadorias, seja pela classe dominante ou pela própria classe trabalhadora, sendo esta última uma classe que produz e consome mercadorias.

A produção que passa a ser em massa pode enfrentar dois momentos: um momento de perdularidade que se desloca para outro momento de destruição. Esses momentos garantem que o sistema do capital consiga se reproduzir, pois este sistema tem se alimentado de quantidades astronômicas de desperdício, criando para a sociedade uma busca constante pelo atendimento de necessidades manipuladas estrategicamente para que tenhamos sempre a sensação de incompleta saciedade e carência de algo. Estas que são, em sua essência, extremamente problemáticas. Elas podem ser limitadas ou estimuladas, dependendo dos imperativos desse sistema.

Essa produção pode ser limitada, mesmo havendo uma difusão do luxo. Um número limitado de pobres não consegue ter acesso a determinadas mercadorias produzidas. Por outro lado, há uma difusão de necessidades de determinadas mercadorias que apenas são produzidas para a satisfação de um sistema que é incompatível com a aceitação de limites ou até mesmo sem limites de satisfação. Concebendo apenas um aumento na exploração do trabalho e a expansão da produção e do comércio, ele nos leva a um consumismo exagerado, imposto cotidianamente.

Na atividade produtiva que é limitada pela demanda, a taxa de utilização se desenvolve lentamente. Mas, no sistema capitalista uma mercadoria pode ser muito utilizada ou não utilizada, uma vez que o “[...] que realmente importa do ponto de vista do capital, [é] que uma certa quantidade de valor de troca foi realizada na mercadoria em questão através do próprio ato de venda [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p.660). É o que ocorre na indústria da moda, onde são lançados constantemente diferentes modelos ditos como “novas tendências”, mesmo que já tenham sido utilizados há décadas. São

“estilos da moda” e todos precisam acompanhar, quem não acompanha, está “fora de moda”.

Essa indústria acaba exigindo a construção de uma rede comercial mais elaborada para a divulgação e propaganda dessas mercadorias, que apenas são sujeitas a uma subutilização para dar oportunidade a uma nova mercadoria, possibilitando que a demanda efetiva seja mantida, mesmo que sua utilização real tenha sido reduzida. Ainda temos as mercadorias comercializadas por grandes empresários do ramo tecnológico que usam estratégias de lançamento de máquinas cada vez mais rápidas e sofisticadas, competindo com equipamentos que se tornam obsoletos por não possuírem padrões de conectividade compatíveis. Obrigam seus usuários à precoce substituição de mercadorias “antigas” por modernas.

Neste contexto, passa a existir uma obsolescência programada dos bens que poderiam perfeitamente ser utilizáveis, produzidos em massa, mas limitados à tendência do capital em reduzir a sua taxa de utilização, servindo para impulsionar a expansão do lucro. Veremos que isto se torna ainda mais produtivo na emergência e consolidação do complexo militar-industrial, pois ele,

[...] *temporariamente* desloca várias das contradições mais importantes. Ele se apropria e dissipa recursos e fundos de capital excedentes aparentemente ilimitados, sem absolutamente nada acrescentar aos problemas da realização e das pressões competitivas, como necessariamente o faria a expansão do capital orientada para o consumo real. Ao mesmo tempo, o astronômico perdularismo (que seria totalmente incompatível com os critérios em geral glorificados da eficiência econômica e da “boa economia doméstica”) encontra sua justificativa e sua legitimação automáticas no apelo à ideologia do “interesse” e da “segurança nacional”, sob a ação combinada dos poderes legislativo, judiciário e executivo, em uníssono com os complexos industriais/militares correspondentes (MÉSZÁROS, 2011, p.671, grifos do autor).

Desta forma, a ativação das potencialidades destrutiva da produção criou uma produção que, combinada à taxa de utilização decrescente do valor de uso da mercadoria e podendo ser ela patrocinada pelo Estado, se aplica a vários outros ramos da produção capitalista. Elas atendem as reivindicações das tendências dominantes do desenvolvimento socioeconômico que tem alterado a atividade produtiva. Um desses ramos é a indústria de armamentos, o que alguns autores chamam de departamento III. Este ramo abre a oportunidade de novos investimentos que proporcionam altas taxas de lucro para o capital sem que haja a necessidade de uma guerra. É o que veremos no próximo item.

3.2.3 A produção destrutiva do Complexo Militar-Industrial

A produção de mercadorias no processo produtivo capitalista serve para diversos aspectos, seja para as necessidades humanas, que não tem sido prioridade neste sistema, ou até mesmo para a reprodução desse modo de produção, uma vez que,

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades - se, por exemplo, elas provém do estômago ou da imaginação - não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [*Lebensmittel*], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2013, p.113, grifo do autor).

Desta forma, a utilidade dessas mercadorias produzidas quando passam a atender a uma necessidade específica neste sistema sociometabólico, na qual é necessário um tipo determinado de atividade produtiva, acabam representando uma das consequências negativas dos avanços adquiridos com a produtividade, posto que, o capitalismo “põe em movimento não apenas grandes potenciais produtivos, mas também, simultaneamente, forças maciças tanto diversificadas como destrutivas” (MÉSZÁROS, 2011, p. 676). Embora seja importante ressaltar que os avanços alcançados na produtividade não deixam de ser importantes para a sobrevivência da humanidade. Eles possibilitaram que todos os limites impostos à produção fossem abolidos, acabando com aquela condição de escassez. No entanto, conforme descrevemos nos itens anteriores, precisamos observar de que forma esses avanços são alcançados e quais as suas consequências para toda a humanidade. Quando se destina recursos a uma tendência à obsolescência dos valores de uso das mercadorias, preocupando-se apenas com a criação de condições de uma produtividade para a geração de valor, assim como para a ampliação do potencial destrutivo na produção de uma mercadoria, em especial, a mercadoria bélica, as consequências podem ser devastadoras.

As mercadorias bélicas, que sempre foram instrumentos históricos da violência, foram cruciais na gênese do capitalismo e continuam exercendo importante função para a reprodução e manutenção deste sistema. Nos tempos hodiernos, convertem-se em uma poderosa alavanca para a expansão capitalista, contribuindo para que se alcance um novo patamar de lucros e de acumulação, posto que,

[...] o “capitalismo avançado” também inventa um tipo de produção – centrado em torno do complexo industrial/militar- em relação ao qual o tradicional desafio do consumo (utilidade) só se aplica, se tanto, marginalmente. Ao mesmo tempo em que consomem destrutivamente, na sua produção, imensos recursos materiais e humanos, os produtos resultantes desse processo podem juntar-se às montanhas de mercadorias “consumidas” já no momento em que atravessam os portões das fábricas (MÉSZÁROS, 2011, p.640, grifos do autor).

A produção da mercadoria bélica ganhou significativa expansão no século XX, com a criação de um poderoso Complexo Militar-Industrial, este que, conforme Mézáros (2011, p.685), é um instrumento disposto e capaz de romper o nó górdio de como combinar a máxima expansão possível com a taxa de utilização mínima. Ele tornou-se uma alternativa depois de uma série de tentativas fracassadas em lidar com os problemas da superprodução, de modo menos perdulário, a partir da crise econômica mundial de 1929/33, conquistando estabilidade no período da Guerra Fria. Desde esse período a sua produção só tem aumentado, haja vista que a crise de 1929/33 não seria comparável com a atual crise estrutural, e que, portanto, tornou possível uma recuperação do capital por ter deixado opções abertas, favorecendo a sua sobrevivência.

Além disso, o termo Complexo Militar-Industrial pode ser também utilizado para nomear a relação política entre as forças armadas de um governo nacional e a indústria.

Tal articulação consiste em um relacionamento “simbiótico” único, cujo principal objetivo é assegurar continuamente e em escala sempre maior os recursos necessários para projetos militar-industriais altamente lucrativos, e não o exercício de um controle político-militar direto sobre o corpo social (MÉSZÁROS, 2012, p. 293).

Os países de capitalismo avançado precisam manter seus respectivos Complexo Militar-Industrial e assim, exercer, além do domínio econômico, também o domínio político. Mas a construção deste complexo não se efetiva de igual modo nos diferentes países, pois isto depende de condições propícias, e deve ser, principalmente, analisado no período do pós-guerra, visto que essa construção acabou dependendo tanto da questão do desenvolvimento de cada um deles, que aconteceu de forma diferente, como também devido ao fato de passarem a existir questões extraeconômicas.

Os limites impostos com os tratados de paz, como foi o caso do Japão e Alemanha, acabaram retardando por um tempo o desenvolvimento do Complexo

Militar-Industrial desses países, que posteriormente serviria para o seu desenvolvimento econômico. O que não quer dizer que esses países não conseguiram obter desenvolvimento econômico com a ajuda do complexo militar-industrial, pois isso acabou ocorrendo depois deles terem realizado outros tipos de acordos militares e pelas restrições dos acordos terem sido abolidos. Embora seja importante ressaltar que quem se manteve dominante foi o complexo militar-industrial norte-americano, essa posição foi atingida às custas da ação de outros países avançados, até mesmo pelo Japão e Alemanha que dependiam da economia americana no pós-guerra. Assim, essa relação dos países de capitalismo avançado e a agenda belicista norte-americana demonstra que o complexo militar-industrial vem servindo como um instrumento para o efetivo deslocamento das contradições do capital, mantendo o seu profícuo funcionamento.

Desta forma, vê-se que mesmo que a utilização dessa produção seja incipiente nos países capitalistas,

[...] a contínua expansão produtiva das economias nacionais em questão não pode ser separada da importância global da produção militarista no que se refere à sua aparentemente incurável dependência da economia norte-americana e do preponderante complexo militar-industrial no seu interior (MÉSZÁROS, 2011, p.687).

Isso porque o complexo militar-industrial tem sido efetivo na medida em que se torna uma alternativa radical e pertinente a corrida sempre crescente do acúmulo de riqueza, que dispensa um consumo consciente, que apenas se importa com uma necessidade abstrata, seguindo as determinações de um desperdício ilimitado.

As consequências deste consumo ilimitado esbarram em problemas que podem se tornar o limite final do sistema capitalista, pois ao se consumir inconscientemente recursos que não são renováveis, acaba-se provocando a escassez destes recursos, e ainda, os limites na geração de um consumo abstrato, que nem todos podem acompanhar, por existir limites socioeconômicos, entre outros. Embora, na produção da mercadoria bélica do complexo militar-industrial, essas questões parecem nem existir, pois nessa produção acontece um desperdício contínuo e seu uso é constantemente defendido, por ser ela a produção necessária à pátria para sua defesa. E assim, não existem limites para este apetite de consumo, sendo que ela é uma forma de produção que se autoconsome, sem se preocupar com as consequências, no que se refere a destruição de toda a humanidade.

Decerto, a utilização dessa forma de produção do complexo militar-industrial, no atual desenvolvimento capitalista, não foi imposta por acaso. Ela sempre esteve vinculada à dinâmica deste sistema sociometabólico, evidenciando-se naquela relação dos valores das mercadorias, pois o valor de uso neste modo de produção se encontrou, desde sempre, subordinado ao valor de troca. Por isso, não vai se ouvir falar em uma preocupação com o consumo consciente, nem ao menos nas limitações socioeconômicas dos consumidores, porque isso foi sempre ignorado em toda a história do capitalismo.

O que mais se observa é a crescente preocupação em satisfazer aos interesses particulares dominantes travestidos de universais,

[...] E, já que a expansão do valor de troca é a preocupação fundamental dessa sociedade, toda forma de mistificação é usada para fazer de conta que a produção de uma quantidade sempre crescente de valor de troca, não importa quão obviamente perdulária, está plenamente de acordo com os melhores princípios da “racionalidade econômica” e corresponde eficazmente a alguma “demanda real” (MÉSZÁROS, 2011, p. 689, grifos do autor).

Então, o que importa é que a mercadoria bélica seja comercializada, mesmo que seu uso real não aconteça, ela permanece atendendo as determinações que se orienta pelo valor de troca, em que a mercadoria é trocada por dinheiro e este será reinvestido no circuito da reprodução, podendo transformar-se em entulhos. Mas isso não será questionado, pois ela conseguiu finalizar o circuito da reprodução ampliada do capital, embora não tenha sido, nem por um instante, utilizada para atender as necessidades humanas. Os apetites humanos são limitados e, portanto, não são suficientes para a realização desse circuito. Assim, se mantém as práticas de consumo artificial que só fazem amontoar mercadorias bélicas, enquanto outras mercadorias poderiam estar sendo produzidas no intuito de satisfazer, ao menos, as necessidades básicas da humanidade.

Sob este aspecto, é possível observar que o complexo militar-industrial em sua produção da mercadoria bélica,

[...] não só aperfeiçoa os meios pelos quais o capital pode agora lidar com todas essas flutuações e contradições estruturais, mas também dá um “salto quantitativo” no sentido de que o alcance e o tamanho absoluto de suas operações rentáveis se tornam incomparavelmente maiores do que poderia ser concebido nos estágios anteriores dos desdobramentos capitalistas. Este salto quantitativo cria canais até então inimagináveis, na medida em que atenua qualitativamente a relação de forças a favor do capital por um período diretamente

proporcional ao porte dos próprios canais produtivos recém-criados (MÉSZÁROS, 2011, p.690-691, grifos do autor).

Através deste novo instrumento se consegue alocar grandes lucros para as empresas privadas. Essa lucratividade é observada quando voltamos a nossa atenção ao crescimento assombroso dos números das vendas no mercado de armas na atualidade, mesmo que estes números não sejam precisos, por ficar oculto aquele mercado ilícito, proporcionando um conhecimento de forma parcial da magnitude dessa produção e da sua lucratividade. Essa produção está incompatível com a produção dos bens de primeira necessidade, destinados à manutenção da classe trabalhadora.

A lucratividade alcançada pelas empresas privadas de armamentos, atualmente, chega a bilhões de dólares e isso fica mais evidente quando se observa os lucros obtidos pelas empresas que lideram este mercado. Conforme demonstrado pelo Instituto Internacional de Pesquisa de Paz de Estocolmo (SIPRI, 2019)¹⁴,

Com 42 empresas listadas em 2017, as empresas com sede nos Estados Unidos continuaram dominando as 100 melhores em 2017. Juntas, as vendas de armas de empresas americanas cresceram 2,0% em 2017, para US\$ 226,6 bilhões, responsáveis por 57% do total das 100 principais vendas de armas. Cinco empresas americanas foram listadas entre as 10 melhores em 2017.

A empresa que lidera essa lista, conforme o mesmo Instituto é a americana Lockheed Martin, sendo a maior empresa de armamentos do mundo. Em 2017, ela obteve US\$ 44,9 bilhões com venda de armas. As empresas americanas há muitos anos vêm liderando o mercado mundial de venda de armas, porque embora tenham os produtos muitas vezes mais caros, acabam chamando a atenção dos clientes por desenvolverem uma estratégia complexa de vendas, procurando realizar a capacitação, treinamento e garantia de segurança, além de disponibilizarem ajuda no acontecimento de conflitos.

Além do mais, a produção, o consumo e a compra destrutiva dessas mercadorias encontram-se amparados também pelo financiamento e sustentação institucional direta do Estado, através do fundo público, pois apenas “[...] a ‘Nação’ poderia assegurar a satisfação da dupla exigência de proporcionar um cofre

14 “O SIPRI é um instituto internacional independente dedicado à pesquisa de conflitos, armamentos, controle de armas e desarmamento. Fundado em 1966, o SIPRI fornece dados, análises e recomendações, com base em fontes abertas”. Disponível em: <https://sipri.org/about/organization/board>.

inexaurível que tornasse possível a autorreprodução ampliada do capital e um poço sem fundo capaz de tragar todo o desperdício resultante” (MÉSZÁROS, 2011, p.691). A função do Estado e seu aparato repressivo é exercer efetiva contribuição nas fases históricas do processo de desenvolvimento do capitalismo, seja como complexos que desenvolvem a repressão para manter sob controle os antagonismos das classes ou até mesmo como consumidores da massa de produtos onde se encontra a mais-valia capitalizada.

Na tradução do livro de Rosa Luxemburgo (1985), cuja a apresentação é feita por Singer (1985, p. 41), afirma-se que,

[...] os gastos militares do Estado constituem também, do ponto de vista da acumulação do capital, uma demanda “externa”. Com a expansão do armamentismo, uma parcela cada vez mais importante da reprodução ampliada se baseia na demanda governamental por material bélico.

Essa demanda é mantida pela apropriação do excedente produzido pelos trabalhadores, já que o capital teve, desde o seu surgimento, os bons serviços do Estado e seu aparato repressivo servindo para salvaguardar a sua expansão e acumulação e que ainda é capaz de usurpar mais benefícios.

A questão remete ao reaparecimento maciço no século XX daquilo que Marx denominou de "ajuda externa", termo já empregado por Henrique VIII e outros aos primeiros desenvolvimentos capitalistas, desde as "políticas agrícolas comuns" e garantias de exportação até os imensos fundos de pesquisa financiados pelo Estado e o apetite insaciável do complexo industrial-militar. O que torna muito mais grave esse problema é a insuficiência da ajuda independentemente da quantidade oferecida. O capital, na fase atual de desenvolvimento histórico, tornou-se completamente dependente da oferta sempre crescente de "ajuda externa". Contudo, também sob esse aspecto, estamos nos aproximando de um limite sistêmico, pois somos obrigados a enfrentar a insuficiência crônica de ajuda externa referente aquilo que o Estado tem condições de oferecer. Na verdade, a crise estrutural do capital é inseparável da insuficiência crônica dessa ajuda externa, sob condições em que os defeitos e as falhas desse sistema antagonístico de reprodução social exigem uma oferta ilimitada dela (MÉSZÁROS, 2007, p.93, grifos do autor).

Segundo o filósofo húngaro, muitas vezes esquecemos de colocar o Estado e suas instituições como principais consumidores da produção do excedente, uma vez que a fonte de renda que esse complexo dispõe vem da mais-valia extraída dos salários dos trabalhadores pelos capitalistas, se apoderando do poder de consumo da classe trabalhadora, porque “O consumo pessoal dos funcionários do Estado (bem como do soldado) – desde que realizado com os recursos dos trabalhadores – significa

uma transferência parcial do consumo da classe operária para o séquito da classe capitalista” (LUXEMBURGO, 1985, p.312).

Os impostos cobrados aos trabalhadores servem para a sustentação do Estado e do seu exército, onde a parte da mais-valia que precisa ser capitalizada passa a ser empregada nos serviços e compra da produção bélica. Desta forma, “A transferência de parte do poder de compra da classe operária para o Estado significa uma diminuição correspondente da participação da classe operária no consumo de gêneros de subsistência” (LUXEMBURGO, 1985, p.313). Além de diminuir a produção destes meios de subsistência, isso acaba causando um aumento em seus preços, não obstante, o valor dos salários pagos a esses operários não seja alterado.

A demanda da reprodução do capital e seu Estado vai sempre precisar destinar um montante de capital variável para cobrir as requisições da produção bélica, ramo que tem sua produção representada por pequenos grupos de grandes industriais. Esses pequenos grupos de grandes capitalistas, que monopolizam a produção bélica, conseguem manipular a opinião pública com a argumentação de que essa produção é demanda estatal necessária, e que seria a sua produção responsável em trazer emprego, e assim, melhores condições de vida para a classe trabalhadora, mesmo que isso cause uma diminuição na produção dos meios de subsistência e também nos salários desta classe. Esquecem propositalmente eles que,

[...] para o capital total a alimentação da classe operária não passa de um mal necessário, um meio para atingir de forma indireta o objetivo propriamente dito da produção: a geração e realização de mais-valia. Podendo-se extrair a mesma quantidade de mais-valia sem oferecer em troca o mesmo equivalente em meios de subsistência, melhor será o negócio (LUXEMBURGO, 1985, p.316).

O capital obtém o lucro necessário a sua expansão e acumulação à custa da tributação indireta e com uma estratégia em que há uma menor demanda dos meios de subsistência, sem que necessite uma elevação nos salários. No entanto, isso acaba causando um problema de graves consequências, qual seja a produção de meios de subsistência “é condição *sine qua non* da produção de mais-valia, especificamente da reprodução de força de trabalho viva, jamais porém um meio para realização de mais-valia” (LUXEMBURGO, 1985, p.316, grifos da autora).

O capital variável acaba sendo reduzido, embora a mais-valia e o capital constante nessa forma de acumulação continuem a sua trajetória sem ser perturbado. Essa diferença nas variáveis não preocupa ao capital, já que o que é de fundamental

importância é a obtenção da mais-valia maior possível. E o montante que o capital consegue acumular através da apropriação do excedente produzido pelos trabalhadores e dos impostos indiretos vai, sob a administração do Estado e de seu poder de compra, ser destinado à compra de novos produtos. A compra de novos produtos não irá ser remetido para a satisfação das necessidades dos trabalhadores nem para o pagamento dos funcionários públicos, mas para o abastecimento dos meios repressivos do Estado e a constituição de uma nova forma de acumulação do capital.

O Estado passa a fazer uso desse montante acumulado para a manutenção dos órgãos de dominação capitalista, do exército permanente do militarismo, e ao mesmo tempo proporciona a acumulação do capital. Mas essa acumulação não é apenas proporcionada por aquelas mercadorias da pequena produção mercantil capitalista, sendo agora uma demanda e investimento guiada pela potencialidade do capital, a produção bélica. Esta nova demanda criada pelo capital, a mercadoria bélica, vai impor novas condições de produção e essas vão ser possibilitadas pela grande indústria e a produção em larga escala. Essa produção já tem um consumidor frequente, conforme já demonstramos anteriormente, o Estado. Além disso, essa mercadoria vai estar longe das flutuações do mercado.

Isto posto, vê-se que o Estado consegue nutrir a produção do complexo militar-industrial e, por isso esse campo de acumulação do capital mantém o domínio do mercado, possuindo uma ampliação infinita, sem restrições, pois “a produção bélica representa um domínio cuja ampliação sucessiva e regular parece depender antes de mais nada das próprias intenções do capital” (LUXEMBURGO, 1985, p.319). Este, na incessante busca por acumulação, vai sempre recorrer aos meios de dominação que podem favorecer a extração da mais-valia. Isto resulta de necessidades que foram e são impostas no passado e atualmente, quando precisou e precisa “[...] recorrer ao militarismo para apropriar-se dos meios de produção e da força de trabalho dos países e das sociedades não capitalistas, com tanto mais energia trabalha o mesmo militarismo em casa, nos países capitalistas [...]” (LUXEMBURGO, 1985, p.319), procura se servir da dominação dos países e ainda da exploração da força de trabalho, ambas de forma violenta, para a sua acumulação.

O poder econômico que os grupos que comandam esse ramo da produção capitalista adquirem tem sido o principal fator para a construção de um poder político que dita as regras e decide pela população mundial. São esses grupos que mantêm

o desejo das potências beligerantes de expandir o seu imperialismo e a dominação dos países com menor poder militar. O capitalismo monopolista sob o comando dessas potências apresenta uma diferente característica. Agora ele consegue seguir seu curso sem as restrições impostas pelas regulamentações que foram conquistadas no passado, resultado das lutas dos trabalhadores.

Atualmente a ideologia neoliberal, implementada desde os anos oitenta, tem servido para legitimar as estratégias do capital monopolista e mesmo que os seus apologistas propaguem uma ideia de que o Estado tem sido mínimo. O Estado tem mantido a sua intervenção, principalmente na manutenção do consumo e financiamento da indústria bélica, conforme demonstramos, pois,

[...] o objetivo real do capital monopolista não é a “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretende os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital (NETTO E BRAZ, 2012, p.239, grifos dos autores).

A ação do Estado continua sendo destinada ao atendimento das demandas que favorecem os monopólios dedicados à indústria bélica. E para isso ele deve também ser responsável pelo financiamento da ciência para que as pesquisas possam favorecer as práticas produtivas deste ramo da produção, uma vez que as grandes mudanças na história militar e da sua produção têm frequentemente seguido desenvolvimentos inovadores na história da ciência e da tecnologia. Principalmente porque

[...] a *ciência* é desviada de seus objetivos positivos, e a ela é designado o papel de ajudar a multiplicar as forças e modalidades da destruição, tanto diretamente, fazendo parte da folha de pagamento do complexo militar-industrial ubíqua e catastroficamente perdulário, como indiretamente, a serviço da “obsolescência planejada” e de outras engenhosas práticas manipuladoras, divisadas para manter os lobos da superprodução longe da porta das indústrias de consumo (MÉSZÁROS, 2011, p.694).

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia proporcionou o progresso na tecnologia militar, aumentando a possibilidade de prudência na mobilização e aplicação da força mas, ao mesmo tempo, foi capaz de fornecer potencialidades ainda mais destrutivas, principalmente na atual fase do capitalismo, que presenciamos grandes inovações tecnológicas. Como exemplo, temos as pesquisas que ainda estão em testes no uso das atuais “inteligência artificial, robótica, sistemas autônomos,

internet das coisas, impressão 3D, nanotecnologia, biotecnologia, ciência dos materiais e computação quântica” (FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, 2016). Elas devem representar o fundamento de uma quarta revolução industrial¹⁵.

Na área da inteligência artificial, demonstramos na próxima seção o uso dos *drones*, que segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) (2017), “O termo “drone” é usado popularmente para descrever qualquer aeronave - e até mesmo outros tipos de veículos - com alto grau de automatismo. De uma forma geral, toda aeronave “drone” é um aeromodelo ou uma aeronave não tripulada remotamente pilotada (RPA)”. Eles estão trazendo novas formas de se desenvolver intervenções militares por meio de ataques aéreos, fazendo parte das inovações da produção capitalista.

Através da inovação nos padrões de produção, que trouxe uma mudança no padrão do consumo, aquele que, conforme demonstramos, passou a ser efetivado pela alternância entre uma subtilização institucionalizada, com a destruição da superprodução no processo produtivo, o capital pode melhorar os seus métodos de administração das crises. Mas isso não quer dizer que ele consegue superá-las definitivamente, pois isso seria negar que, mesmo com esse método de administração por deslocamento das contradições, estamos testemunhando um “*continuum depressivo*, que exhibe as características de uma crise *cumulativa, endêmica*, mais ou menos *permanente e crônica*, com a perspectiva de uma crise estrutural cada vez mais profunda e acentuada” (MÉSZÁROS, 2011, p.697, grifos do autor). Essa busca por métodos eficientes de administração das suas crises, conseguindo burlar os limites que lhe são impostos tem significado a linha de menor resistência do capital.

Desta forma, se o capital tem procurado por novas estratégias para confrontar os limites que são advindos da reprodução ampliada, não será diferente para a classe trabalhadora que irá necessitar também, de novas estratégias de luta contra o controle

15 A quarta revolução industrial seria diferente das anteriores, pois segundo o Fórum Econômico Mundial (2016), ela estaria se consolidando na Terceira, a revolução digital que vem ocorrendo desde meados do século passado. É caracterizada por uma fusão de tecnologias que está desfocando as linhas entre as esferas física, digital e biológica e haveria três razões pelas quais as transformações atuais representam não apenas um prolongamento da Terceira Revolução Industrial, mas a chegada de uma quarta e distinta: velocidade, escopo e impacto nos sistemas. A velocidade das descobertas atuais não tem precedentes históricos. Quando comparado com as revoluções industriais anteriores, o Quarto está evoluindo a um ritmo exponencial e não linear. Além disso, está interrompendo quase todas as indústrias em todos os países. E a amplitude e profundidade dessas mudanças anunciam a transformação de sistemas inteiros de produção, gerenciamento e governança”. SCHWAB, Klaus.

do capital, que estará sempre em busca da sua autorreprodução, sem pensar nas consequências. Mesmo que existam inúmeras barreiras para que isso aconteça, o seu poder de autoexpansão continua seguindo seu curso. E na atual fase em que se encontra o sistema capitalista, o capital vem causando sérias consequências para o futuro da humanidade. Pois, se antes se pensava que o capital, ao ultrapassar os seus limites, significava ultrapassar barreiras que impediam o desenvolvimento das forças produtivas, agora esses limites ativam um poder de destruição que poderá se voltar contra o próprio capital.

O capital enfrenta agora condições bem diferentes daquelas que se apresentavam no passado, onde a preocupação era superar a situação de escassez.

Hoje a situação é radicalmente diferente. Não com relação aos objetivos de “garantir a propriedade” e “pôr o pobre estritamente a trabalhar”: enquanto sobreviverem o modo de produção capitalista e seu Estado, eles têm de permanecer como propósitos permanentes do sistema. A diferença radical é visível no fato de que o Estado capitalista precisa agora assumir um papel intervencionista direto em *todos os planos* da vida social, promovendo e dirigindo ativamente o consumo destrutivo e a dissipação da riqueza social em escala monumental. Sem esta *intervenção direta* no processo sociometabólico, que age não mais apenas em situações de emergência mas em *base contínua*, torna-se impossível manter em funcionamento a extrema perdularidade do sistema capitalista contemporâneo (MÉSZÁROS, 2011, p.700, grifos do autor).

O autor nos alerta para esta nova fase do desenvolvimento capitalista que tem no Estado seu principal financiador e na ação intervencionista deste a ajuda extra-econômica mediante o financiamento da produção destrutiva do complexo militar-industrial. Só assim, o capital irá manter a sua autorreprodução destrutiva ampliada, mesmo tendo que promover uma produção à custa de um controle nada civilizador, atendendo apenas aos seus interesses, não se importando com os incontáveis seres humanos que poderiam ter suas necessidades atendidas.

4. A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA NO PÓS-GUERRA

“[...] com frequência armas criam impérios, mas é preciso mais do que armas para mantê-los [...] Quando se perde a capacidade de conseguir amigos e colaboradores suficientes entre os súditos, as armas por si só não bastam”.

(ERIC HOBSBAWM)

A construção da hegemonia de um país se realiza através de uma combinação entre consentimento e coerção, estas são exercidas pelo seu poder político, que precisa estar amparado por um arsenal de instrumentos de defesa, porque, “a guerra não é meramente um ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios (CLAUSEWITZ, 1984, p.91). Por meio deste, se molda um poder que subjuga violentamente outras nações e também serve de modelo para os seus subjugados. No caso dos Estados Unidos, “têm recorrido com frequência à dominação e à coerção, não hesitando em liquidar a oposição. Mesmo internamente, o país tem um histórico de intolerância que nega seu apego à sua Constituição e ao regime de direito” (HARVEY, 2005, p.40).

Com uma intolerância interna, mas que também expande sua dominação por diversos países no mundo, tem ganho o consentimento e cooperação de aliados, pois a política que este país desenvolve ainda é defendida por muitos. Estes acreditam que ela seja responsável por trazer benefícios para o restante dos países e transmite a explicação de como essa nação mantém a sua hegemonia, ficando velada a essência da sua atuação, que tem sido unicamente por interesse próprio. Mesmo estando em um lugar confortável, seu poder hegemônico, na atual conjuntura capitalista, pode estar entrando em declínio, uma vez que, as condições econômicas, militares e políticas se modificaram e os países que estavam em sua órbita começam a buscar garantia de um lugar nessa hierarquia. Diante disto, buscaremos nesta seção, rever as causas da ascensão e um possível declínio dessa hegemonia no pós-guerra como novas configurações nos dias hodiernos.

4.1 A Guerra Fria: um contexto de expansão da hegemonia norte-americana e da produção bélica

A hegemonia norte-americana foi construída através de períodos que se alternaram entre prosperidade e crises. Um período de grande crise foi aquele vivido pelos Estados Unidos na década de 1920, onde este país se viu mergulhado na sua mais violenta crise, seguida de uma prolongada depressão econômica nos anos 1930. Na década posterior, o país viveu um período de prosperidade em que alcançou um aumento significativo nas taxas de crescimento econômico através dos gastos militares monstruosos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Isso porque, os Estados Unidos se tornaram uma potência hegemônica imperialista através da manutenção de um aparato repressivo colossal custando-lhe um gasto de milhões de dólares, servindo seja para provocar o pavor em seus inimigos, manter a economia em movimento, ou até mesmo para efetuar a ocupação e exploração das nações periféricas no mundo.

O fator decisivo para o avanço da economia e conseqüentemente da hegemonia norte-americana no pós-guerra é percebido pelos autores Baran e Sweezy (1978, p. 156 -157),

Foi sem dúvida na área das compras defensivas que ocorreu maior expansão: de menos de 1% do PNB a mais de 10%, representando cerca de dois terços da expansão do dispendido governamental total em relação ao PNB, desde a década 1920. A absorção maciça do excedente em preparativos militares foi o fator chave da história econômica dos Estados Unidos, no pós-guerra. Cerca de seis ou sete milhões de trabalhadores, ou mais de 9% da força de trabalho, dependem hoje, em seus empregos, do orçamento militar. Se as despesas militares fossem novamente reduzidas às proporções anteriores à Segunda Guerra Mundial, a economia norte-americana voltaria a um estado de depressão profunda, caracterizada por taxas de desemprego de 15% e mais, como ocorreu durante a década de 1930.

Estes gastos se tornam essenciais porque não teria como ser diferente em uma sociedade capitalista monopolista, em que a classe dominante vive em constante necessidade de manter o seu poder político consumidor de enormes quantias de dinheiro, pois o sistema de governo dos Estados Unidos é constituído por uma democracia burguesa,

Pela teoria constitucional, o povo exerce um poder soberano; na prática, uma oligarquia endinheirada, relativamente pequena, governa sem obstáculos. Mas as instituições democráticas não são apenas uma cortina de fumaça atrás da qual se senta um punhado de

industriais e banqueiros elaborando políticas e dando ordens (BARAN E SWEEZY, 1978, p.160).

É certo que essa soberania precisaria de operações de salvamento quando se sentiram ameaçados pela grande depressão, porque os gastos governamentais e o *New Deal* não conseguiram ser tão eficientes comparado aos gastos com as encomendas militares,

As despesas de guerra realizaram o que as despesas com o bem-estar social não haviam conseguido. De 17, 2% da força de trabalho, o desemprego baixou para um mínimo de 1,2% em 1944. O reverso da moeda foi um aumento nas despesas governamentais, de 17, 5 bilhões para um máximo de 103,1 bilhões de dólares em 1944 (BARAN E SWEEZY, 1978, p.164).

O que precisou ser levado em conta é que o tipo de despesas governamentais precisaria ser realizado, uma vez que a prioridade ficaria com aquelas relacionadas aos interesses particulares dos indivíduos e grupos que faziam parte da oligarquia que se preocupava em salvar o capitalismo monopolista dos Estados Unidos favorecendo a sua inclinação para disposições autodestrutivas.

A hegemonia norte-americana dá um significativo passo à frente no final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Neste período não se sabia fazer uma distinção entre guerra e paz, pois: “A ela se seguiu um período tão difícil de classificar, seja como guerra, seja como paz, no sentido habitual, que o neologismo “guerra fria” teve de ser inventado para descrevê-lo” (HOBSBAWM, 2007, p. 26). A entrada dos Estados Unidos na Guerra Fria trouxe a oportunidade de expandir o seu poder político e também militar, pois, depois da Segunda Guerra Mundial, este país apresentava um predomínio desenvolvimento na tecnologia e na produção e isso significava um favorável diferencial em relação ao seu principal rival, a União Soviética.

No período em que a Segunda Guerra Mundial estava em curso já havia uma pretensão dos Estados Unidos de se tornar um império, que, para muitos de seus defensores, seria responsável em trazer a paz e um estável crescimento econômico, negando qualquer argumentação sobre a pretensão de os EUA exercerem uma dominação global. Portanto, quem atravessasse o seu caminho seria destruído e esse inimigo passou a ser a URSS, que estava ganhando ascensão na época, sendo o motivo de os EUA terem implementado um combate incansável aos comunistas, se tornando o ponto central da necessidade da Guerra Fria,

No plano doméstico, isso levou às repressões conhecidas como “marcarthismo”, que atropelaram as liberdades de expressão e

impuseram firme oposição a tudo o que tivesse mesmo remotos ecos comunistas e socialistas. As influências radicais foram expurgadas dos sindicatos, e os partidos comunistas e outros partidos de esquerda, concretamente proscritos. A infiltração do FBI em tudo o que fosse considerado de oposição teve início a todo vapor. E tudo isso foi legitimado como algo vital à segurança interna dos Estados Unidos diante da ameaça soviética (HARVEY, 2005, p. 50).

Os comunistas representavam uma ameaça aos Estados Unidos e também às grandes potências. Por isso,

Os proprietários privados de todo mundo puderam unir-se, apoiar-se mutuamente e se abrigar por trás desse poder ao se verem diante da perspectiva do socialismo internacional. Os direitos à propriedade privada eram considerados um valor universal e proclamados como tais na Declaração de Direitos Humanos da ONU. Os Estados Unidos garantiram a segurança das democracias europeias e ajudaram benevolmente a reconstruir as economias do Japão e da Alemanha Ocidental, devastada pela guerra. Mediante sua política de “contenção”, estabeleceram tacitamente as fronteiras de seu próprio império informal (particularmente na Ásia) ao tempo em que se comprometiam a solapar por todos os meios possíveis o poder de seu grande competidor, o Império Soviético (HARVEY, 2005, p. 41).

O autor demonstra que esse império sempre buscou favorecer aos seus interesses e aos dos seus aliados, tentando garantir a sua hegemonia no mundo capitalista, trazendo para a sua teia de dominação os Estados subalternos, que se sentem influenciados pelas maneiras americanas de consumismo, modos de vida e cultura. Estes serão também responsáveis em consumir a sua produção de armamentos favorável à acumulação interminável do capital, já que esse período se converteu no novo e continuado impulso à economia de armamentos.

Os Estados Unidos empenharam-se em manter e expandir ainda mais a sua máquina militar para poder promover a defesa das nações externas com aquela ideia de uma ação benevolente de libertação destas nações. Principalmente, proporcionando a “proteção econômica e militar às classes proprietárias ou às elites políticas/militares onde quer que elas se encontrassem. Em troca, essas classes e elites se centravam tipicamente numa política pró-americana em todo país em que estivessem” (HARVEY, 2005, p.50). Essa era a moeda de troca que representava uma importante arma. Convém salientar que:

Essa difusão mundial de pequenas máquinas militares fieis a Washington não reduz, de forma alguma, a necessidade de uma grande máquina militar nos próprios Estados Unidos. À medida que cresce a onda de protesto revolucionário nos países explorados do “mundo livre”, somente pela crescente e maciça intervenção das

forças armadas americanas a velha ordem pode ser mantida por mais alguma tempo (BARAN E SWEEZY, 1978, p.205).

Dessa forma, se torna cada vez mais óbvio, ao se analisar esse período, que as lutas entre o mundo capitalista e o “mundo socialista” sentiram a presença marcante dos Estados Unidos. Isso se torna possível por este país possuir um poder amparado por legiões de soldados, de agentes secretos e de forças especiais espalhadas pelo mundo. Além disso, a prática estratégica que foi montada durante o curso da Segunda Guerra Mundial, aquela que pretendia manter a contínua expansão e acumulação do capital pela manutenção do consumo doméstico, se mantivera depois desta. Com esse intuito o imperialismo norte-americano desenvolveu práticas violentas na América Latina e no Sudeste Asiático. Isso determinava a resposta crucial à essa moeda de troca,

Os Estados Unidos usaram seu poder militar superior para proteger regimes clientes de todo o mundo que fossem favoráveis aos interesses do país. A derrubada de Mossadegh, que nacionalizara os campos petrolíferos do Irã, sua substituição pelo xá em 1953 (tudo com a ajuda da CIA) e o subsequente emprego deste último para cuidar dos interesses norte-americanos na região do Golfo foram um exemplo típico dessa abordagem (HARVEY, 2005, p. 51).

O golpe que retirou do poder o presidente iraquiano Mossadegh, com a alegação de que seria uma preocupação em estabelecer, naquele país, a democracia, e muitos argumentos defendiam a ideia que este país representava uma ameaça aos EUA. Mas, não souberam identificar qual a real ameaça que este país representava, convergindo para que se criassem uma defesa da ação benevolente norte-americana em realizar a libertação do povo iraquiano, ficou apenas nas especulações. Pela falta de uma explicação consistente viu-se nas lacunas deixadas pelas explicações que existia algo que precisava ser revelado, pois as informações eram manipuladas deixando camufladas as verdadeiras razões daquelas aventuras externas.

O poder dos Estados Unidos serviu de alavanca para os seus aliados. Além disso, com a ideia do anticomunismo, este país conseguiu fundamentar a Doutrina Truman, que em um de seus objetivos proclamava que “a política dos Estados Unidos deve ser de apoio aos povos livres que resistem às tentativas de domínio pelas minorias armadas ou pela pressão externa” (BARAN E SWEEZY, 1978, p.189). Aparentemente este país tinha a missão de salvar o mundo da ameaça que representava o “comunismo”. Para combater essa ameaça era também, de fato, necessário um fortalecimento das potências beligerantes e capitalistas, através de

uma aliança militar liderada pelos EUA. Segundo Baran e Sweezy: “Esse objetivo foi realizado pelo Plano Marshall, anunciado em junho de 1947, exatamente três meses depois da Doutrina Truman; e, através da Organização do Tratado do Atlântico Norte, negociada durante o ano seguinte e assinada em abril de 1949 (BARAN E SWEEZY, 1978, p.191), criava-se assim uma rede de influências e pressões econômicas para barrar as que pudessem vir do bloco soviético.

Os Estados Unidos buscou ampliar a sua ação política externa por meio de pactos e bases militares, além do desenvolvimento de tipos variados de armas, conforme veremos ao longo desta seção, pois combater o socialismo seria algo de extrema necessidade, porque iria assegurar a manutenção das possibilidades de importação e exportação, significando uma oportunidade de lucrar, sendo essa a verdade dos fatos, “[...] as taxas de lucro das transações com e dentro dos países menos desenvolvidos e subdesenvolvidos são geralmente mais altas do que as taxas de lucro interno, a razão para a veemência da oposição à difusão do socialismo precisamente nessas áreas será compreendida”(BARAN E SWEEZY, 1978, p.194), este movimento que manterá o poder hegemônico dos Estados Unidos.

4.2 A intervenção dos EUA na Coreia e Vietnã

Seguindo as suas pretensões, a agenda de aventuras externas dos Estados Unidos foi se expandindo desde um tempo atrás, sendo também colocada em prática na Coreia, principalmente na sua contribuição com a Guerra da Coreia (1950-1953). Isto que é favorecido pelo fato de a Coreia ser uma pequena península que se “[...] constitui a única nação do mundo completamente encravada entre grandes potências (China, Rússia e Japão), além dos EUA [...]” (VISENTINI, 2015, p.27), recebendo destas grandes potências influências que passaram a modificar a sua estrutura no âmbito social, econômico e também político. Este país que sempre foi permeado por períodos de divisão e unificação sofreu com a dominação e invasões de várias dinastias, sendo a mais antiga a dinastia Choson (1392-1910), e mais ainda com o colonialismo japonês, que impôs ao país um sistema brutal e repressor, mas que também esteve acompanhado da modernização da economia em busca de adquirir benefícios para a colônia. Isto ficou evidente quando, em 1910, o Japão acabou com a independência da Coreia colocando em prática a imposição do Tratado de Anexação, assinado em 1910, iniciando oficialmente o período de domínio japonês na Coreia, uma dominação que durou até 1945.

No entanto, para entender como ocorreu a ação dos Estados Unidos na Coreia é preciso antes perceber os diferentes acontecimentos no interior do país que levaram à transformação de uma parcela da sua população em inimiga dos EUA. Isso responde pelo fato de a sua população buscar um meio de resistir ao que impunha os dominadores, explicando a sua caminhada até a ideologia comunista, pois a ideologia socialista que se desenvolveu neste país é resultado da necessidade da resistência contra a elite coreana e também a dominação imperialista. O desenvolvimento da economia coreana, sob a dominação japonesa, não estava destinado a melhoria das condições de vida da população e a elite constituída pelos proprietários de terra era os detentores do poder e da riqueza, os *yangban*. Este e outros motivos contribuíram para que a população resolvesse se rebelar, o que deu início a Revolução Coreana, com um sentimento de *antiyangban* e antijaponês, junto com um forte nacionalismo coreano. Conforme descreve Visentini (2015, p.36),

Os sentimentos de massa *antiyangban* e antijaponês emergiram interligados ao forte ressurgimento do nacionalismo coreano, traduzindo-se em forças sociais relevantes para explicar o porquê de a ideologia marxista ganhar força na península, sobretudo quando se associava ao ideário anti-imperialista.

Esses movimentos de resistência, guiados pela motivação de adquirir a independência do país eram compostos por comunistas, nacionalistas e socialistas, que passaram a influenciar seus seguidores, surtindo efeito e ganhando repercussão internacional. Os seus líderes foram responsáveis pela criação dos partidos como o Partido Comunista Coreano (PCC). Desta forma, o imperialismo japonês motivou, de forma significativa, a expansão da ideologia comunista no país, sendo também responsável pela criação da Coreia do Norte, pelos seguintes motivos: “(1) emergência do nacionalismo coreano; (2) aumento da pobreza no campo; (3) instalação das bases industriais na península; (4) interação política e ideológica dos movimentos de libertação com a China” (VISENTINI, 2015, p.43).

A violenta e repressora ação do imperialismo japonês criou as bases da sua oposição quando provocou a formação de uma classe operária explorada que, descontente, se sentiu disposta a resistir, buscando apoio na ideologia comunista que chegava até essas massas de trabalhadores através dos guerrilheiros coreanos e chineses, principalmente pelo líder coreano Kim Il Sung. Este tinha interação com os guerrilheiros da URSS, pois havia integrado o Exército Vermelho, e ainda com os guerrilheiros chineses no combate da Manchúria. O contato entre guerrilheiros

coreanos e chineses “[...] não só ajudaram a propagar o comunismo na região, mas também tiveram um papel fundamental na formação da elite dirigente norte-coreana” (VISENTINI, 2015, p.46). Essa aproximação com o comunismo significava, para os norte-coreanos, uma alternativa na busca pela autonomia nacional.

No fim da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, no início da Guerra Fria, a Coreia, diferentemente das cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, não era o alvo dos bombardeios nucleares realizados pelos Estados Unidos, mas serviu como um ponto para a comercialização de armas, reservas militares e centros industriais, e por

[...] seu status colonial, sua situação geopolítica e pelo colapso dos japoneses, viria a constituir uma região altamente sensível no desencadeamento da Guerra Fria, diretamente vinculada ao jogo das grandes potências. Ocorreu a confluência da clivagem sociopolítica interna com a partilha geográfica do território entre Estados Unidos e a União Soviética, na altura do paralelo 38° (VISENTINI, 2015, p.48).

Diante disto, o líder Kim Il Sung, em 1946, foi eleito no Comitê Popular Nacional da Coreia do Norte e passou a construir o regime, desenvolvendo o controle e reprimindo a oposição política, eliminando os centros alternativos do poder. Sua forma de governar era considerada semelhante a China maoísta¹⁶. Com a proclamação da República Popular da Coreia em 9 de setembro de 1948, a República que possuía o apoio dos EUA se tornou primeiro ministro, ficando neste cargo até 1972, e, em seguida, se tornou presidente, representando o nascimento de um Estado norte-coreano socialista que se opunha ao imperialismo, separado do Estado sul-coreano imperialista, apoiado pelos EUA. Os dois Estados coreanos, com dois regimes políticos diferentes, amparados por potências rivais, e que, portanto, assim como no norte, o sul também escolheu seu governante, o Syngman Rhee em 1948, determinando a sua liderança no Estado sulista por uma comissão da ONU, amparada pelas forças norte-americanas, estavam assim compostas as lideranças para um combate que tinha em seu pano de fundo as principais potências rivais da Guerra Fria.

A unificação desses dois Estados só poderia ocorrer por meio da violência, e ela não faltou nas revoltas e combates que duravam semanas no interior do país, “Os EUA e a URSS tentavam, entretanto, conter o ímpeto belicista de Rhee e Kim, mas durante essa fase, os americanos reforçaram e modernizaram o exército sul-

16 Aquela alicerçada no pensamento de Mao Tse Tung (1893-1976), considerada a doutrina do Partido Comunista da China (PCC), definida como marxismo-leninismo-maoísmo (MLM).

coreano[...] (VISENINI, 2015, p.63). Neste período a situação interna no país estava conflituosa, mas passou a se agravar com o triunfo da Revolução Chinesa. A vitória de Mao Tsé Tung, significava uma ameaça aos sul-coreanos, representados pelo seu governante Rhee e os EUA. O momento era de provocações, embora não se tenha definido quem começou a guerra, conforme esclarece Visentini (2015, p.64),

Não há consenso entre os historiadores acerca de quem deu início a guerra da Coreia e quais foram suas causas. A historiografia norte-americana e a sul-coreana tradicionais sustentam que o conflito teria sido deflagrado por Kim Il Sung, com apoio da URSS, com o objetivo de dominar toda a península. A historiografia oficial norte-coreana, por sua vez, defende que o norte estava respondendo a provocações sul-coreanas na fronteira e que o objetivo do ataque teria sido a libertação da metade sul da península.

O responsável pelo início do conflito não se sabe definir, mas o seu início ocorreu oficialmente em 25 de junho de 1950, na península de Ongjin, a Oeste do paralelo 38°, embora as provocações tenham ocorrido desde 1948. O conflito teve vários momentos de baixas que afetaram os dois lados e usaram armas químicas como o *napalm*, ataques aéreos e também a ameaça de utilização de armas nucleares, por parte dos EUA, “pois Truman chegou mesmo a assinar a ordem para o lançamento das bombas (já preparadas na base de Okinawa), em 6 de abril de 1951” (VISENINI, 2015, p.70). Mas isso não foi colocado em prática, sendo substituído pelo aumento nos bombardeios com *napalm* e fósforo, resultando na destruição de cidades, aldeias e plantações. O conflito prosseguiu até o momento em que nenhum dos dois lados conseguia mais avançar.

Deste modo, a Guerra da Coreia só teve seu fim declarado,

[...] em 27 de julho de 1953, com a assinatura de um armistício em Panmunjan, pelo qual ambas as partes – EUA, representando a ONU, de um lado, e a China e a Coreia do Norte, do outro – se comprometiam a retroceder suas tropas 2 km da frente de combate, criando uma zona tampão de 4 km entre elas, a chamada Zona Desmilitarizada (DMZ) (VISENINI, 2015, p.71).

O fim do conflito significava a primeira guerra que os norte-americanos não vencera, mesmo com todo o aparato militar que foi envolvido no combate. Este país não alcançou os objetivos pretendidos com o apoio dado aos sul-coreanos, mas mesmo depois do fim do conflito continuou com suas tropas e ogivas nucleares na Coreia. Mantendo sua presença militar no sul da península, os norte-americanos causavam tensão às potências adversárias e isso significava uma boa oportunidade

para os norte-coreanos assegurarem a sua reconstrução e a consolidação do seu regime.

Além disso, após a Guerra da Coreia, os EUA ainda passaram a ajudar o Japão na sua reconstrução.

A ajuda econômica incluía a abertura de seguimentos do mercado interno norte-americano aos produtos japoneses, integrando sua economia à dos EUA, numa parceria transpácífica. No plano diplomático-estratégico, Washington teve que trabalhar para o estabelecimento de uma associação entre seus aliados que havia pouco tempo lutavam entre si, o que não se revelou um processo fácil (VISENTINI, 2015, p.77).

Essa ajuda significaria mais uma das aventuras dos EUA na busca pela manutenção do poder hegemônico e a sua aliança com a Coreia do Sul e Japão assustava a República Popular da Coreia (RPDC), quando também passou a remilitarizar o Japão.

As consequências trazidas com o fim da guerra provocaram mudanças na organização política, social e econômica no regime e por causa delas o país tem se preocupado com seu sistema defensivo. Motivação para os gastos elevados com armamentos. Essa militarização “[...] é decorrente de uma ameaça permanente de guerra, menos por parte da Coreia do Sul e mais dos EUA” (VISENTINI, 2015, p.188). Além do mais, a ajuda externa norte-americana também passava a dar frutos, uma vez que a Guerra da Coreia acabou beneficiando a construção das condições favoráveis para a Guerra do Vietnã, pois

[...] permitiu ao Japão servir de base de abastecimento para unidades militares norte-americanas, desenvolvendo a indústria local. Esse processo se reproduziu de forma ampliada com a Guerra do Vietnã, conflito em que o Japão, Taiwan e Coreia do Sul foram apoio econômico e, no caso dos dois últimos, também militar e diplomático. A Coreia do Sul enviou duas divisões, que foram responsáveis por inúmeras atrocidades no Vietnã. O anticomunismo solidificava a aliança Washington-Seul (VISENTINI, 2015, p.77).

A ação dos EUA continuava, pois “a ameaça comunista” estava causando um descontentamento tanto a este país, quanto aos líderes beligerantes capitalistas e uma das experiências da “ação violenta” dos comunistas seria também desenvolvida na Guerra do Vietnã. Essa guerra que poderia ser descrita tanto pela agressão estadunidense, quanto pela impressionante resistência vietnamita.

Por isso, os Estados Unidos, que já eram responsáveis, em 1954, por quase 80% do financiamento das forças francesas durante a Primeira Guerra da Indochina, não apenas se recusaram a assinar os acordos

da Conferência de Genebra, como apoiaram militar e economicamente a ascensão ao governo do Vietnã do Sul do ditador Ngo Dinh Diem, o latifundiário que derrubara o rei Bao Dai em 1955. O suporte estadunidense servia para combater tanto a república democrática do Vietnã do Norte quanto a resistência nacionalista, formada pelos soldados apelidados pela mídia estadunidense de “Viet Cong” (diminutivo para “vietnamita comunista”). Entre 1957 e 1962, o número de oficiais e assessores estadunidense treinando e armando o governo diemista saltará de 760 para 12 mil (BURCHETT, 2018, p. 13).

O conflito, na verdade, acontecia entre o povo vietnamita contra os Estados Unidos, a maior potência militar ocidental, embora o povo vietnamita já possuísse experiência em conflitos com grandes potências, quando lutaram contra os franceses e os japoneses. Durante a guerra, grande parte da população era obrigada a servir como soldado na defesa dos interesses do governo manipulado. A necessidade do uso da população fazia parte da estratégia dos Estados Unidos, na chamada “Guerra Especial”¹⁷, e sua efetividade exigiu a criação de “forças especiais”, que era composta por soldados treinados pelo exército estadunidense. Além disso, existia, assim como foram usados na Guerra da Coreia, o fornecimento de armamento convencional, venenos químicos, aviões, que eram responsáveis pelo bombardeio de Napalm, atingindo qualquer vida que estivesse ao seu alcance, entres outros equipamentos que estampavam ser “um presente do povo dos EUA”. O que ocorreu na Coreia não ensinou aos EUA, pois o Vietnã também resistiu aos estadunidenses e seus fantoches na implementação de golpes fracassados, onde o país foi palco de mais uma derrota, embora não admitida.

4.3 A presença norte-americana na América Latina e Brasil

Entre os anos em que vigorou as ditaduras na América Latina também se viu a preocupação dos EUA em adquirir vantagens para o seu desenvolvimento, pois os projetos capitalistas precisam acompanhar as mudanças econômicas internacionais e principalmente as suas pretensões. Existia, no período, três projetos:

17 De acordo com Burchet (2018, p. 22), “Guerra especial, na verdade, nada mais é do que a expressão militar do neocolonialismo estadunidense, exatamente como a Força Expedicionária foi a expressão militar do colonialismo clássico. O neocolonialismo tenta apresentar uma face diferente do velho colonialismo, governando até certo ponto por controle remoto, por meio de um Syngman Rhee, um Ngo Dinh Diem ou um Tshombe. Mas quando isso falha, a máquina militar se movimenta, obviamente “convidada” por um fantoche complacente”.

O nacional-populista, que advoga em favor da continuidade das estratégias de desenvolvimento que atribuem à industrialização o eixo dinâmico e ao Estado o papel de protagonista principal na orientação dos rumos da economia; o desenvolvimentista, preocupado com o fortalecimento do capitalismo industrial apoiado nos setores de infraestrutura e bens de consumo duráveis, contando com o capital estrangeiro como sócio; o projeto liberal, crítico da ideia de que a base do crescimento da economia está necessariamente no desenvolvimento industrial, opondo-se ao intervencionismo estatal e propondo a abertura do mercado e a participação no comércio internacional com base nas vantagens comparativas presentes em cada país (AYERBE, 2004, p.16).

Os governos das nações latino-americanas precisavam seguir o projeto que melhor se adequasse aos objetivos do projeto norte-americano e quando não, a intenção era continuar com os seus golpes e contragolpes, financiando a base do seu poder e riqueza. Isto porque o império norte-americano, neste período de Guerra Fria, esteve envolvido também com os golpes militares na América-Latina, onde as nações latino-americanas eram obrigadas a se industrializar para atender as prioridades nacionais e permitir uma abertura para o capital estrangeiro. Como exemplo temos

Os golpes militares que interromperam os governos de Perón, na Argentina, em 1955, João Goulart no Brasil e Paz Estenssoro na Bolívia em 1964, junto com as intervenções dos Estados Unidos na Guatemala em 1954 e na República Dominicana em 1965 [...] (AYERBE, 2004, p.16).

Os EUA buscaram apoiar estes golpes para poder tornar a América Latina produtora de matérias-primas e fornecedora de força de trabalho barata, na intenção de satisfazer a sua ambição pelo poder e que não deixava outra forma de resistência para os povos latino-americanos, a não ser a resistência armada, vindo a ser um exemplo a Revolução Cubana. Os interesses dos Estados Unidos em Cuba desde muito tempo estão relacionados as necessidades do seu regime neocolonial, pois as grandes empresas estadunidenses que são contra a difusão do socialismo sempre tiveram a intensão de obter lucro através das relações comerciais neste país, a exemplo podemos mencionar,

A história recente da Standard Oil de Nova Jersey nos proporciona ainda um exemplo didático da razão pela qual as empresas multinacionais são profundamente hostis à difusão do socialismo. Antes da Revolução Cubana, a Jersey transacionava ativamente em Cuba, de várias formas. Dispunha de instalações de refinaria na ilha e operava um amplo sistema de distribuição, com propriedades avaliadas em 62.269.00 dólares (BARAN E SWEEZY, 1978, p.200).

No entanto, essa realidade se modificou com o advento da Revolução, pois

O que elas querem é o *controle monopolista* das fontes estrangeiras de abastecimento e dos mercados estrangeiros, para que possam comprar e vender em condições privilegiadas, transferir encomendas de uma subsidiária para outra, favorecer este ou aquele país, dependendo de quem tiver políticas tributárias, trabalhistas e outras mais vantajosas – em outras palavras, desejam transacionar dentro de suas próprias condições e onde preferirem (BARAN E SWEEZY, 1978, p.202, grifos dos autores).

Os autores assim demonstram o verdadeiro motivo de haver um violento combate à Revolução Cubana, por parte do governo estadunidense e também das grandes empresas deste país, que desejam acabar com a economia cubana e para isso destinam a ajuda econômica para as oligarquias submissas aos seus interesses. Essa ajuda que pode ser realizada através do envio de soldados das forças armadas dos Estados Unidos para as bases que ficam sob seu controle ou com o fornecimento de materiais e de armas.

Essa dinâmica em que se encontrava a esquerda latino-americana foi fortemente sentida no Brasil. Isso porque o investimento do Estado brasileiro em infraestrutura e na indústria não conseguia suporte nos capitais nacionais e a burguesia nacional débil não conseguia financiar esses gastos. Por isso que não possuía autonomia em relação ao capital estrangeiro. Principalmente depois do governo varguista, pois “As pressões contra Vargas demonstraram que os EUA tinham voltado, decisivamente, seus olhos para o Brasil” (MAZZEO, 1988, p.40). Mais ainda, quando seu sucessor, Juscelino Kubitschek, que teve um governo com uma ampla presença dos monopólios norte-americanos, integrando “a economia nacional nas premissas da chamada ‘doutrina Truman’, consubstanciada pelo desenvolvimento da indústria automobilística e no ingresso maciço dos capitais internacionais” (MAZZEO, 1988, p. 41).

Nos anos de 1960, posterior ao governo de Juscelino, o Brasil possuía um regime democrático que estava vigente desde 1945, mas que só permitia que uma limitada parcela da população participasse do processo eleitoral: “[...] (não votavam analfabetos, que somavam 40% da população, soldados e marinheiros) [...]” (NETTO, 2014, p.25). Essa é a realidade que sempre ocorreu no país, onde a população não consegue participar do direcionamento político da vida social.

Nessa ocasião, Jânio Quadros é eleito no pleito eleitoral de 3 de outubro de 1961, mas seu governo terá a duração de apenas sete meses. Por conseguinte, em 25 de agosto de 1961, seu mandato chega ao fim, quando torna pública a sua

renúncia. Esta seria uma estratégia para que o povo pedisse seu retorno e assim ele voltasse com poderes ampliados, mas isso não ocorreu, uma vez que os partidos que faziam oposição ao seu governo acabaram por exigir o cumprimento da Constituição. Estes partidos, entre eles o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), requisitavam a posse do vice-presidente. O vice-presidente era João Goulart, mais conhecido como Jango. Ele era gaúcho, “[...] rico pecuarista, personalidade do *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB), que entrara na política pelas mãos de Vargas (de quem fora ministro do Trabalho em 1953-1954) e de cujos projetos era continuador [...]” (NETO, 2014, p.27-28, grifos do autor). Era um reformista burguês e tinha como finalidade efetivar um projeto de desenvolvimento capitalista, com objetivos contrários aos interesses da grande elite burguesa do país, os latifundiários. Além disso, fazia oposição aos interesses imperialistas e possuía um imenso apoio das massas, principalmente o movimento sindical.

Antes de tomar posse, Jango sofre o chamado “golpe branco”, em que os responsáveis por este exigiam que ele, ao tomar posse, substituísse o regime presidencialista pelo regime parlamentarista. Assim, em 7 de setembro de 1961, Jango assume a presidência, mas com poderes reduzidos, passando a desenvolver um governo classificado como populista¹⁸.

O governo de Jango estava destinado a colocar em prática as chamadas Reformas de Base¹⁹. De acordo com Netto (2014, p. 14-15, grifos do autor), essas reformas

[...] seriam de fato um marco de conclusão da nunca realizada revolução burguesa em nosso país. Algo determinante do verdadeiro caráter reformista de Jango, inclusive definindo os limites de sua consciência progressista, condicionada aos parâmetros da ordem vigente. Nada tendo a ver, portanto, com a ideia da reprodução da vitoriosa revolução cubana que levava o grande capital privado a gerar um caldo de cultura favorável à instalação de uma paranoia anticomunista fácil de impor no clima de *guerra fria*, então batendo seu auge em todo o mundo nos corações e mentes de um senso comum bestializado por uma intensa campanha doutrinadora.

18 Esse termo seria empregado como “[...] uma forma de desqualificar sujeitos políticos e organizações que gozam de apoio popular.” “[...] No Brasil, o termo foi principalmente utilizado por intelectuais acadêmicos para dar conta do estilo político que notabilizou Vargas” (NETTO, 2014, p.31-32).

19 Conjunto de reformas das instituições políticas.

As Reformas de Base faziam parte do projeto reformista de Jango. Vistas como solução para a crise, elas traziam a proposta de mudanças sem questionar a ordem capitalista. Implementariam, conforme Netto (2015), a Reforma Agrária, que pretendia quebrar o monopólio oligárquico da terra; a Reforma Tributária, que seria responsável em assegurar a racionalização das principais fontes de fundo público; a Reforma Bancária, com a pretensão de construir um sistema de crédito capaz de subsidiar o financiamento do prosseguimento do processo de industrialização pesada e por último, a Reforma Urbana, apta a regular o uso do solo citadino.

A proposta reformista de Jango com caráter nacionalista e democrático, não agradava aos seus opositores da direita. Ele era “[...] visto por Washington como ‘não confiável’ e ‘infiltrado’ por comunistas” (NETTO, 2014, p.38). Esses opositores começaram a se mobilizar para fazer a desestabilização do governo Jango. Passam a colocar em prática um golpe que foi planejadamente elaborado por conspiradores civis e militares. Eles impuseram condições para a permanência de Jango no poder. Exigiam que rompesse relações com a esquerda; a demissão dos ministros radicais e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), rompesse com os movimentos sindicais, intervisse na UNE²⁰ e reprimisse os comunistas, mas ele não aceitou.

A datar deste fato, em 1º de abril de 1964, o país iniciará um processo de intensa transformação, com a deflagração de um golpe civil-militar. Este que retirou o presidente João Goulart do poder, efetuando a completa liquidação do regime democrático. Na verdade, *“o que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira.”* (NETTO, 2015, p.41, grifos do autor). Isso sem modificar a base da reprodução capitalista.

As forças reacionárias dominantes preferiram manter as formas econômicas e sociais passadas, refuncionalizando-as para a sua dinâmica, em um movimento de continuidade e ruptura. Este será um período marcado pela despolitização, perdurando por vinte anos, quando foi promovido um processo que foi pensado e colocado em prática, portando uma estratégia de impor uma modernização conservadora²¹, no Brasil, estando interligada aos interesses dos monopólios

20 “União Nacional dos Estudantes/ UNE, surgida no final dos anos 1930” (NETTO, 2014, p.46).

21 De acordo com Netto (2014, p.15), esta estratégia era composta por, “[...] Um modelo subordinado ideologicamente à política externa do Departamento de Estado norte-americano, e condicionado pelas instituições financeiras controladas pelo grande capital privado internacional, apropriado para uma

imperialistas e a oligarquia financeira brasileira, destinada a criar as condições necessárias para a concentração e centralização de capital.

Todavia, durante a vigência do poder militar, também houve resistência. Mesmo com um Estado autocrático, o movimento democrático e popular resistia, mas acabava sofrendo a severa repressão do regime, visto que, o Regime Militar, no Brasil, perseguiu, exilou, torturou, prendeu e assassinou operários e trabalhadores rurais, sindicalistas, estudantes, artistas, escritores, cientistas, padres e até mesmos burgueses e militares. Para esse fim, o Golpe Militar, que foi proclamado como “revolução” pelo Estado brasileiro contou com a contribuição dos Estados Unidos e das empresas norte-americanas que atuavam no país. Essa participação estava relacionada à política externa dos Estados Unidos, que começou a ser implementada no início dos anos 60.

A política externa dos Estados Unidos tinham a pretensão de colocar em prática, conforme Netto (2014, p.35, grifos do ator),

[...] uma *contrarrevolução preventiva*, de modo a impedir a constituição de quaisquer alternativas à *pax americana*, sobretudo se tais alternativas apontassem para vias socialistas. E o fez combinando ações diplomáticas (chantagem e pressão econômicas), desestabilização de governos e patrocínio a golpes de Estados (tal como no Brasil em 1964 e, de forma sangrenta, na Indonésia, em 1965), e também se envolvendo em operações de guerra aberta (de que a derrotada tentativa de subordinar o Vietnã seria exemplar).

Os objetivos dessa contrarrevolução preventiva estavam interligados e condicionados à dinâmica interna dos países aos quais os centros imperialistas pretendiam intervir. E aqui no Brasil, conforme Netto (2015), estavam condicionados à particularidade histórica brasileira, que apresentava uma permanência de atividades voltadas para o mercado externo, a não ruptura com o estatuto colonial. Uma burguesia que não conseguia acabar com a continuidade do monopólio oligárquico da terra. Essa classe que sempre desenvolveu uma prática política conservadora e contra revolucionária, acompanhando a forma como o capitalismo aqui se desenvolveu, sendo um tardo capitalismo.

De acordo com Netto (2015, p.31), com a contrarrevolução preventiva se pretendia,

classe dominante previamente decidida a papel secundário e subalterno no contexto internacional do regime capitalista”.

[...] adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo.

Logo que implementada a contrarrevolução preventiva, o país sofreu transformações na economia, e foi instaurado um novo “modelo econômico” a serviço do grande capital, passando a superexplorar os trabalhadores, favorecendo ao crescimento do parque industrial, além de modernizar as atividades agropecuárias, embora tenha continuado a posse monopolizada da terra. Na verdade, mesmo que esse novo modelo tenha significado um avançado desenvolvimento das forças produtivas no país, a nossa dependência foi ainda mais aprofundada.

Novamente a saída é o Bonapartismo, agora, através de uma instituição: o exército. Também tradicionalmente golpista e vinculado aos donos do poder. Mais uma vez os militares eram chamados pela burguesia, para assumir a “pacificação” política do país. Como em 1831, 1889 e 1930, os militares, novamente, constituíram-se em “capitães-do-mato” de seu povo. Mais uma vez a burguesia brasileira cederia seu poder econômico (para o capital internacional para manter o poder político) (MAZZEO, 1988, p.47, grifos do autor).

Nessa condição, as consequências são sentidas principalmente no campo social. Foi o que ocorreu na sociedade brasileira, onde houve modificações que levaram a sociedade a tornar-se mais complexa. Com o surgimento de um novo segmento, as novas camadas médias urbanas e de uma oligarquia financeira, “[...] ela experimentou uma intensa e descontrolada urbanização; a ‘questão social’ viu-se exponenciada” (NETTO, 2014, p.18, grifos do autor) e o país que desde muito antes crescia a sua submissão aos Estados Unidos, pois não havia uma transferência de capitais entre Brasil e Estados Unidos, mas apenas a saída de recursos do Brasil.

Por isso, que os Estado Unidos se empenharam tanto em defender o que investiram no país antes e durante o golpe militar, uma vez que,

De acordo com cifras oficiais, entre 1947, 1960, 1 bilhão e 814 milhões de dólares, em empréstimos e investimentos, entraram no Brasil, mas saíram, no mesmo período, 2 bilhões e 459 milhões de dólares, sob a forma de remessas de lucros e juros, deixando um saldo negativo, por conseguinte, da ordem de 645 milhões de dólares (MONIZ BANDEIRA, 2007, p.597).

Isto nos traz um dos motivos que explica o questionamento: por que a oligarquia norte-americana precisava de um poderio militar, se o contexto era de paz? A resposta a esta pergunta seria a ameaça de uma recessão e crise da sua hegemonia, a necessidade de se manter na hierarquia de exploração, uma vez que

A hierarquia das nações que constituem o sistema capitalista é caracterizada por um complexo de relações de exploração. Os que estão na cúpula exploram, em graus variados, todas as camadas inferiores, e os que estão em determinado nível exploram os colocados em posição inferior, até chegarmos à camada mais baixa, que não tem ninguém para explorar (BARAN E SWEEZY, 1978, p.181).

Desta forma, o poderio norte-americano teve significativa expansão às custas do impulso econômico proporcionado pelos gastos bélicos e também pela contribuição de aliados e inimigos. Estes fatores foram determinantes para definir a sua posição na hierarquia capitalista, ao fim da Segunda Guerra Mundial, passando a posição de líder na hierarquia do poder dominante no mundo. Embora seja importante ressaltar que a preocupação era manter seu poder hegemônico, que já existia durante e até mesmo antes dos dois conflitos mundiais e irá continuar ao final deles, porque “O líder indiscutível deve manter uma clara superioridade militar, seja através de suas próprias forças armadas, seja pela manipulação de alianças, ou de ambas” (BARAN E SWEEZY, 1978, p.184). Além disso, os impérios que entraram em decomposição, foram cooptados pelos Estados Unidos, e isso acabou favorecendo à estabilização deste país como um império, vindo a exercer a sua influência por todo o mundo, causando, ainda, o aumento da sua demanda militar.

O lugar mais cobiçado nesta hierarquia é o de metrópole, a posição de liderança. Nesta busca, as nações como os Estados Unidos precisam, a todo custo, investir na constituição de uma arsenal militar, principalmente quando surge um inimigo capaz de barrar a sua ambição, e colocar em risco o próprio sistema capitalista, já que esse contexto foi marcado pela disputa geopolítica entre as duas grandes potências: Estados Unidos, que representavam os países capitalistas e a União Soviética, que representava os países ditos “comunistas”.

O crescimento nos gastos e produção da mercadoria bélica neste período estaria, proporcionalmente, interligado ao grau de ameaça resultante da existência da União Soviética e do Pacto de Varsóvia, uma vez que os países que fizeram parte deste pacto eram governados por líderes ditos comunistas, seguindo o modelo militar da União Soviética. Entre seus membros estavam a União Soviética, Polônia,

República Democrática Alemã, Checoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e Albânia.

Essa política dos Estados Unidos foi responsável por impulsionar a construção de uma estrutura militar composta por diferentes armas, pois elas permitiam conter, reprimir e destruir o seu principal oponente, uma vez que o avanço deste sistema significaria não uma ameaça violenta, mas um entrave ao progresso do comércio capitalista, aquele comércio que é realizado pelas grandes empresas pertencentes as potências imperialistas quando conseguem explorar os países que estão na periferia do capital.

O que realmente se objetiva é a procura por atender a necessidade de manter privilégios, levada pelas ações norte-americanas espalhadas pelo mundo, procurando fazer com que os países periféricos e até mesmo os mais avançados estejam centrados no favorecimento do desenvolvimento político e militar dos Estados Unidos. Mas essas aventuras começaram a ser questionadas.

Na ocasião, também aconteceram outros golpes como o que sobreveio no Chile, na conjuntura dos anos de 1972 - 1973 contra o presidente Salvador Allende, realizado com a ajuda da ação clandestina do império norte-americano, comandada pelo chefe das forças armadas na época, Augusto Pinochet, em 11 de setembro de 1973 por meio da Junta Militar. No entanto,

[...] los elementos para explicar el fracaso del Gobierno de la Unidad Popular fueron sobre todo la intervención del imperialismo americano, a menudo puesta en relación con um elemento interno: la traición de los oficiales superiores que se alzaron contra el régimen constitucional, apoyados por la derecha y las clases dominantes chilenas. Esta concepción conlleva inevitablemente a una visión reduccionista y maniquea de la Unidad Popular. Es cierto, la presencia de funcionarios de la CIA en territorio chileno, la participación en el asesinato del general Schneider, el financiamiento de la huelga de los camioneros y, más importante aun, el bloqueo económico internacional contra Chile con hechos probados, cuyas consecuencias son innegablemente esenciales en la explicación del golpe de Estado (GAUDICHAUD, 2005, p.15).²²

22 “Os elementos para explicar o fracasso do governo da Unidade Popular foram, acima de tudo, a intervenção do imperialismo americano, muitas vezes ligada a um elemento interno: a traição dos oficiais superiores que se levantaram contra o regime constitucional, apoiados pela direita e pelas classes dominantes chilenas. Essa concepção inevitavelmente leva a uma visão reducionista e maniqueísta da Unidade Popular. É verdade, a presença de funcionários da CIA no território chileno, a participação no assassinato do general Schneider, o financiamento da greve dos caminhoneiros e, mais importante, o bloqueio econômico internacional contra o Chile com fatos comprovados, cujas consequências são inegavelmente essenciais na explicação do golpe” (GAUDICHAUD, 2005, p.15, tradução nossa).

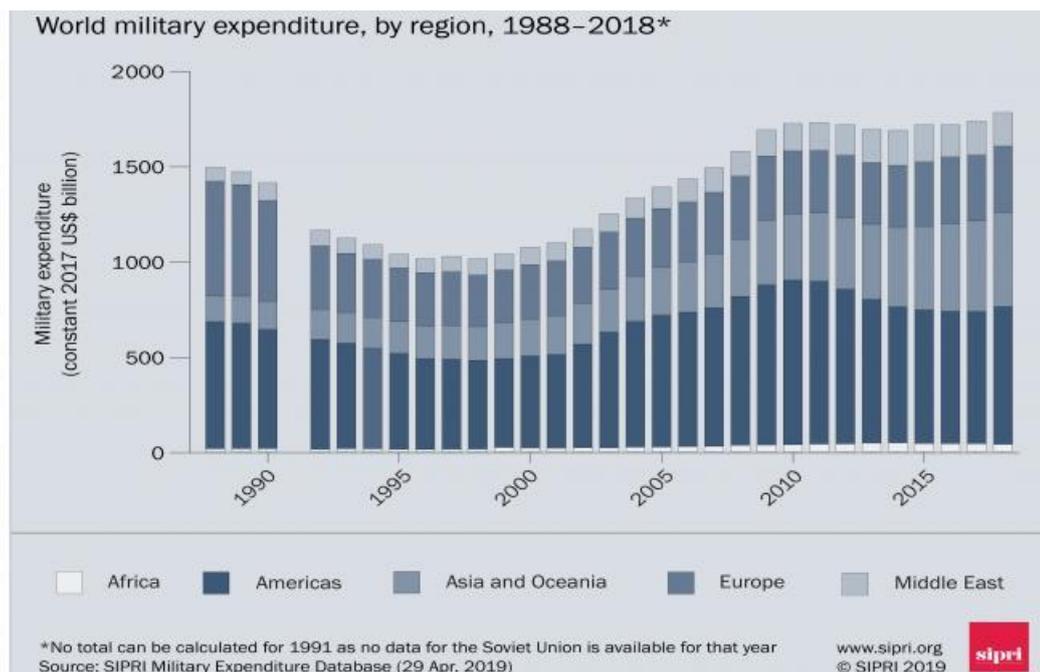
A direita e a classe dominante do país se sentiram amparados pelo dinheiro e o material de guerra que eram doados pelo governo dos Estados Unidos para colocarem em prática ações terroristas de grupos de extrema direita contra toda forma de política de redistribuição ou industrialização que eram o motivo da luta dos partidos dos trabalhadores, dos militantes, dos sindicalistas, dos dirigentes políticos, mas principalmente da resistência dos “Cordones Industriales”.

4. 4 O Complexo militar- industrial norte-americano

Analisou-se o complexo militar-industrial como um campo fundamental de acumulação para o capital. Dentro desse universo, destacou-se o Complexo Militar-Industrial norte-americano, pois este campo da indústria nos Estados Unidos consome gastos militares que aumentam exponencialmente, os interessados em lucrar vão sempre estimular esse aumento,

A razão é que a militarização estimula todas as forças reacionárias e irracionais da sociedade, e inibe, ou mata, tudo o que é progressista e humano. Cria-se um respeito cego pela autoridade; as atitudes de docilidade e conformismo são pregadas e impostas; a discordância é tratada como falta de patriotismo ou mesmo traição (BARAN E SWEEZY, 1978, p.209).

E esse estímulo pelo aumento nos gastos militares há muito tempo tem sido evidenciado e os dados divulgados atualmente demonstram que ocorreu recentemente uma elevação para US\$ 1.822 bilhões em 2018, considerado o maior desde 1988, período da Guerra Fria, representando um aumento de 2,6% em relação a 2017 e conforme demonstra a imagem a seguir.



Fonte: Instituto Internacional de Pesquisa de Paz de Estocolmo (SIPRI).
 Tradução do Título: GASTOS MILITARES DO MUNDO, POR REGIÃO, 1988 – 2018.

De acordo com Instituto Internacional de Pesquisa de Paz de Estocolmo (SIPRI, na sigla em inglês)²³,

- Os gastos militares na América do Sul aumentaram 3,1% em 2018. Isso se deve principalmente ao aumento dos gastos brasileiros (em 5,1%), o segundo aumento em tantos anos.
- Os gastos militares na África caíram 8,4% em 2018, a quarta queda anual consecutiva desde o pico dos gastos em 2014. Houve grandes reduções nos gastos na Argélia (-6,1%), Angola (-18%) e Sudão (-49%).
- Os gastos militares dos estados do Oriente Médio para os quais existem dados disponíveis caíram 1,9% em 2018.
- O gasto militar total dos 29 membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte foi de US\$ 963 bilhões em 2018, o que representou 53% dos gastos mundiais.
- O maior aumento absoluto dos gastos em 2018 foi nos EUA (US\$ 27,8 bilhões), enquanto a maior queda foi na Arábia Saudita (-US\$ 4,6 bilhões).

²³ O SIPRI é um instituto internacional independente dedicado à pesquisa de conflitos, armamentos, controle de armas e desarmamento. Fundado em 1966, o SIPRI fornece dados, análises e recomendações, com base em fontes abertas.

- Os gastos militares na Turquia aumentaram 24% em 2018 para US\$ 19,0 bilhões, o maior aumento percentual anual entre os 15 principais gastadores militares do mundo.
- Seis dos 10 países com a maior carga militar (gastos militares como proporção do PIB) no mundo em 2018 estão no Oriente Médio: Arábia Saudita (8,8% do PIB), Omã (8,2%), Kuwait (5,1 por cento), Líbano (5,0 por cento), Jordânia (4,7 por cento) e Israel (4,3 por cento). (SIPRI, 2019).

Como podemos observar nos resultados obtidos no relatório do instituto sueco de pesquisa, o Brasil elevou os seus gastos militares e isso não poderia ser diferente se não fosse pelo fato de existir no país uma lógica belicista e militarizada de gerir a “questão social”, combatendo os que não se adequam. Por isso,

Para combatê-los não deve haver economia material ou discursiva, uma vez que é o próprio excesso que garante o sucesso das tecnologias de terror colonial. Máscaras com imagens de caveira; blindados que entram nos territórios favelados anunciando que vieram buscar almas; rastros de sangue que têm de ser lavados por vizinhos. Tiros que vêm às centenas do céu, dos blindados aéreos que ceifam vidas que permanecem anônimas em sua maioria e que às vezes, só às vezes, ganham a singularização do rosto de um menino em camisa escolar, como no caso de Marcus Vinícius, assassinado na Maré em 2018 (ADRIANA VIANNA, 2019, p.20).

Essa é a realidade de um país que investe em armamentos para que *snipers* desenvolvam as suas atividades nas comunidades e também que se faça o uso de tecnologias na forma de *drones*, estes que garantem o atendimento do “[...] gozo com o suplício, a defesa estridente da execução sumária, a vociferação do desejo de “banir” as diferenças indesejadas [...]” (ADRIANA VIANNA, 2019, p. 21).

A pesquisa também destaca os enormes gastos militares realizados pelos Estados Unidos em 2018, estes que têm sido o principal mantenedor da economia norte-americana desde o final da Segunda Guerra Mundial. A sua demanda é abastecida por grandes empresas no mundo e coordenada pelo Pentágono, setor que consome bilhões de dólares todos os anos, colocando os Estados Unidos na posição de líder no total de despesas militares globais.

Conforme o SIPRI (2019)²⁴, os gastos militares dos EUA cresceram pela primeira vez desde 2010 em 4,6%, atingindo US\$ 649 bilhões em 2018, colocando esse país na posição de maior gastador do mundo, ficando à frente da China, que ocupa o segundo lugar como maior gastador do mundo, que aumentou as suas despesas militares em 5,0%, para US\$ 250 bilhões em 2018.

TOP 15 MILITARY SPENDERS IN 2018

Countries with highest military expenditure
In current 2018 US\$ billion



Fonte: Instituto Internacional de Pesquisa de Estocolmo (SIPRI)

Tradução do Título: 15 PRINCIPAIS GASTADORES MILITARES EM 2018.

Os Estados Unidos não são somente líder no consumo de armamentos, mas também na produção destes. De acordo com o Instituto Internacional de Pesquisa e Paz de Estocolmo (SPRI, 2019) as empresas dos EUA aumentaram a sua participação no total das 100 principais em vendas de armas, com 42 empresas listadas em 2017. Juntas, as vendas de armas de empresas americanas cresceram 2,0% em 2017, para US\$ 226,6 bilhões, responsáveis por 57% do total das 100 principais vendas de armas. Dentre estas estão a Lockheed Martin Corp, Boeing,

24 O SIPRI é um instituto internacional independente dedicado à pesquisa de conflitos, armamentos, controle de armas e desarmamento. Fundado em 1966, o SIPRI fornece dados, análises e recomendações, com base em fontes abertas. Disponível em: <https://www.sipri.org/media/press-release/2019/world-military-expenditure-grows-18-trillion-2018>. Acesso em: 2 de outubro de 2019.

Raytheon, Northrop Grumman Corp e a General Dynamics Corp. A Lockheed Martin permaneceu como a maior produtora mundial de armas em 2017, com vendas de armas de US\$ 44,9 bilhões e a Boeing. As duas maiores produtoras de armas do mundo aumentaram de US\$ 11 bilhões em 2016 para US\$ 18 bilhões em 2017.

4.5 Os exércitos mercenários e as guerras indiretas: as novas estratégias políticas-militares do século XXI

Esse enorme complexo militar que desde muito tempo vem sendo alimentado, conforme demonstramos, é parte constitutiva das estratégias político, econômica, militar e diplomática dos Estados Unidos e das potências beligerantes do mundo capitalista, no intuito de manter-se em lugar favorável na hierarquia dominante no mundo.

As lideranças beligerantes, em especial a liderança norte-americana, os inimigos do socialismo, que desejam expandir o seu imperialismo e dominar os países com menor poder militar, realizam o abastecimento das intervenções armadas nos países periféricos, devastam regiões como o Médio Oriente e outros lugares, com a justificativa de estarem realizando ações humanitárias e uma luta contra os ditos “inimigos”. A sua presença, mesmo que velada, se manteve em diversas intervenções no mundo, algumas já mencionamos.

Os Estados Unidos possuem bases militares espalhadas por diversos países no mundo e uma parte delas estão na América Latina. As suas implantações são justificadas por órgãos do governo e algumas organizações, como tendo por finalidade realizar uma intervenção com benévolas intenções humanitárias nos países em que estão instaladas. Esse tipo de explicação acaba mistificando o seu verdadeiro objetivo, pois esse tipo de prática sempre foi uma estratégia dos Estados Unidos, desde o seu surgimento como império, uma vez que,

[...] contar con una red de bases militares que le permitiera cumplir com esos objetivos. Desde las misiones civilizatorias de los primeros puritanos en el siglo XVII a las misiones humanitarias de hoy existe un arco claramente atravesado por la expansión militar y la ambición imperial (LUZZANI, 2012, p.24)²⁵.

25 [...] possuir uma rede de bases militares que lhe permita atingir esses objetivos. Das missões de civilização do primeiro puritano no século XVII às missões humanitárias de hoje, há um arco claramente atravessado pela expansão militar e pela ambição imperial (LUZZANI, 2012, p.24, tradução nossa).

Desta forma, a necessidade de expansão de suas fronteiras e a apropriação dos territórios e riquezas de outros países, onde pudesse encontrar alimentos, recursos naturais, mão de obra barata, mercados, entre outros serviços, pode ser suprida pela instalação de bases militares em outros países, para garantir o domínio absoluto dessas regiões, a sua supremacia econômica, e ampliar também a presença militar norte-americana no mundo.

Essas estratégias estiveram presentes com maior evidência no período da Segunda Guerra Mundial, quando os EUA chegaram a possuir milhares de bases militares. Através delas, este país conseguia desenvolver atividades que favoreceram a manutenção do seu domínio, como: atividades de espionagem, controlar os fluxos da imigração nos países; vigiar os negócios e mesmo quando o propósito signifique realizar uma “ajuda” humanitária, os profissionais enviados para os locais atingidos por catástrofes ou outros problemas que afetam a população, são treinados antes no Pentágono, ou seja, a sua conduta deve estar alinhada aos propósitos de quem os contratou.

Os profissionais que recebem a incumbência de colocarem em prática essas intervenções, entre eles os médicos, que são contratados para missões humanitárias, são treinados para coletar os dados da população. Mas, nunca esse seu treinamento no Pentágono deve ser suspeito, pois a explicação dada é que “[...] el soldado debe ser un combatiente integral capacitado para empuñar tanto la jeringa com el fusil” (LUZZANI, 2012, p. 27)²⁶. Utilizando-se desses profissionais e também dos meios de comunicação, os Estados Unidos procuram ocultar as suas verdadeiras intenções, já que essas bases não são apenas militares. Elas também funcionam como centros de guerra midiática e ciberguerra, colhendo informações e acumulando para servirem no desenvolvimento de campanhas desestabilizadoras contra os governos.

4.5.1 As guerras indiretas

No início do século XXI, com uma nova configuração geopolítica de um mundo que continua unipolar, mas que caminha para a multipolaridade, vemos que as operações armadas sofreram mudanças. As novas ameaças à segurança têm

²⁶ “[...] o soldado deve ser um combatente integral treinado para segurar a seringa e o rifle” (LUZZANI, 2012, p. 27, tradução nossa).

excedido o campo estritamente militar, e passam a requerer novos instrumentos de ação e estratégias, pois os conflitos entre as potências beligerantes já não acontecem de forma direta como ocorreram nas duas guerras mundiais, mas podem ser realizadas através de golpes ou operações indiretas, estas que podem proporcionar uma troca de regime sem a necessidade de grandes gastos.

O uso e o desenvolvimento da ciência e das novas tecnologias proporcionaram, para as grandes potências, um aparato material e repressivo com um poder devastador, podendo destruir os únicos recursos que nos resta na natureza e até mesmo os próprios seres humanos. Esses armamentos que causam tamanha destruição, como os armamentos nucleares, podem também ser o motivador de estarem acontecendo mudanças nas formas de estratégias militares, que antes eram colocadas em prática através de intervenções diretas, impulsionando a busca de novas alternativas de enfrentamento, sendo menos devastadoras, porém, eficazes.

Através da utilização de tecnologias, como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDCs), estas novas estratégias se tornam mais atraentes para países como os Estados Unidos, que estiveram envolvidos no financiamento e assessoria de várias guerras, em diversos países no mundo, mas que depois do contexto de colapso da União Soviética e pós-guerra fria passou a fazer uso de uma tática ofensiva menos invasiva, aquela que não necessita mais de tanques de guerra, aviões, fuzil AK-47, bomba de napalm, lança granada, entre outros armamentos, custando uma fortuna aos cofres públicos, mas uma batalha travada por manifestantes e insurgentes.

As guerras indiretas, também chamadas pelo autor Andrew Korybko de “Guerras Híbridas”, englobam duas formas de estratégias para realizarem um conflito indireto: as revoluções coloridas, aquelas manifestações que são planejadas anteriormente, onde os líderes utilizam-se de ferramentas de propaganda e estudos psicológicos para colocarem em prática campanhas contra governos. Esse tipo de estratégia foi utilizada no mundo árabe, nas manifestações que ficaram conhecidas como Primaveras Árabes. Quando esse tipo de golpe não funciona, parte-se para um golpe mais violento. O outro tipo de estratégia que faz parte das Guerras Híbridas, as guerras não convencionais, praticadas pela a ação de guerrilhas, milícias e insurgentes que são armados pelos países favorecidos com o resultado positivo destas estratégias.

As guerras indiretas,

[...] permite que um oponente derrote o adversário sem enfrentá-lo diretamente, economizando assim os recursos que seriam despendidos em um confronto direto. Atacar um inimigo indiretamente também pode atrasá-lo e colocá-lo na defensiva, deixando-o assim vulnerável a outras formas de ataque. A guerra indireta também impõe certo custo de oportunidade ao lado defensor, visto que o tempo e os recursos que ele acaba tendo que empreender para lidar com o ataque indireto poderiam, não fosse o caso, ser melhor utilizados em outras áreas. Além das vantagens táticas, há também as estratégias. Pode ser que existam certas restrições (por exemplo, alianças, paridade militar etc.) que impeçam uma parte de lançar hostilidades diretamente contra outra. Neste caso, a guerra indireta é a única opção para desestabilizar o adversário (KORYBKO, 2018, p.11).

Para que uma Guerra Indireta seja efetivada, os responsáveis por sua implementação precisam realizar um planejamento estratégico. Estes, que podem ser agentes infiltrados entre os civis, procuram antes conhecer o adversário para poder realizar uma campanha através das novas armas, as TICs e as TIDCs com seus dispositivos online. O que antes era realizado pelas ocupações militares passa a ser efetivado por ataques em ciberespaços aos líderes políticos de países alvos que ficam na periferia desses países alvos. Esse tipo de estratégia foi realizada pelos Estados Unidos e suas frentes de ataques imperialista na Ucrânia e ainda na Síria, inclusive nos dias atuais.

As Guerras Híbridas são uma batalha travada no campo das ideias, com ataques cibernéticos que acontecem com a disseminação dessas ideias políticas, através de instrumentos como as notícias falsas (*Fake News*), guerra judiciária (*Lawfare*), manipulação das redes sociais, fazendo o uso de militância digital. Elas têm características de uma guerra e sua funcionalidade está sendo orientada com regras advindas da guerra e, quando necessário, fazem uso da interferência militar aberta.

As intervenções humanitárias se tornaram obsoletas, uma vez que o complexo contexto internacional traz um momento promissor para as operações de desestabilização perpetradas pelos EUA. Este país está ganhando abrangência em todo mundo, pela capacidade de projetar a sua força militar e pela influência para lidar com seus concorrentes. Essa capacidade se torna ainda mais ameaçadora quando este país passa a empregar uma tecnologia de guerra permitida pela tecnologia aérea, aquela encontradas nas armas controladas por controle remoto, os conhecidos *drones*.

Com o uso dos *drones*,

Os militares não têm mais como alvo um indivíduo identificado pela inteligência humana, mas um estereótipo comportamental: uma

estrutura de dados que caracteriza um comportamento anormal. Se os analistas julgarem que aquele que corresponde a isso é perigoso, podem considerar sua “neutralização”. Muitas vezes, sua identidade e seu nome não são conhecidos antes que ele seja condenado a morte (OLIVIER KOCH, 2019, p.12).

O alcance desta tecnologia faz com que a ação de um soldado vá muito além da área de guerra, ela é resultado do advento de novas tecnologias que foi introduzida como ferramenta de guerra, “A informatização do campo de batalha remonta à década de 1940 e ao nascimento da cibernética. Ela se desenvolveu nos Estados Unidos durante a Guerra do Vietnã (1955-1975) graças a pesquisas realizadas no âmbito da Agência para Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa (Darpa)” (OLIVIER KOCH, 2019, p.12).

Os soldados adquirem as informações colhidas pelos pesquisadores de ciências sociais extraídas dos meios de comunicação, das redes sociais e da inteligência militar, estas que proporcionam a realização de um mapeamento social que tem por sua finalidade a identificação de insurgentes, mas “os meios de comunicação escaneados por essas ferramentas de computador nem sempre oferecem uma leitura fiel da realidade, em particular quando são controlados pelo regime em vigor ou por interesses econômicos poderosos” (OLIVIER KOCH, 2019, p.13).

As ciências sociais são militarizadas para atender esses interesses, conseguindo o financiamento para o desenvolvimento de pesquisas que atendam a demanda dos interessados, foi com esse intuito que “Em 2011, A Cultural Knowledge Consortium [Consórcio de Conhecimento Cultural] (CKC) foi criado para congregar pesquisas públicas e privadas” (OLIVIER KOCH, 2019, p.13), visando colocar em rede o conhecimento sobre as sociedades, mas esse projeto depois vai ser substituído quando a,

[...] Global Cultural Knowledge Network [Rede Global de conhecimento Cultural] (GCKN) assumiu as rédeas em 2014. Essa organização visa “reunir toda a capacidade intelectual dos Estados Unidos para as futuras missões do Exército orientando o conhecimento sociocultural para a tomada de decisões” (OLIVIER KOCH, 2019, p.13, grifos do autor).

Devido ao surgimento dessas novas formas de se travar uma guerra vão sendo buscadas inovações tecnológicas que desenvolvem mais instrumentos e setores são criados dentro do complexo militar-industrial, mas quando esses setores desenvolvem programas utilizados por Washington ou pela CIA no intuito de combater o terror acaba

disparando em pessoas de qualquer lugar e que por eles são considerados insurgentes ou não e suas mortes podem ficarem ocultas, como relata uma ex-militar da Força Aérea dos Estados Unidos em entrevista realizada por Montesanti (2017, CAROS AMIGOS, p.24, grifos do autor),

Lisa, militar desde 1991 e sargenta técnica do programa de veículos aéreos não tripulados entre 2007 e 2009, afirma que “o envio de *drones* também permite que a guerra seja invisível”. De acordo com a ex-militar, os *drones* tornam cada vez menos necessário o envio de tropas o que, segundo Lisa, escancara o caminho para mais crimes de guerra, “Há menos discussão ou prestação de contas, porque (o envio de *drones*) não é anunciado publicamente como ocorre frequentemente quando enviamos tropas. Aqueles que vivem debaixo dos *drones* armados estão em constante estado de terror, portanto não acredito que possamos nos engajar em uma guerra contra o terror com mais terror.

Os Estados Unidos vêm desenvolvendo intervenções por meio dessa tecnologia de guerra matando civis inocentes e isso por muitas vezes vai sendo ocultado, pois essas mortes só vem a público quando algum denunciante que foi vítima faz a denúncia e a repercussão quando,

Publicamente, nas poucas vezes que se pronunciam sobre o assunto, os funcionários do regime dos Estados Unidos insistem em classificar praticamente todos os civis atingidos de ligação a terroristas, invariavelmente se tivessem idade militar, e de desmentir evidências que apontam que locais atingidos nada tinham a ver com práticas de terror. Nas raras vezes que civis assassinados acabam reconhecidos, quando se torna impossível negá-lo, acabam sendo considerados “efeitos colaterais” dos “cirúrgico e precisos” *drones* (MONTESANTI, 2017, p.25, grifos do autor).

No entanto, se isso já estava sendo considerado de extrema crueldade quando desenvolvido pelos os presidentes anteriores imagina pelo atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que,

Desde que chegou à presidência, em 20 de janeiro de 2017, proporcionalmente o número de ataques e vítimas civis aumentou vertiginosamente: o novo ocupante da Casa Branca tem dado carta-branca aos militares e à CIA, limitada pela administração anterior, para que decidam sobre a utilização, afrouxando as regras de Obama que visavam – teoricamente – proteger civis (MONTESANTI, 2017, p.25, grifos do autor).

Além disso, a vigilância e a execução se tornaram opções bélicas mais eficazes para resolver questões que não puderam ser resolvidas através da diplomacia, porque essa seria a forma mais vantajosa para alimentar o complexo militar-industrial norte americano e ainda manter a sua hegemonia no mundo capitalista.

Recentemente, que os Estados Unidos fez o uso de *drones* mais letal de sua frota,

[...] no ataque que matou o general iraniano Qassem Soleimani em Bagdá, no Iraque. A aeronave não-tripulada chamada MQ-9 Reaper consegue voar em uma altura acima dos aviões comerciais e tem autonomia de voo de até 27 horas. O drone pode alcançar uma velocidade de até 400 km/h e carrega mais de uma tonelada de equipamentos, entre eles os mísseis hellfire (G1, 2020).

Em entrevista o presidente americano Donald Trump justificou o ataque que causou a morte do líder iraniano, afirmando que ele teria sido morto por ser o responsável pelas mortes de americanos no Oriente Médio e ainda que sua morte iria prevenir que o general viesse a realizar futuros ataques, pois Soleimani era considerado o cérebro por trás da estratégia militar e geopolítica do Irã, mas se formos trazer aqui uma análise do seria as verdadeiras causas desse conflito teríamos que desenvolver um aprofundamento da sua história durante anos, no momento, manteremos nosso foco na arma e na economia de guerra que alimenta o complexo bélico por ela nutrido.

O uso indiscriminado de *drones* pode ser justificado por inúmeras razões, mas com toda certeza podemos incluir como uma das principais a questão de haver uma necessidade crescente e constante em se conservar o poderoso comercio global de armas que mantém um grandioso complexo militar-industrial e em destaque o complexo dos Estados Unidos, que tem se nutrido com um poder hegemônico desde as previsões do presidente Dwight D. Eisenhower (1953- 1961),

[...] que se dizia decepcionado em uma época em que os gastos militares dos Estados Unidos já superavam o lucro líquido de todas as corporações do país, apontava que deveria haver desarmamento contínuo e mútuo entre as nações, e que se não houvesse recuo do complexo militar-industrial norte-americano a democracia e a liberdade locais, e a própria segurança internacional, correriam sérios riscos. Pouco efeito surtiu a advertência de "Ike". Hoje, a maioria da sociedade norte-americana aprova a guerra com *drones* mesmo consciente do assassinato indiscriminado de civis, já que a nova tecnologia poupa a vida dos militares estadunidenses (MONTESANTI, 2017, p.27, grifos do autor).

Os Estados Unidos não poderia manter seu poder hegemônico como o império do capital sem desenvolver a sua economia de guerra a qual lhe serve de sustentáculo a muito tempo, uma vez que, esta economia é responsável em proporcionar benefícios a indivíduos e empresas ricas do ramo de armamentos que tem a violência e o derramamento de sangue na base da sua lucratividade, por isso acham mais

propensos a patrocinar guerras ao invés de resolver “pacificamente os conflitos”, o que nunca foi nem será o meio desejado por estes.

4.6 A crise da hegemonia do Complexo militar-industrial norte – americano

Os Estados Unidos são uma nação que possui uma dinâmica interna que necessita ser compreendida, pois

[...] são uma sociedade imigrante extraordinariamente multiculturalista movida por um inflexível individualismo competitivo que revoluciona de modo perpétuo a vida social, econômico e política. Essas forças tornam a democracia cronicamente instável, difícil, se não impossível, de controlar, exceto por meio da corrupção do poder financeiro. Há momentos em que todo o país parece insubordinado a ponto de ser ingovernável (HARVEY, 2005, p.22).

Este país se apresenta como a mais desenvolvida das sociedades capitalistas monopolistas, nela a forma como o excedente é produzido e utilizado é imprescindível para a nossa investigação, pois a área militar sempre teve acentuada contribuição para o acúmulo desse excedente, a exemplo, [...] a magnitude do excedente nos Estados Unidos elevou-se a 46,9% do Produto Interno Bruto de 1929. Esse número decaiu nos primeiros anos da Grande Depressão e, evidentemente, teve uma acentuada elevação durante a Segunda Guerra Mundial (BARAN E SWEEZY, 1978, p.20). Isso evidencia que o investimento na indústria bélica se torna uma saída para os momentos de crise.

Ao analisarmos os alarmantes gastos militares dos Estados Unidos para manter um poderoso complexo militar-industrial que agiu nas diferentes aventuras desse país pelo mundo, passamos a nos perguntar se a manutenção desse complexo continua garantindo a sua hegemonia no poder global e se poderia continuar em ascensão ou está em crise, pois o curso do poder político e econômico pelo que se observa, começa a dar sinais de estar seguindo para outros países de capitalismo avançado. Essa é uma pergunta que nos leva a atentar para os gastos e também o acúmulo de riqueza desse país, uma vez que,

A riqueza é geralmente necessária ao poderio militar, e este por sua vez é geralmente necessário à aquisição e proteção da riqueza. Se, porém, uma proporção demasiado grande dos recursos de um país é desviada da criação de riqueza e atribuída a fins militares, torna-se então provável que isso leve ao enfraquecimento do poderio nacional, a longo prazo. Da mesma maneira, se um país se excede estrategicamente – digamos, pela conquista de territórios extensos ou em guerras onerosas - corre o risco de ver as vantagens potenciais da expansão externa superadas pelas grandes despesas exigidas –

dilema que se torna agudo se o país em questão tiver entrado num período de declínio econômico relativo. A história da ascensão e queda dos países líderes do sistema de grandes potências, desde o avanço da Europa ocidental no século XVI – isto é, de nações como Espanha, Holanda, França, Império Britânico e atualmente os Estados Unidos – mostra uma correlação muito significativa, *a prazo mais longo*, entre a sua capacidade de produzir e gerar receitas, de um lado, e a força militar, do outro. (KENNEDY, 1989, p. 2, grifos do autor).

Desta forma, os Estados Unidos, para manterem o seu Complexo Militar-Industrial, vai sempre precisar possuir um acúmulo de riqueza astronômico, pois o seu aparato militar tem se mantido às custas de um gasto exponencial conforme observamos anteriormente e não seria de se estranhar que este país e seu complexo estivessem passando por uma crise da sua hegemonia, visto que a supremacia alcançada no passado pelos Estados Unidos, considerada duradoura e responsável pela dominação do mundo, principalmente no período do pós-guerra, já naquele período apresentava indícios de contradições estruturais, afetando a sua manutenção, e isso significava, já no passado, as previsões do seu endividamento crescente, porque, “a acumulação do poder tem de acompanhar necessariamente a acumulação do capital, a história burguesa tem de ser uma história de hegemonias que exprimem um poder sempre amplo e continuamente mais expansivo” (HARVEY, 2005, p. 37) e esse endividamento pode ser considerado uma das principais causas de um possível declínio da sua hegemonia, que vem se evidenciando desde o período do pós-guerra.

A indústria militar esteve comandada pela hegemonia norte-americana, sendo um empreendimento internacional. Os países de capitalismo avançado dependiam desta indústria para o seu desenvolvimento econômico e também militar. Eram obrigados a participarem, direta e indiretamente, do seu desenvolvimento no pós-guerra. “Tal participação é da maior importância para o estabelecimento e/ou a modernização de ramos industriais inteiros, nos quais se fundam os “milagres” do desenvolvimento econômico japonês e alemão do pós-guerra” (MÉSZÁROS, 2011, p. 686). Esta participação se tornava efetiva através de encomendas militares diretas, altamente lucrativas.

Mészáros (2011) comenta a dependência de países capitalistas avançados em relação aos Estados Unidos:

Isto ocorre porque a economia dos Estados Unidos, de longe a mais extensa e dinâmica do mundo ocidental, é sustentada, ao longo de todo período do pós-guerra, por orçamentos astronômicos de defesa (apesar de ameaçadora dívida interna e externa). Em sua capacidade para sustentar os níveis de produção existentes em seus próprios

países, todas as sociedades capitalistas avançadas são profundamente dependentes do mercado em expansão dos Estados Unidos, o que, por sua vez, é absolutamente impensável sem assegurar os astronômicos orçamentos (e déficits) de defesa, sobre os quais tão fortemente se apoia a dinâmica expansionista do conjunto da economia americana (MÉSZÁROS, 2011, p. 686-687).

O autor húngaro, em sua obra *Para além do capital* (2011), faz uma análise sobre a possibilidade de um declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica e seu Complexo Militar-Industrial. Ele afirma que:

[...] não há como antes nenhum indício sério do ansiosamente antecipado “declínio dos Estados Unidos como potência hegemônica”, não obstante o aparecimento de numerosos sintomas de crise no sistema global. As contradições que pudemos identificar dizem respeito ao conjunto interdependente do sistema do capital global no qual o capital norte-americano ocupa, mantém e, na verdade, continua a fortalecer sua posição dominante de todos os modos, paradoxalmente até mesmo por meio de suas práticas de imperialismo de cartão de crédito – à primeira vista bastante vulneráveis, embora, até o presente momento, implantadas com sucesso e sem muita oposição (MÉSZÁROS, 2011, p.1088).

O autor demonstra o que ocorreu e ocorre no capitalismo global, onde os países avançados são responsáveis em suprirem a crescente demanda da economia americana na manutenção do seu poderoso Complexo Militar-Industrial. Sendo a produção deste complexo a sua principal dependência. Este tem sido o destino do seu crescente endividamento. Embora, para o autor, as previsões feitas no período em que ele estava analisando, eram prematuras, pois os EUA possuíam um poder hegemônico incontestável, mesmo com o advento da crise estrutural.

O poder hegemônico norte-americano já não se constitui como tal, embora seja importante ressaltar que a hegemonia que este país possuía era alimentada pelo medo que existia do poder militar da União Soviética. O mundo temia a ameaça nuclear que representava os países comunistas deste bloco, e que, portanto, os Estados Unidos se tornam uma melhor opção, mas não somente.

A hegemonia dos Estados Unidos,

[...] na segunda metade do século XX não se deveu às bombas, e sim à sua enorme riqueza e ao papel crucial que sua gigantesca economia desempenhou no mundo, especialmente nas décadas posteriores a 1945. Além disso, do ponto de vista político, ela se deveu a um consenso geral dos países ricos do Norte no sentido de que suas sociedades eram preferíveis às dos regimes comunistas. E onde esse consenso não existia, como na América Latina, resultou de uma aliança com as elites governantes e os exércitos locais, que temiam a revolução social. Do ponto de vista cultural, ela teve por base a atração exercida pela afluente sociedade de consumo, vivenciada e

propagada pelos Estados Unidos, que foram seus pioneiros, e pelas conquistas mundiais de Hollywood. Do ponto de vista ideológico, o país sem dúvida se beneficiou da reputação de defensor exemplar da “liberdade” contra a “tirania”, exceto nas regiões em que sua aliança com os inimigos da liberdade era demasiado óbvia (HOBSBAWM, 2007, p.50, grifos do autor).

Essa hegemonia se manteve. Mas, após o 11 de Setembro, ela se viu abalada e aquela influência que o país possuía no período da Guerra Fria foi enfraquecida, passando a apresentar uma vulnerabilidade econômica. Isso o impulsiona, na atualidade, a buscar superar os limites impostos ao seu poder mundial, se tornando ainda mais agressivo. O que poderia indicar uma busca pelo lugar no comando do império mundial seria o avanço da globalização e suas consequências, a falência do equilíbrio internacional do poder, a crise dos Estados nacionais que possuíam o controle de seus territórios e o retorno das catástrofes humanas.

Esses problemas aparecem, mas não existe alguém ou poder que possa solucioná-los, colocando ordem e estabilidade. A esperança está em um império, mas “A paz internacional não é criação dos impérios, e sim o que lhes dá a chance de sobreviver” (HOBSBAWM, 2007, p.60). A supremacia dos Estados Unidos está alicerçada por uma enorme rede de poder militar, mas isso não a torna duradoura, pois a sua manutenção esteve também atrelada ao domínio da economia industrial do mundo. Além de exercer forte influência cultural,

[...] os Estados Unidos nunca se viram como parte integrante de um sistema internacional de potências políticas que rivalizam entre si. Esse era, precisamente, o sistema que a Doutrina Monroe buscava excluir do continente americano. Nesse hemisfério de dependências descolonizadas, os Estados Unidos não tinham rival (HOBSBAWM, 2007, p. 64).

Os Estados Unidos tiveram grandes vantagens em relação aos outros países, pois se tornou um império, enquanto os outros países eram atingidos pelas duas guerras mundiais. Mesmo que não tenha mais aquela movimentada dinâmica de exportações que possuía no passado, pois agora tem sido obrigado a comprar os artigos que não consegue produzir, causando também endividamento. Aquela influência que exercia já não consegue mais surtir efeito na manutenção da superioridade econômica americana.

A criação de um império foi, por muitas vezes, proporcionada pela conquista com o uso do poder militar, mas essa conquista não era seguida de uma dominação duradoura, pois o contingente de colonizadores era inferior ao contingente de

colonizados. Os impérios, para se manterem, precisavam que os colonizados aceitassem a sua implantação, colocando a ideia de que os colonizados precisavam modernizar seus impérios tradicionais. Todavia, isso tem sido deixado para trás. Os impérios já não podem contar com a obediência dos súditos.

Os Estados Unidos podem apresentar uma força militar superior à dos outros países, mas retornar a ser um país com hegemonia imperial global é algo que tem se tornado cada vez mais difícil de ser alcançado, pois até mesmo a hegemonia do poder dos Estados dentro dos seus próprios territórios estão em declínio, por isso, o país precisa buscar manter o controle das reservas de petróleo e não deixar que outro país venha a assumir esse controle, causando assim uma mudança no centro do poder, seja ela econômico ou até mesmo militar.

Para poder competir com os países que buscam se contrapor ao seu poder hegemônico os Estados Unidos precisa,

[...] manter a primazia militar a todo custo e de desestimular a resistir à emergência de toda superpotência rival. Será evitada a disseminação de todo tipo de arma de destruição de massa, e os Estados Unidos devem estar preparados para usar a força dissuasiva preventiva caso necessária para alcançar essa meta (HARVEY, 2005, p.71).

Os Estados Unidos precisa combater os seus rivais para que não possam tomar o seu lugar no cenário mundial, mas nesta necessidade,

O perigo da extensão excessiva do império é grande, em particular porque os déficits do orçamento federal pairam como nuvem cada vez maior no horizonte fiscal, e as crises orçamentárias nos níveis estadual e local já estão retirando grande parcela dos recursos de oferecimento de serviços públicos (HARVEY, 2005, p.72).

Esta lógica ameaçadora coloca o país e seu complexo militar-industrial em um caminho de areia movediça, pois “vão ter que sacrificar apenas um sangue precioso em troca de petróleo e da sustentação de uma hegemonia adoecida; eles podem ter de sacrificar também todo o seu modo de vida. A lógica capitalista do poder vai fazer em pedacinhos a lógica territorial que ora se busca seguir” (HARVEY, 2005, p.72). Além disso, os erros geopolíticos e financeiros causam fragilidade ao país, “Torna-se visível o aumento de jogadores na cena internacional, permitindo maior capacidade de negociação a estes e maior autonomia de políticas, tais como as observadas na América do Sul” (AVILA, 2009, p.232).

Os Estados Unidos enfrentam momentos de força e fraqueza, pois no campo econômico e financeiro, uma evidente fragilidade devido ao elevado endividamento do Estado americano. De acordo com Arrighi (1996), citado por Avila (2009, p. 232),

[...] há um declínio do poderio americano, cujo início teria ocorrido nos anos 1970 com a crise sinalizadora; por outro lado, deve ser reconhecido que existe uma força militar e política não rivalizada no presente momento. De toda a sorte, pode ser afirmado também que houve alguma perda de poder diante de todo este contexto.

Contudo, não há um momento previsto para que essa crise da hegemonia do complexo militar-industrial norte-americano venha se constituir em seu declínio efetivo, pois ele ainda apresenta uma superioridade militar perante aos outros complexos, mantendo os Estados Unidos como potência hegemônica, mas destacamos aqui os indícios de que isso se torne possível e que o lugar de superpotência mundial seja passado para outro país.

Neste espírito, frisamos a importância de que a hegemonia deve ser exercida por uma classe, pois sempre será necessário lembrar que,

De todas as classes que hoje se contrapõem à burguesia, só o proletariado constitui uma classe verdadeiramente revolucionária. Todas as demais se arruinam e desaparecem com a grande indústria; o proletariado, ao contrário, é seu produto mais autêntico (MARX E ENGELS, 2008, p. 25).

Quando essa classe passar a entender que estamos enfrentando hoje uma crise estrutural do sistema do capital, que nos traz as condições objetivas para uma ofensiva socialista, e que para isso precisamos ter os instrumentos políticos necessários que nos permita colocar em prática o que no passado não foi possível se cumprir, ela realizará a revolução, porque, as tentativas passadas significaram, em especial a Revolução Russa de 1917, “apenas um momento específico dessa guerra e que ela, ainda hoje, permanece como motor da História” (TONET, 2018, p.7). Embora tenha sido um importante movimento que ganhou uma dimensão enorme, ela, assim como as outras tentativas de revolução ditas “socialistas” que ocorreram na história, não foram capazes de atingir os seus objetivos e ainda foram responsáveis em criar ilusões para as classes trabalhadoras, mas o “fracasso é apenas prova de que foram circunstâncias históricas que impediram que aquele objetivo fosse alcançado e que não é, de modo nenhum, uma impossibilidade absoluta” (TONET, 2018, p.8).

Os membros do partido bolchevique não conseguiram ver o que estava na essência da questão, que aquela revolução política em curso não realizaria a revolução das condições políticas e sociais e mudaria o rumo da história, pois “somente quando as condições objetivas implícitas em tal objetivo estão em processo de se desdobrar em escala global é possível imaginar realisticamente a articulação prática dos órgãos necessários da ofensiva socialista” (MÉSZÁROS, 2011, p.789). Sem essas condições, o que se conseguiria eram paliativos, que apenas retardariam o problema, mas não transcendê-lo-iam.

No período que ocorria a Crise de 1929/33 o capital pôde se reconstruir e isso ocorreu por existir, além do Complexo Militar-Industrial, fatores que ajudaram para que essa reconstrução acontecesse. Falamos da questão dessa crise não ser do mesmo nível de uma crise estrutural, mas também da contribuição do fascismo que reinava, e mais ainda, por a classe trabalhadora estar vivendo uma fase histórica, essencialmente defensiva. Esta classe se sentiu representada por partidos e sindicatos, travando uma luta que apenas serviria para ganhos individuais, por que,

Tratar os sindicatos, junto com outras (muito menos importantes organizações setoriais, como se pertencessem, de alguma maneira, apenas à “sociedade civil”, e que portanto poderiam ser usados contra o Estado político, para uma profunda transformação socialista, é um sonho romântico e irreal. Isto porque o círculo institucional do capital, na realidade, é feito das *totalizações recíprocas* da sociedade civil e do Estado político, que se interpenetram profundamente e se apoiam poderosamente um no outro. Por isso, seria necessário muito mais que a derrubada de um dos três pilares – o Parlamento, por exemplo para produzir a mudança necessária (MÉSZÁROS, 2011, p.793, grifos do autor).

Desta forma, criar ilusões quanto as instituições que não conseguem realizar um processo de reestruturação radical do sistema em questão, é deixar de lado o entendimento de que “O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes” (MARX,2010, p.59). Transferir o poder político do conjunto da classe trabalhadora para um membro do parlamento ou mudar de forma parcial a política não significará a possibilidade de uma mudança radical de todas as áreas e a instituição do socialismo, pois a mudança das partes não representa a mudança do todo. Ganhar guerras parciais não nos leva para uma alternativa sustentável, mas apenas temporária.

A superação de uma tão violenta realidade de guerras constantes e em todos os níveis só será possível se não esperarmos ganhos parciais, pois “Não é possível

mitigar a miséria, podemos apenas superá-la; não é possível mitigar a exploração do trabalho pelo capital, podemos apenas superá-la; não é possível democratizar o Estado, podemos apenas destruí-lo” (LESSA, 2013, p.219).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos ter demonstrado nesta dissertação que o complexo militar-industrial atualmente constituído e em constante expansão se tornou um dos principais instrumentos para que as economias desenvolvidas possam garantir a sobrevivência do sistema do capital. Observamos que esta colossal máquina de morte e destruição, desde o seu surgimento, precisou consumir o excedente produzido pelos trabalhadores, pois ela é financiada pelo orçamento estatal, proporcionando lucros que beneficiam, principalmente as empresas do setor privado. A sua eficiência foi observada desde as primeiras formas de acumulação do capital, quando ainda estava se formando uma produção mais desenvolvida na indústria militar. Mas quando são notadas as novas tendências econômicas, políticas e tecnológicas que alimentam uma crescente produção destrutiva, trazendo consequências devastadoras e que não pode ser considerada uma fase passageira, mas sim, uma crise estrutural profunda, nunca vista antes e que não será solucionada com políticas ou alternativas imediatas, mas com uma mudança radical de todo este sistema, já que o mesmo encontra-se fragilizado, com problemas estruturais, essa produção vem se tornando ainda mais ameaçadora e destrutiva.

Quando iniciamos nossa pesquisa buscamos entender a função do complexo militar-industrial para a reprodução do sistema do capital e, nesta busca, conseguimos encontrar um complexo que desenvolve essa função de maneira muito eficiente, aquele que foi constituído pela potência líder do capitalismo mundial, os Estados Unidos, isso porque vem consumindo um enorme volume de capital para manter-se às custas de outras nações, uma vez que, os líderes do capitalismo mundial, que desejam possuir o poder econômico e político, não estão preocupados com as necessidades humanas. Prova disto é a agenda belicista deste complexo que, como demonstramos, tem gerado imensa lucratividade para as empresas privadas de armamentos, chegando, atualmente, a bilhões de dólares e ainda mantendo o lucro das empresas norte-americanas, que vêm, há muito tempo, liderando os ramos de armamentos, e que, em 2017, das 100 melhores empresas de armamento, 42 empresas norte-americanas. Estas empresas são também sustentadas pelo financiamento estatal, pois os gastos militares do Estado constituem aquela demanda externa que vai assegurar a acumulação e reprodução do capital nos dias atuais. Essa lucratividade vem sendo favorecida desde muito tempo e ficou ainda mais evidente no

período posterior a Segunda Guerra Mundial. A absorção do excedente em preparativos militares significou um fator determinante para a história econômica dos Estados Unidos, pois os gastos governamentais, no período do pós-guerra, não seriam suficientes para salvar o capitalismo monopolista dos Estados Unidos e, por isso, a inclinação para disposições autodestrutivas.

Desta forma, a hegemonia do complexo militar-industrial norte-americano vai passar a se consolidar neste período, uma vez que, o país apresentava um predomínio de desenvolvimento na tecnologia e na produção, superando o seu principal rival, a União Soviética. Os Estados Unidos, através de seu complexo militar, travaram um combate incansável aos comunistas e ainda ajudaram aos países que tiveram as suas respectivas economias devastadas. Mas essa ajuda fazia parte da estratégia desse país em se tornar um império, já que seu interesse era conquistar aliados, tentando garantir, dessa forma, a sua hegemonia no mundo capitalista. Necessidade crescente de manter a sua dominação sobre os Estados subalternos que, por sua vez, serão responsáveis por consumir a sua produção de armamentos favorável à acumulação interminável do capital.

Os Estados Unidos, em sua necessidade constante de manter seu poder hegemônico no mundo, precisou garantir a proteção econômica e militar às classes proprietárias ou às elites políticas/militares, onde quer que elas se encontrassem, por isso, a suas aventuras externas pelo mundo. Mas isso não significaria a diminuição da necessidade de manter um complexo militar e ainda de desenvolver o ramo de produção do complexo militar-industrial que precisa abastecer as legiões de soldados, de agentes secretos e as forças especiais que estão prontas para atender as recomendações do seu departamento de defesa, estando espalhadas pelo mundo. Produção que também mantém a contínua expansão e acumulação do capital pela manutenção do consumo doméstico. Além do que, proteger os regimes clientes realizando pactos com estes é muito mais lucrativo. Por isso, aquele país se empenhou em espalhar bases militares pelo mundo, além de investir no desenvolvimento de tipos variados de armas, pois o importante era obter o atendimento dos seus interesses, e dois destes seriam as possibilidades de importação e exportação.

As ações externas dos Estados Unidos foram cruciais para a manutenção do complexo militar-industrial, como a sua contribuição na Guerra da Coreia, quando aliou-se à Coreia do Sul contra a Coreia do Norte, onde promoveu modificações no

âmbito social, econômico e político. Quando estas modificações pareciam favorecer ao povo coreano, significou muito mais um benefício para os Estados Unidos. Já na Guerra do Vietnã, os Estados Unidos aliaram-se ao governo do Vietnã do Sul contra o Vietnã do Norte para também exercer a sua dominação disfarçada de ajuda, mas que resultou em uma derrota histórica para os norte-americanos. Quanto a sua ação na América Latina, defendeu um projeto capitalista que mais se adequasse à sua política de dominação colocando as nações latino-americanas a serviço do projeto norte americano, no desejo de adquirir matérias-primas e mão de obra barata.

Os interesses norte-americanos e de sua oligarquia precisam estar no centro, dominando e subjugando outros de quem estiver a sua volta, pois estes desejam construir um controle monopolista das fontes estrangeiras de abastecimento e dos mercados estrangeiros, para que possam comprar e vender em condições privilegiadas. Assim, foi a sua presença no golpe militar instalado no Brasil, que derrotou o projeto de desenvolvimento capitalista de Goulart, por possuir objetivos contrários aos interesses da grande elite burguesa do país e dos os latifundiários, mas, principalmente por ser um exemplo de oposição aos interesses imperialistas norte-americanos. O Brasil foi submetido a uma modernização conservadora que se realizou favorecendo aos interesses dos monopólios imperialistas e a oligarquia financeira brasileira na busca de manter a concentração e centralização de capital.

Os Estados Unidos, por meio de seu complexo militar-industrial e para manter este, fazem o uso de ações diplomáticas que podem se desdobrar em chantagens e pressões econômicas, as também chamadas sanções econômicas, a desestabilização de governos e o patrocínio dos golpes de Estados. Sem dúvida alguma, seria a preocupação de ocorrer uma recessão e crise da sua hegemonia. Portanto, era a busca incansável de desta nação em se manter na hierarquia de exploração capitalista no mundo. Desta forma, o Complexo Militar-Industrial norte-americano, se mantém como um campo da indústria nos Estados Unidos que consome gastos militares exorbitantes, e que se eleva em todo o mundo, conforme demonstramos. Elevou-se para US\$ 1.822 bilhões em 2018, considerado o maior gasto desde 1988, período da Guerra Fria, representando um aumento de 2,6% em relação a 2017.

Os dispêndios militares são uma saída para as nações, neste sistema de capitalismo mundial, cada vez mais competitivo, agravado ainda mais pelo limite sistêmico, apresentando-se nos limites absolutos do capital e, mesmo que a

intervenção do Estado continue sendo destinada ao atendimento das demandas que favorecem aos monopólios dedicados à indústria bélica, se o capital conseguiu ultrapassar os seus limites, aqueles que significavam verdadeiras barreiras a sua reprodução, agora o poder de destruição poderá se voltar contra o próprio capital, mas que não causa preocupação para as potências beligerantes no mundo.

Evidenciamos que o maior aumento absoluto dos gastos militares no mundo, em 2018, foi realizado pelos EUA, com um gasto de US\$ 27,8 bilhões, mantendo a economia do país em movimento e ainda como líder nos gastos globais, mas também na produção de armamentos, sendo responsáveis por 57% do total das 100 principais empresas em vendas de armas.

Os Estados Unidos reagem aos novos tempos vividos pelo capitalismo, na sua fase mais destrutiva, modificando as suas estratégias políticas, econômicas, militares e diplomáticas, estas que garantem a expansão militar e o atendimento da sua ambição imperial. Estratégias que incrementam as ações realizadas pelos agentes que mantêm funcionando as bases militares, que agora se tornaram verdadeiros centros de guerra midiática e ciberguerra, colhendo informações e acumulando para servirem no desenvolvimento de campanhas desestabilizadoras contra os governos. O desenvolvimento da ciência e das novas tecnologias proporcionou um incremento a tais intervenções, seja por tornar possível a constituição de um aparato material e repressivo com um poder devastador, podendo destruir os únicos recursos que nos restam na natureza e até mesmo os próprios seres humanos, mas que, por outro lado, também provoca novas formas de realizarem conflitos de forma indireta, diferente daqueles nos quais estiveram envolvidos no passado, com o financiamento e/ou a assessoria das várias guerras que aconteciam em diversos países no mundo.

A população mundial, atualmente, presencia o desenvolvimento de armas com alta tecnologia sendo utilizada na realização de guerras indiretas, as chamadas “Guerras Híbridas”, aquelas que englobam as revoluções coloridas e quando falham dão lugar as guerras não convencionais, praticadas pela ação de guerrilhas, milícias e insurgentes que são armados pelos países favorecidos com o resultado positivo destas estratégias. Um exemplo desses países são os Estados Unidos. No entanto, para poder realizar as guerras não convencionais e também as revoluções coloridas, que fazem parte das guerras híbridas, este país necessita de agentes infiltrados que colhem as informações de determinada região, servindo para que seja desenvolvida uma estratégia eficiente para destruir o seu adversário, sem que seja preciso enfrentá-

lo diretamente, economizando assim os recursos que seriam despendidos em um confronto direto.

As Guerras Híbridas se tornaram a nova modalidade de guerra que é travada no campo das ideias, onde são desenvolvidos ataques cibernéticos que acontecem com a disseminação dessas ideias políticas, através de instrumentos como as notícias falsas (Fake News), guerra judiciária (Lawfare), manipulação das redes sociais, fazendo o uso de militância digital, que vimos acontecer nos Estados Unidos, nas eleições recentes. Também aqui no Brasil, no pleito eleitoral com a disputa entre o atual presidente Jair Bolsonaro e Fernando Haddad, vimos que os ciberespaços foram invadidos por notícias falsas, que movimentavam a disputa. Uma verdadeira guerra de informações que desqualificavam os candidatos e manipulavam a opinião dos eleitores.

As Guerras Híbridas também acabam se tornando ainda mais eficientes e ameaçadoras quando é, atualmente, empregado uma tecnologia de guerra permitida pela tecnologia aérea, aquela encontrada nas armas controladas por comando à distância, os conhecidos drones. Com este novo tipo de arma, os militares não têm mais como alvo um indivíduo identificado pela inteligência humana, mas um estereótipo comportamental construído por meio de informações obtidas por pesquisadores de ciências sociais, que são extraídas dos meios de comunicação, das redes sociais e da inteligência militar. Estes que definem as vítimas, mas que não desenvolvem de maneira exata o perfil delas, causando a morte de muitos sem justificativa, se é que existem justificativas, se não aquelas que percorrem a necessidade de manter uma hegemonia política, econômica e militar.

As inovações tecnológicas usadas pelos Estados Unidos, na atualidade, tornam cada vez menos necessário o envio de tropas, sendo esta a justificativa para o uso de *drones*. Mas na verdade, aquele país não poderia manter seu poder hegemônico, como o império do capital, sem desenvolver a sua economia de guerra, pois a oligarquia financeira que tem seu patrimônio mantido e expandido pelo o ramo de armamentos e não está preocupada com a violência e o derramamento de sangue na base da sua lucratividade, prefere patrocinar guerras. Essa elite dominante precisa garantir o acúmulo de riqueza e ela é, geralmente, necessária ao poderio militar, mas o gasto astronômico com este acúmulo pode levar ao enfraquecimento do poderio de um país. Portanto, no atual e desafiador século XXI, com uma nova fase do imperialismo hegemônico global, de base econômica, em que os Estados Unidos

também poderão sentir as contradições sistêmicas que atingem ao sistema do capital, poderemos observar os indícios de uma declínio de seu poder, mesmo que a absorção do excedente pelo consumo da mercadoria bélica do complexo militar-industrial atenda aos imperativos destrutivos da autorrealização ampliada do capital, pois as condições objetivas são outras, porque, “Sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição” (MESZÁROS, 2011, p.100), deste sistema e dos impérios que o constituem.

REFERÊNCIAS

ADRIANA VIANNA. Políticas da morte e seus fantasmas. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, ano 12-, n. 140, março, 2019.

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC). *O que são drones?* Disponível em:

<https://www.anac.gov.br/perguntas-frequentes/drones/aeronaves/o-que-sao-drones>.

Acesso em 4 de março de 2020.

AVILA, Róber Iturriet. Crise de Hegemonia dos Estados Unidos no Contexto Atual. *Revista AEDOS*, v. 2, n. 3, 2009. Disponível em: file:///C:/Users/edyan/OneDrive/MESTRADO/LIVROS%20IMPORTANTES/AVILA,%20R%C3%B3ber%20Iturriet.%20Crise%20de%20Hegemonia%20dos%20Estados%20Unidos%20no%20Contexto%20Atual.pdf.

ANDERSON, Perry. *Passagens da Antiguidade ao feudalismo*. Tradução: Beatriz Sidou, Editora Brasiliense, 1974.

Anuário Lukács 2014 /Gilmaisa Costa, Norma Alcântara (organizadoras). – São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

AYERBE, Luis Fernando. *A Revolução Cubana* / Luis Fernando Ayerbe. – São Paulo: Editora Unesp, 2004.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista – Ensaio sobre a Ordem Econômica e Social Americana*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

BUKHARIN, N. I. *A economia mundial e o imperialismo*/ Nikolai I. Bukharin; tradução de Raul de Carvalho. – São Paulo: Abril Cultural, 1984.

BURCHETT, Wilfred G., *Vietnã: a guerrilha vista por dentro*. / Wilfred G. Burchett; tradução: Maria Cláudia Andreotti. – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Tradução para o inglês, Michael Howard e Peter Paret. Tradução do inglês para o português, CMG (RRm) Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Rio de Janeiro, 1984. 857p. Título original: **Von Kriege**.

CARDOSO, F. S. *Formas alienadas da produção: destruição criativa e produção destrutiva*. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 22, n. 3, p. 572-590, dez. 2018. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/138601>>. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2018.138601>.

CHILDE, Vere Gordon. *A evolução cultural do homem*; tradução Waltensir Dutra. - 2 edição – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

CONCEIÇÃO, Clarisse Maria da. **Violência e modos de produção: entre a aparência e a essência**. Maceió, AL, 2012. 94 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Serviço Social, Maceió, AL, 2012.

DALLEEDOO, JIMMY. **O imperialismo, estado supremo da fome**. Disponível em: https://www.resistir.info/crise/imperialismo_fome.html. Acesso em: 25 de agosto de 2015.

DIAMOND, Jared M. **Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas** / Jared Diamond; tradução de Nota Assessoria, Silva de Souza Costa. – 18ª ed. –Rio de Janeiro: Record, 2016.

Drone que matou líder iraniano é o mais letal da frota dos EUA. **G1**. 04 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/01/04/drone-que-matou-lider-iraniano-e-o-mais-letal-da-frota-dos-eua.ghtml>. Acesso em: 11 de março de 2020.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico** – Lisboa: Edições Avante, 1975.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra** / Friedrich Engels; tradução B. A. Schumann; edição José Paulo Netto. – São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Temas Militares**. Selección de Trabajos - 1848-1895 – 2 edição - Buenos Aires, Editorial Cartago, 1974.

Fórum Econômico Mundial. **A quarta revolução industrial: o que significa, como responder**. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2016/01/the-fourth-industrial-revolution-what-it-means-and-how-to-respond/>. Acesso em 28 de outubro de 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GAUDICHAUD, Franck. **Poder Popular y Cordones Industriales – Testimonios sobre el movimiento popular urbano, 1970-1973**. Santiago: Lom Ediciones, 2004.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. Trad. Bernardo Joffly e Adir Aparecida Juliano. Coleção Mundo do Trabalho. 1ª ed. São Paulo, Boitempo Editrial, outubro de 1999.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stella Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios** / Eric J. Hobsbawm, tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo; revisão técnica Maria Célia Paoli. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Globalização, democracia e terrorismo / Eric Hobsbawm; tradução José Viegas. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUBERMAN, L. **A história da riqueza do homem**. Trad. Waltensir Dutra. 21. ed. rev. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE PESQUISA DE PAZ DE ESTOCOLMO (SIPRI). **Ranking mundial da indústria de armas: vendas crescem 4,6% em todo o mundo e empresas dos EUA dominam os 5 principais**. Disponível em: <https://www.sipri.org/media/press-release/2019/global-arms-industry-rankings-sales-46-cent-worldwide-and-us-companies-dominate-top-5>. Acesso em 4 de março de 2020.

KANAAN, Gabriel Lecznieski. **O “Império do Capital” e o “Novo Imperialismo”: as contribuições de Ellen Wood e David Harvey para o estudo do imperialismo no Século XXI**. Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de História da UFSC, Florianópolis, 2016.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**/ Paul Kennedy; tradução de Waltensir Dutra. – Rio de Janeiro: Elsevier, 1989 – 19ª impressão.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**/ Andrew Korybko; tradução de Thyago Antunes - 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KILDUFF, Fernanda. **Mercadoria bélica: necessidades de valorização e controle militarizado da vida social em tempos de capital imperialista**. – Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

LASKI, Harold. **O liberalismo europeu** - São Paulo: Metre Jou, 1973.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio popular**/ V. I. Lenin. – 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LESSA, S., **Introdução à Filosofia de Marx** / Sérgio Lessa, Ivo Tonet. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social** volume 14/ Georg Lukács ;[traduzido por Sergio Lessa e revisado por Mariana Andrade]. – Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

LUXEMBURGO, R., **A acumulação do Capital: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Burguesia e Capitalismo no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**/Karl Marx; supervisão editorial Mario Duayer; tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman), - São Paulo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**/Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. - São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte** / Karl Marx; [tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse] – São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano.** /Karl Marx. -1. Ed. –São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX E ENGELS. **Manifesto do partido comunista** / Karl Marx, Friedrich Engels. - --1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **A ideologia alemã**/ Karl Marx, Friedrich Engels; tradução de Álvaro Pina. – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição** / István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. – 1. Ed. Revista. – São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI.** Trad. Ana Cortrim e Vera Cotrm. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **O poder da ideologia**/ István Mészáros; tradução Magda Lopes e Paulo Cezar Castanheira. – 1.ed., 4. Reimpr. – São Paulo: Boitempo, 2012 a.

_____. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** / tradução Paulo Cezar Castanheira. – [1. Ed., reimpr.]. – São Paulo: Boitempo, 2012 b.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**/ Luiz Alberto Moniz Bandeira. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MONTESSANTI, Edu. Drones. **Revista Caros Amigos**, ano XXI, edição especial nº 87, São Paulo, 2017.

NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica** / José Paulo Netto e Marcelo Braz. -8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64** /José Paulo Netto. - 17. Ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Pequena História da ditadura brasileira (1964-1985)** / José Paulo Netto. - São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Introdução ao método de Marx** / José Paulo Netto. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social** / José Paulo Netto – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 1996.

OLIVIER KOCH. Retrato do intelectual como soldado. **Le Monde diplomatique Brasil**. São Paulo, ano 12-, n. 140, março, 2019.

SADER, Emir. **Século XX: uma biografia não autorizada**. O século do imperialismo. 2. Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2010.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil** / Artur Bispo dos Santos Neto. – São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

_____. **A presença do capital industrial - financeiro no Brasil** / Artur Bispo dos Santos Neto – Maceió: Edufal, 2019.

SCHWAB, Klaus. **A Quarta Revolução Industrial** [livro eletrônico] / Klaus Schwab; tradução Daniel Moreira Miranda. – São Paulo: Edipro; 2019.

Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). Consultas em: <https://www.sipri.org/>.

SUN TSU: **A arte da Guerra**. Tradução de Antônio Celiomar Pinto de Lima. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

TONET, Ivo. **A grande Revolução Russa (1971-1921)** / Ivo Tonet, Sergio Lessa. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

VISENTINI, Paulo, G. Fagundes. **A Revolução Coreana: o desconhecido socialismo Zuche** / Paulo G. Fagundes Visentini, Analúcia Danilevycz Pereira, Helena Hoppen Melchionna. – 1. Ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2015.